

Júlio César da Rosa Machado
Participação de
Maria Helena Menna Barreto Abrahão

Matéria emergente do novo presente

Aportes e essencialidades no
Paradigma (Auto)biográfico



MATÉRIA EMERGENTE DO NOVO PRESENTE



Diálogos Transdisciplinares em Educação

DIRETOR DA SÉRIE:

Herlon Alves Bezerra (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre Franca Barreto (Univasf - Pernambuco, Brasil)

Ana Patrícia Frederico Silveira (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

André Ricardo Dias Santos (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Antonio Marcos da Conceição Uchoa (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Bartolomeu Lins de Barros Júnior (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Edivânia Granja da Silva Oliveira (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Bernadete de Lourdes Ramos Beserra (UFC - Ceará, Brasil)

Carlos Alberto Batista Santos (Uneb - Juazeiro, Brasil)

Carlos César Leal Xavier (Ensp/Fiocruz - Rio de Janeiro, Brasil)

Carlos Eduardo Panosso (IFTO - Tocantins, Brasil)

Caroline Farias Leal Mendonça (Unilab - Ceará, Brasil)

Dilsilene Maria Ayres de Santana (UFT - Tocantins, Brasil)

Edson Hely Silva (UFPE - Pernambuco, Brasil)

Eduardo Barbosa Vergolino (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Eliana de Barros Monteiro (Univasf - Pernambuco, Brasil)

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT - Tocantins, Brasil)

Gabriel Kafure da Rocha (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Juliano Varela de Oliveira (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Helder Manuel Guerra Henriques (IPP, ESECS - Portugal)

Juracy Marques (Uneb - Paulo Afonso, Brasil)

Leandro de Proença Lopes (Unilab - Ceará, Brasil)

Léo Barbosa Nepomuceno (UFC - Ceará, Brasil)

Marcelo Silva de Souza Ribeiro (Univasf - Pernambuco, Brasil)

Márcia Farias de Oliveira Sá (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Matheus Henrique da Fonseca Barros (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Sebastião Francisco de Almeida Filho (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Tito Eugênio Santos Souza (IF Sertão-PE - Pernambuco, Brasil)

Mariana Tavares Cavalcanti Liberato (UFC - Ceará, Brasil)

Pablo Dias Fortes (Ensp/Fiocruz - Rio de Janeiro, Brasil)

MATÉRIA EMERGENTE DO NOVO PRESENTE

APORTES E ESSENCIALIDADES NO PARADIGMA (AUTO)BIOGRÁFICO

Organizador

Júlio César da Rosa Machado

Com participação de Maria Helena Menna Barreto Abrahão



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149m

Machado, Júlio César da Rosa

Matéria emergente do novo presente: aportes e essencialidades no paradigma (auto)biográfico [recurso eletrônico] / Júlio César da Rosa Machado. – Cachoeirinha : Fi, 2024.

227p.

Participação de Maria Helena Menna Barreto Abrahão.

ISBN 978-65-85958-97-4

DOI 10.22350/9786585958974

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Epistemologia – Autobiografia – Biografia – Paradigmas. I. Título.

CDU 16:929

SUMÁRIO

1	7
Olhar para a totalidade, para enxergar o infinito <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	
2	41
Oráculo – presciência 1 – abrangências epistemológicas <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	
3	45
As insubordinações: narrativas do si, quando construtoras do eu (ou sujeito) histórico, sob o efeito da representância da memória <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	
4	67
Da essencialidade do si mesmo ao sujeito narrativo autobiográfico <i>Júlio César da Rosa Machado</i> <i>Maria Helena Menna Barreto Abrahão</i>	
5	107
Oráculo – presciência 2 – abrangência formativa <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	
6	109
O impacto dos relatos autobiográficos na regeneração do humanismo <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	
7	129
Formação de Professores: da identidade do eu à identidade do si pela construção da identidade biográfica <i>Júlio César da Rosa Machado</i> <i>Maria Helena Menna Barreto Abrahão</i>	
8	153
Oráculo – presciência 3 – abrangências metodológicas <i>Júlio César da Rosa Machado</i>	

9

155

A natureza do discurso (auto)biográfico: significação como sentido - referência e implicação hermenêutica, como possibilidade construtiva do humanismo regenerado

Júlio César da Rosa Machado

10

183

Biografização/heterobiografização: um construto de lógica da Hermenêutica Circular Complexa do texto autobiográfico

Júlio César da Rosa Machado

11

195

A “representância” como redução ao mesmo, no reconhecimento da alteridade no texto-relatório das histórias de vida

Júlio César da Rosa Machado

1

OLHAR PARA A TOTALIDADE, PARA ENXERGAR O INFINITO

Júlio César da Rosa Machado

Este texto de título “Olhar para a totalidade, para enxergar o infinito” é a primeira reflexão que compõe o livro “Matéria emergente: aportes e essencialidades do paradigma (Auto)biográfico – a construção do novo presente”. As matérias nele contida são reflexões concebidas acerca da epistemologia e metodologia (Auto)biográfica, para ser um suporte a pesquisadores, estudantes e interessados no tema.

Pretendo deixar consignado, desde já, o entendimento de que precisamos, como testemunhas deste tempo, regenerar o humanismo, por isso *olhar para a totalidade, par enxergar o infinito*. É límpido, para mim, que um dos caminhos que temos para promover essa regeneração é registrar as histórias (Auto)biográficas de actantes, pela recuperação das memórias sob a iluminação das lembranças.

Costurando os diferentes ensaios é estabelecido um diálogo entre um oráculo e o pesquisador.

O ORÁCULO E O PESQUISADOR

A proposta de desenvolver neste livro um diálogo entre o “oráculo e o pesquisador”, prende-se ao fato e da possibilidade de ter estabelecido, nesta altura da minha vida, muitos estudos e efetuado leituras, que me permitiram construir diversos significados que emergiram das vivências, nas trocas entre os colegas do grupo de pesquisa, especialmente, pelo compartilhamento da amizade acadêmica com a pesquisadora e autora a Dr^a Maria Helena Menna Barreto

Abraão, que aceitou supervisionar minha rota de estudos, neste tempo que empenhei esforços num Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (Rio Grande do Sul – Brasil).

Os companheiros de grupo de investigação com suas reflexões nos seminários, nos diálogos estabelecidos neste tempo, mais a participação em Congressos e Seminários Acadêmicos funcionaram como ‘Oráculos’, uma vez que estes podem representar inquietações, que suscitam a resolução de respostas às dúvidas, além de cogitar melhorias no futuro. No caso destes alinhavos construtivos foi cavar intelectualmente, no tecido dos estudos e das reflexões a escrita de construir possibilidades, de pensar fenomenologicamente as realidades que estamos emersos e a partir daí, sob a possibilidade das narrativas (Auto)biográficas sugerir soluções e possibilidades que resultem na construção de uma “sociedade justa, de vida boa” como propugna Paul Ricoeur em o “Si mesmo como outro” (Ricoeur, 2019).

Na antiguidade as respostas eram decifradas pelos sacerdotes, hoje, no entanto, auxiliados pelos métodos de investigação, toda a curiosidade, aquilo que é emaranhado, os pontos cegos são desvendados pelos pesquisadores. Estes vão de salto a salto investigativo adensando a ciência, cada um trazendo suas contribuições, avançando, na medida, em que, novas interrogações, novos questionamentos vão despontando permitindo outros entrelaçamentos, pavimentando, assim, o caminho da nossa hominização civilizatória.

Hoje, entre as totalidades que enfrentamos está a pauta da preocupação com a sobrevivência da espécie humana na Terra, nossa casa comum. Além disso, sofremos um impacto muito intenso dos processos advindos dos meios de comunicação de massa e da tecnologia da informação, especialmente da compreensão e domínio da

Inteligência Artificial e do grande poderio das “Big techs”, sobre estes temas ainda não enxergamos o infinito.

A função dos oráculos é propor reflexão, desafiar, apontar complexidades; aos pesquisadores cabe levantar possibilidades para interpretar, desvendar o emaranhado do vivido, desalinhar os impactos que sofreremos, propor caminhos com os quais podemos, de fato, construir outras possibilidades de modo autopoiético, para continuarmos vivos.

Assim, o oráculo é aquele que pergunta; o pesquisador é aquele que vai atrás de respostas e propõe modos de intervenção na realidade.

O propósito é, em vista disso, regenerar o humanismo. Atualmente temos alguns expoentes, pensadores, filósofos e sociólogos que se ocupam de serem oráculos em nosso tempo, destaco, dentre eles, Edgar Morin. Com idade avançada, mas com uma inteligência privilegiada ele se debruça reflexivamente sobre a complexidade de nosso tempo desvendando-a, ao mesmo tempo ele lança o desafio de regenerar o humanismo. Este é um dos pensadores que me influencia. Junto deste alio Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur. Levinas o filósofo da Alteridade, que construiu sua tese sofrendo e vivendo os horrores do nazismo em campo de concentração. Paul Ricoeur, na pauta de seu mestre Levinas, nos faz parar e pensar e propõe o desafio de enxergar o Outro como nós mesmos.

Estes pensadores juntamente com outros que se agregam adjacientemente na construção reflexiva, forjam meu pensamento e convicções.

Mas, reconheço existir uma grande quantidade de líderes religiosos e políticos, homens e mulheres, honestos com suas consciências que se esforçam em despertar para o fato das desigualdades, do excesso de ideologia, que cega a razão e a objetividade

em entender o momento que vivemos; tudo isso aliado a ressentimentos, polarizações e modelos de produtividade e distribuição de renda, muito desigual, excludente e desumano. Neste sentido, os oráculos (as experiências vividas, as reflexões, as propostas e os desafios) propõem reflexões a essas complexidades. Somos todos responsáveis pela construção da “sociedade justa sob uma vida boa” como nos inspira Ricoeur (Ricoeur, 2019).

Em razão disso, as reflexões que seguem tratam de aspectos, técnicos/metodológicos e epistemológicos, da prática das (Auto)biografias, procurando apontar para as emergências e dinâmicas que elas podem cooperar para a construção do novo tempo desejado.

As reflexões propostas adiante intentam construir “outro modo que ser” conforme propõe Levinás (2011, p.25). Sob este aspecto o intento significativo é enfatizar a responsabilidade pelo outro. Por isso “Olhar para a totalidade para enxergar o infinito”, como um emergente, constituem-se em reflexões originadas na realidade e busca na epistemologia e metodologia (Auto)biográfica, os meios para a construção de uma nova ética social/coletiva, sob o impacto das rupturas que observamos e que nos conduzem à regeneração do humanismo como perspectiva.

Não passará imperceptível ao leitor a organização frasal na primeira pessoa (eu) e em outras partes a primeira pessoa do plural (nós). A compreensão desse estilo tem inspiração na convicção de Ricoeur (2020), quando afirma: “*Digo de preferência “eu” quando assumo um argumento e “nós” quando espero arrastar comigo meu leitor*” (p19).

Para enriquecer o texto e quebrar a monotonia argumentativa, por vezes recorro a citações de filmes, romances e da Mitologia Grega. O uso destes recursos, objetivam levar o leitor a estabelecer relações cognitivas que facilitem a compreensão do exposto.

Sofremos recentemente a experiência de isolamento social provocado pela pandemia de Covid. Neste período, inédito para nossa geração, experimentamos uma vida de cativo, de desconanças e incertezas, que nos trouxe, sob o impacto das medidas preventivas adotadas percepções súbitas e profunda de verdades, antes inimagináveis, mas que, agora vividas, trouxeram perspectivas outras sobre nossa existência e fragilidade de nossas vidas.

Destas totalidades sobram um conjunto de conhecimentos novos, sobre os quais alguns pensadores e filósofos nos propuseram temas que têm nos ajudado a pensar e superar as dificuldades que enfrentamos por meio dessas vivências, até então, inéditas. Inédito, porque nossas gerações ainda não haviam experimentado um tal estado de coisas. Alguns, mais vividos experimentaram o tempo da Segunda Guerra, mas, não pandemia. Destaco dois pensadores que passaram pela Segunda Guerra, e que muito nos ajudam a assimilar nossa experiência, um deles Edgar Morin que ainda vive, o outro Levinás, falecido em 1995.

Mas, não dá para pensar as realidades que nos envolvem somente pela forte experiência da Pandemia de Covid, isso seria uma simplificação, precisamos olhar para o Outro como um ser que, juntamente com todos, vivem no mesmo espaço e, também, constroem sentidos. Nesse conjunto de partes podemos encontrar significações em cada parcela delas, o que nos permite chegar a totalidades. Por isso, a intenção é tecer junto diversas dimensões acerca deste conjunto de conhecimentos emergentes que, as (Auto)biografias nos permite construir. Existe, como constataremos mais adiante, grandes possibilidades destes conhecimentos epistemológicos e metodológicos, junto com outras complexidades, ajudar a consolidar a regeneração do humanismo.

Uma vasta comunidade científica estuda e fundamenta estes conhecimentos gerando, amalgamando um conjunto de saberes que, tem no seu escopo, possibilidades de aplicação no desenvolvimento e formação do ser humano, como projeto educativo aplicados na educação formal e informal.

Neste particular, esse conjunto de conhecimentos gerados por essa comunidade científica, já pode ser denominada de Paradigma, de acordo com o conceito de Thomas Kuhn(2013) ao afirmar: “*Somente depois de articularmos estreitamente a experiência e a teoria experimental pode surgir a descoberta e a teoria converter-se em paradigma*” (Kuhn, idem, p 88).

O resultado destas objetividades são movimentos reflexivos que projetam o Paradigma (Auto)biográfico, como um emergente. Importante destacar, já de início que, todo o conhecimento gerado pelo Paradigma (Auto)biográfico é um conhecimento pautado com a preocupação de refletir, reconstruir, enfim: “*descrever, não de explicar*” (Merleau-Ponty, 1999, p3), conforme nos afirma o mestre da fenomenologia.

As construções textuais que seguem, movimentam-se em torno de cinco eixos reflexivos/argumentativos da complexidade. Às vezes, utiliza o princípio Sistêmico compreendendo que o todo é maior que a soma das partes, neste particular uma narrativa (Auto)biográfica pode conter, em si, totalidades; às vezes utiliza o princípio Hologramático, quando adota cada parte como uma totalidade; outras vezes, especialmente, quando produz sentidos e significações, adota o princípio de Retroatividade, ao romper com a linearidade da aquisição do conhecimento; ainda, quando entende que a narrativa (Auto)biográfica, produz outros sentidos para o Si mesmo e para os Outros fica evidente o princípio da Recursividade e, por fim; o princípio Dialógico, quando as narrativas (Auto)biográficas associam duas

situações que, aparentemente contraditórias, mas que, num sistema dinâmico se complementam. Os cinco eixos são:

EIXO 1 - NO ÉCRAN SOB A LUZ, A PROJEÇÃO DA REALIDADE

O écran sem a luz é apenas uma superfície. Para que ela tenha uma essência é preciso que, sobre elas se projete, pela luz, a reprodução de uma imagem estática ou em movimento. Somente pelo artifício do lançamento da luz é que podemos dar uma significação ao écran. O mesmo acontece com a realidade, se não houver a reflexão sobre ela, tudo não passa de acontecimentos ocorridos.

Nossas memórias são significadas a partir da proximidade de vivências similares ou do esforço da lembrança. Quando lembramos oscilamos da significação do lado objetivo de seus fundamentos e das imagens comuns da aparição mental, fruto das reduções das vivências subjetivas. Este complexo vai configurando o nosso Si, mas importa recordar, fazer o esforço de conduzir a memória, pelo curso objetivo de absorver as correlações e o sentido das vivências.

O emaranhado complexo das (Auto)biografias, vai objetivando o ser e, como disse antes, vai construindo, sobretudo, pela alteridade, o Si e o Outro por meio da experiência da vida relacional-social. Por isso, as memórias não parecem ser, mas elas se aproximam fenomenologicamente da experiência vivida, mesmo que elas não sejam absolutamente fiéis aos acontecimentos registrados.

Uma memória muito viva de minha infância era a experiência do matiné de domingo a tarde. A magia acontecia quando as luzes da sala do cinema se apagavam e no écran se projetava as imagens em movimento emitidas pelo potente projetor na parede do fundo da sala. Essas imagens me levavam à imersão de um mundo ficcional provocados

pelas imagens. Era uma viagem ora pelo oeste americano, ora pelo mundo da antiguidade, ora por tramas que aconteciam na França, Inglaterra e Alemanha. Enfim, naquele écran se projetava os sonhos, a imaginação, a aventura, sentimentos de ódio e amor, paz e terror, que me fazia feliz e fascinado.

Isso, certamente me fez, e faz a qualquer um pensar no seu Si, daquela época e, (auto)biograficamente, expressar um pertencimento, fenomenicamente pensando, a um essencial vivido naquela etapa de minha vida. Hoje, caso lembre daqueles devaneios, sobram apenas um curso de consciência daqueles momentos vividos e de alguma particularidade registrada, como o fato de ganhar de meus pais, ao sair do cinema, um cone de amendoim torrado e quentinho que no bolso do casaco ajudava a enfrentar o frio na caminhada até em casa.

Portanto, a essência do ser, se manifesta por uma percepção de mundo que é gerado por uma verdadeira experiência que o sistema perceptivo guarda na memória e que pela narração é desvelado e, passa, pela vivência agora narrada, uma narrativa autêntica, atualizada originada numa vivência no écran da memória sob a luz das lembranças. Na nudez das lembranças o essencial verdadeiro constitui-se na própria verdade, só que agora, sob a narrativa, o relato é verdadeiro.

Haverá uma argumentação de que essas narrativas, geradas agora pelas lembranças podem ter a capa ou a aparência de que elas podem falsear a verdade. Ora, no jogo das narrativas (Auto)biográficas a objetividade não está, no que, porventura, seja narrado, mas na narrativa fruto das lembranças registradas na memória. Isso é muito diferente do que hoje está sendo denominado de “narrativas”, emitidas por celebridades ou por políticos para dar explicações sobre atos ou fatos em que se envolvem.

As narrativas (Auto)biográficas são como a luz projetadas no écran, uma vez que elas trazem a essência daquilo que significa objetivamente relativo àquelas lembranças. Neste particular é preciso olhar, também, a totalidade para enxergar o infinito.

Entretanto, sob o écran podemos projetar outras possibilidades reflexivas para enxergar o infinito. Numa analogia, por exemplo, com a Mitologia Grega, podemos projetar outros discernimentos acerca das narrativas (Auto)biográficas.

EIXO 2 – “É HORA DE MUDARMOS DE VIA”

Agamenon e a maldição do deus Apolo pode até ter sido um tema desenvolvido numa das tramas que vi e ouvi naquelas tardes mágicas na matiné, porém, hoje com essas lembranças ligar a lâmpada do projetor, iluminar o écran e desenhar algumas notas sobre nosso tempo. O faço justamente trazendo à tela a maldição do deus Apolo sobre Agamenon.

Na mitologia grega encontramos a narrativa do episódio do rapto, comandado por Agamenon, de Criseida, filha de Crises, uma linda jovem dotada pelos deuses de muitas propriedades físicas, espirituais e morais. Segundo a narrativa do mito, o próprio Agamenon teria declarado que ela era mais bela que a própria esposa. Encantado por essas qualidades raptou-a e a manteve como sua propriedade.

O pai de Crises, suplicou que Agamenon a libertasse, mas o raptor não deu conta do pedido. Um sacerdote do deus Apolo da aldeia de Crises, pediu ao deus que de alguma forma dobrasse Agamenon de sua decisão espúria. Diante da impertinência de Agamenon o deus Apolo enviou flechas matando os guerreiros do exército de Agamenon. Este fato, a perda dos guerreiros, fez com que Agamenon recuassem e libertasse Criselda.

Vivemos frente a uma profunda crise de valores, de costumes, de concepções e de expressão, além de crises de outras dimensões em nossa existência. Com isso, impõe-se a questão: será que seremos dobrados pelos fatos, como o foi Agamenon, ou persistiremos a cultivar uma cultura de morte, de consumismos e de todo o tipo de insensatez? O que mais precisamos ver no nosso écran, iluminados pelo bom senso, para mudarmos de via? Poderia as narrativas (Auto)biográficas contribuir para a recuperação deste bom senso? Quando eu digo de Si e do Outro, desperto o sujeito responsável (alter) pelo si e pelo outro? Assumimos o compromisso de ser um-para-o-outro? São aporias que se impõem e que desejamos enfrentá-las.

No seio da Teoria da Complexidade muito se falava de uma crise de dimensões planetárias. Edgar Morin em recente entrevista a diferentes órgãos de comunicação declarou: “se imaginava muitas formas e perfis e situações que provocariam uma crise planetária, mas nunca se cogitou uma crise sanitária” (Morin, 2020).

Analisando o recente fenômeno pandêmico, como um marco de encerramento de um ciclo histórico e início de outro, na virada de página considero necessário recuperar, mesmo que breve e sinteticamente, outros fenômenos que ao longo de um tempo foram construindo cenários que tem como ápice a presente crise. Para efeito de corte histórico proponho o tempo que passou após a Segunda Guerra até nossos dias.

Considerando, então, a Segunda Guerra como uma grande crise vivida pela humanidade de modo global e que provocou profundas mudanças, lembro, recuperando muito sinteticamente alguns fatos marcantes da história deste período; destaco dentre outros: - a guerra fria, que trouxe resultados tenebrosos, especialmente para alguns países europeus; - a eclosão no continente sul americano de ditaduras

militares ferozes e do movimento armado contrários a esses regimes; - a ascensão do valor do petróleo e as conseqüentes perturbações em razão da mudança do eixo da economia mundial; - uma grande parte dos países africanos explorados e excluídos do mundo, vivendo numa sociedade tribal e servindo de combustível para interesses exploratórios macro-econômicos; - os efeitos da globalização da economia mundial; - guerras localizadas em diferentes lugares e em tempos distintos; enfim um período de grandes acontecimentos sociais influenciadores de movimentos culturais e intelectuais que remeteram cientistas sociais a proposição de teorias, ilações de toda ordem para descrever, refletir e compreender o vivido.

Por outro lado, o período pandêmico que vivemos no ano de 2020, determinou uma brecha nessa ascendente circular de violências, desrespeitos e de interesses econômicos acima dos interesses humanos e das pessoas. Com o “lockdown” foi noticiado que o buraco de Ozônio reduziu-se a níveis muito baixos, provando que as teorias de preservação e conservação ambiental, não é obra de ficção, como muitos querem fazer crer; que os animais do mar se aproximaram das costas, dada a menor quantidade de movimentação de humanos e de embarcações nos oceanos; que o nível de trepidação da crosta terrestre reduziu significativamente, enfim, essas evidências divulgadas pela imprensa nesse tempo de pandemia, naturalmente que são dados de imprensa e carecem de validação científica, mas que, de qualquer maneira, servem para alguma referência e elementos de reflexão nesse momento.

No rastro dessa crise, fica claro que também a ciência precisa construir outras bases epistêmicas alternativas, talvez outros métodos que resultem em possibilidades de pensar esse turbilhão de eventos e, depois, contribuir para a construção de um novo tempo, sob outras

convicções e práticas sociais, talvez uma nova cultura que provisoriamente tem sido denominada por Morin (2020) como “Humanismo Restaurado ou Novo Humanismo”. Nesse momento, precisamos valorizar a denominação, embora seus fundamentos ainda não sejam bem claros, entretanto precisamos trabalhar para construir os alicerces para edificar esse “novo mundo” contribuindo com o crescimento e desenvolvimento das pessoas.

A crise vem revelando, assim como provocou Agamenon, fortes evidências de fissuras nas camadas mais profundas nas concepções particulares acerca da vida, do outro, das relações sociais. As interpretações desses fatos têm servido de elementos reveladores da mesquinhez egoísta de cada um, da falta de empatia em relação ao Outro e pelo outro, dos interesses econômicos sobre o bem comum, enfim de uma quantidade enorme de ignomínias expressas por pessoas no senso comum, por entes públicos e até lideranças religiosas. A característica marcante é o eu; eu me cuido, eu me abstenho que cuidar dos que tem mais idade, sob o pretexto de “protegê-los” e com isso provoca-se uma outra crise, uma crise de solidariedade.

O modo de vida não deveria interpretar-se em função da objetivação. A sensibilidade não é uma objetivação que se procura. A fruição, satisfeita por essência, caracteriza todas as sensações, cujo conteúdo representativo se dissolve no seu conteúdo afetivo. A própria distinção entre o conteúdo representativo e afetivo equivale a reconhecer a fruição como dotada de um dinamismo muito diferente do da percepção (LEVINAS, 2019, 181/2).

Desde que abrimos os olhos, ao amanhecer, já nos damos conta a partir do que ouvimos acerca da realidade e de tudo que vemos, a confirmação da constatação dos contornos dessa realidade não somente dos males causados pelo vírus (e por múltiplos outros vírus que nos atacam), mas o total desprezo pelo Outro e pela humanidade.

Por outras palavras, a sensação reencontra uma realidade quando se vê nela, não contrapeso subjetivo das qualidades objetivas, mas uma fruição ‘anterior’ a cristalização da consciência, eu e não-eu, em sujeito o objeto. (LEVINAS, 2019, 182).

Certamente, a dor de Agamenon sabendo do extermínio de seu exército, como uma dura realidade o capacitou a desfazer convicções e refazer outras de melhor bom senso. Nossa esperança é que o quadro de sofrimentos vivido nos dias de hoje, cause traumas capazes de marcar mudanças no comportamento, nas convicções acerca do vivido sobre o planeta por algum tempo.

Não há como precisar quando haverá “normalidade”, desde que “normalidade” não seja entendida como a cultura de morte, de insensatez em relação da preservação do nosso planeta, do consumismo desenfreado, enfim de vários vírus com os quais fomos acostumados a viver e, em alguns casos, já até criamos anticorpos contra eles.

No entanto, para o bem ou para o mal, nos defrontaremos com mudanças no comportamento pessoal e social, entretanto muito além disso, ainda não podemos dimensionar. Acontecerá conosco, mais ou menos, aquilo que vemos na ficção; o Capitão América passou muito tempo em coma e quando acordou no tempo futuro, percebeu atônito que tudo havia mudado ao seu redor. Houve um tempo para o Capitão América se aproximar do mundo no qual acordou. Da mesma forma nós, com diferença que não dormimos, nem ficamos em coma, mas o “lockdown” e isolamento social que experimentamos possa nos ajudar a nos defrontar com essas necessidades diferenciadas que emergem a partir da crise.

Agamenon, na narrativa mitológica, tinha certeza que libertando Criseida aplacaria a fúria do deus Apolo e, sobre essa convicção, tomou a decisão de bom senso. Nós, no entanto, diferentemente de Agamenon,

só temos incertezas. As respostas não existem, por isso, experimentamos, como nunca, aquilo que teoricamente já foi constatado desde as descobertas da Física Quântica, o que percebemos pelos nossos sentidos é muito menos do que realmente ocorre como fenômeno, tudo isso sem contar com a subjetividade de cada pessoa que, por si só, tem percepções diferentes da realidade.

Essa mancha vermelha que vejo no tapete, ela só é vermelha levando em conta uma sombra que a perpassa, sua qualidade só aparece em relação com os jogos da luz e, portanto, como elemento de uma configuração espacial. Aliás, a cor só é determinada se se estende em uma certa superfície; uma superfície muito pequena seria inqualificável. Enfim, este vermelho não seria literalmente o mesmo se não fosse o "vermelho lanoso" de um tapete. (MERLEAU-PONTY, 1999, P. 25).

Na aventura apaixonada, Agamenon, inicialmente ao se defrontar com seu mundo egoísta tomou decisões que provocaram desafios no seu mundo vivido, entretanto frente a perda de seus guerreiros, seu ponto de vista se desloca para outras posições. Paul Ricoeur (2019) nos propõe uma reflexão muito interessante, como o faz Dostoiévski no romance Crime e Castigo (1979), quando o personagem Raskolnicov, depois de tirar a vida da usurpadora Sonia, agiota exploradora dos pobres, entra numa batalha interior de consciência e se entrega confessando o crime, porém ninguém, mesmo o delegado investigador acredita que foi ele quem cometeu o crime. Temos aqui o choque de uma realidade interior e outra exterior.

A fenomenalidade do mundo interior é em primeiro lugar alinhar este último com o mundo chamado de exterior, cuja fenomenalidade não significa de modo alguma objetividade em sentido kantiano, mas precisamente “arranjo, simplificação, esquematização, interpretação” (RICOEUR, 2019, p. xxlx).

Ele acrescenta:

Assumir a fenomenalidade do mundo interior é também aliar a conexão da experiência íntima a “casualidade” externa, que é também uma ilusão que dissimula o jogo das forças sobre o artifício da ordem. É também postular uma unidade completamente arbitrária, ficção chamada de “pensar”, separada da exuberante multiplicidade dos instintos. É, por fim, imaginar um substrato de sujeito no qual os atos de pensamento teriam origem (RICOEUR, 2019, p. xxlx).

Portanto, o inédito, o imediatamente lógico à pandemia é extremamente difícil de cogitar nesse momento, mas isso não se confronta com a necessidade de vigiarmos e, com os recursos que temos, propor e sustentar possibilidades. O fato é que, sob muitas formas, precisamos mudar de via, para continuarmos vivos.

EIXO 3 - COMPROMISSOS, RUPTURAS E NOVA ÉTICA

Ainda recorrendo à Mitologia Grega, a narrativa da história de Apolo traz um interessante argumento para tratar de compromissos, ruptura e ética. De acordo com o relato mitológico, Júpiter numa das descidas do Olimpo encontrou Latona gerando com ela Apolo e Diana. Latona conhecendo a fúria de Juno, esposa de Júpiter, que perseguia e matava todas as mulheres e os filhos que Júpiter tinha com suas amantes, procurou Netuno pedindo proteção. Netuno, atendendo o pedido de Latona para proteger a sua vida e a vida de seus filhos, colocou-os em Delos numa inóspita e infértil ilha no meio do nada.

Ali Latona teve condições de dar luz aos seus filhos Apolo e Diana. No entanto, os poucos habitantes da ilha manifestaram muito medo, pois temiam que a maldição de Juno caísse sobre a ilha e que dela não sobrasse nada. Latona, no entanto, os tranquilizava afirmando que o novo deus que ela gerava, Apolo, não traria desgraça, mas prosperidade. De fato, isso aconteceu, o solo estéril de Delos floresceu, porque o deus Apolo trouxera consigo o sol, a vida e a beleza. Apolo diariamente

transportava o carro do sol para o alto do céu, depois o guardava atrás das montanhas. Assim, ele era responsável pelos dias e pela noite.

Na tentativa de inspirar novas éticas e rupturas, assim como fazia Apolo com seu carro de sol, quero reportar a recente entrevista de Edgar Morin, na qual o filósofo em sua maturidade intelectual, propõe a construção de um Humanismo Regenerado.

Na entrevista a Simon Blin veiculada no jornal Libération, publicada em 29 de março de 2020, Edgar Morin refletiu sobre o momento que vivemos de pandemia e isolamento social. Para construirmos objetos de reflexão parece propício e conveniente enfatizar algumas importantes contribuições reflexivas do filósofo.

Sob a base de realidade que vivemos, Edgar Morin expõe argumentos reflexivos, com os quais, podemos nos avizinhar de possibilidades e de futuro. Afirma ele na entrevista: *(por tratar-se de uma entrevista, vou reproduzir trechos inteiros da fala de Morin, primeiro para não fragmentá-la e, segundo, fugir do perigo de perder a totalidade do pensamento do autor, que já são textos breves dotados de uma coesão, com a qual ele respondeu cada pergunta).*

No primeiro destaque é o que ele considera de três crises:

“Atualmente nós estamos sujeitos a uma tripla crise. A crise biológica de uma epidemia que ameaça indiscriminadamente nossas vidas e ultrapassa as capacidades hospitalares, sobretudo onde as políticas neoliberais não cessam de reduzi-las. A crise econômica nascida das medidas de restrição tomadas contra a pandemia e que, reduzindo ou parando as atividades produtivas, de trabalho, de transporte, certamente se agravará se o confinamento se tornar duradouro. A crise de civilização: nós passamos bruscamente de uma civilização da mobilidade a uma obrigação de imobilidade. Nós vivíamos principalmente fora, no trabalho, no restaurante,

no cinema, em reuniões, em festas. Aqui somos forçados a um estilo de vida sedentário e à vida privada”.

Nesse primeiro trecho destacado, Morin aponta para a abrangência das grandes crises que enfrentamos. Com isso, ele demarca o perfil dos desafios que as três crises nos impõem. Para Morin presenciamos uma crise biológica, econômica e de civilização. É preciso conceber que a crise biológica não se reduz à pandemia, mas de todos os nossos atos de consumo, do aparato químico-medicamentoso que nos habituamos utilizar. São consumidos, por exemplo, enormes quantidades de hormônios que são levados para as águas dos rios e mares, pelo consumo de anticoncepcionais e outros hormônios externos a natureza humana. Os cientistas se perguntam: qual o efeito (impacto) que isso pode ter sobre a biologia marinha, por exemplo? Na mesma direção o uso de pesticidas e herbicidas aplicados largamente na agricultura, que efeitos e que consequência podem ter nos mananciais de águas e para o equilíbrio da vida sobre o planeta? O que parece, no entanto, é que a pandemia de Covid 19 pode ser um sintoma de vários e múltiplos desequilíbrios.

A segunda crise apontada por Morin é a crise econômica. Ela segue o rastro viral no seu contexto. Experimentamos uma maneira de gestão da economia dos governos, marcado pela manutenção dos interesses de grandes conglomerados. De modo amplo, os governos colocam-se equivocadamente a serviços desses grandes conglomerados, quando deveriam voltar-se democraticamente para aqueles que produzem a riqueza e isso gera uma crise de legitimação.

“Fala-se com razão da crise de legitimação para designar a falta de fundamento que parece afetar a própria escolha de um governo do povo, para o povo e pelo povo (RICOEUR, 2019, p. 300).

O enfrentamento desta crise é terrível, porque atinge o poder, e suas artimanhas. Trata-se de um campo minado pelas ideologias que, do ponto de vista daquilo que expunha antes, sob o argumento que a crise se aguçou e revelou contornos mais definidos e claros.

Nós vivemos sob a influência de consumismo, ou seja, do vício em produtos de qualidade medíocre e em virtudes ilusórias, o incentivo ao aparentemente novo, em busca de mais, e não do melhor. O confinamento poderia ser uma oportunidade de desintoxicação mental e física, que nos permitiria selecionar o importante e rejeito o frívolo, o supérfluo, o ilusório. O importante é evidentemente o amor, a amizade, a solidariedade, a fraternidade, o desabrochar do Eu em um Nós. Nesse sentido, o confinamento poderia suscitar uma crise existencial salutar, em que nós refletiríamos sobre o sentido de nossas vidas”, afirma Morin na entrevista.

Vislumbramos alternativas que despontam da crise econômica. Uma delas é pesquisada e estudado pela Dr^a Kate Raworth, do Instituto de Mudanças Ambientais da Universidade de Oxford. Ela faz a proposta de sistema econômico, no qual as necessidades da humanidade são supridas sem esgotar os recursos do planeta, em contraponto ao crescimento desenfreado sob argumentos estritamente de caráter especulativo e ganancioso.

Para compreendermos as alternativas que surgem, a Economia “Donuts” é uma delas, precisamos, de passagem, visitar os principais modelos econômicos do século 20, para compreender essa proposta. O modelo de *fluxo circular* de Paul Samuelson, publicado em 1944, e as curvas de oferta e procura de William Sevons em 1862 são modelos econômicos que levaram a humanidade a crise econômica que se estabeleceu. Entretanto, pergunta-se, por que eles acabam por ficar anacrônicos? Porque são modelos que privilegiam o fluxo do dinheiro, observáveis pelas transações em Bolsas de Valores e que acabam

definindo o comportamento dos que tem grandes quantidades de dinheiro ajuntados como fruto dessas atividades. Essa lógica meramente matemática do acúmulo de recursos financeiros, resulta por ignorar os ambientes naturais no qual os bens explorados estão disponíveis. Portanto, se ignora aí as necessidades humanas e da sociedade, a cultura e o próprio ambiente natural.

Por que Economia Donut? Trata-se de uma correlação com a imagem de uma rosquinha Donut. Nessa representação gráfica o orifício do meio representa os aspectos sociais para a condição de uma qualidade razoável de vida da população. Na representação iconográfica da rosquinha, as suas bordas representam os limites do planeta.

Trata-se de um modelo de economia sustentável em que valores como: saúde, educação equiparação de igualdades sociais vão até os limites planetários.

O objetivo principal dessa racionalidade econômica é conceber uma base diferente da que tem sido usada no lugar da conquista do lucro. A prosperidade viria da “vida boa”, isto é, de uma condição sólida considerando os bens sociais sob a obediência dos limites ecológicos. Nessa lógica a racionalidade é invertida, pois não adianta ter montanhas de produtos e bens de consumo se não existir as pessoas com condições de comprá-los em detrimento do meio ambiente destruído.

Este modelo econômico tem base nos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas¹. Neste mesmo documento a ONU expõe alguns aspectos que considera os limites planetários, entre eles: mudança climática; acidificação dos oceanos; destruição da camada de ozônio e muitos outros de igual importância.

¹ <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>

Os autores citados que inspiraram os modelos que hoje são seguidos e percebemos fracassados, o fizeram num tempo em que a população humana não tinha o número que tem hoje, mas sobretudo o grande diferencial são as evidências dos avanços de caráter tecnológico inimagináveis, mesmo na primeira metade do Século XX.

Portanto, o essencial para a vida: alimentos, habitação, saúde, educação, participação e voz nas decisões políticas, com o absoluto respeito aos Sistemas da Terra, como clima estável, solos preservados para a produção de alimentos, a camada de ozônio, que nos protege dos raios solares, a oscilação da crosta terrestres pela movimentação de centenas de milhares de veículos, são limites fronteiros que nos permitem manter a vida sobre o planeta, pois sem a vida é inimaginável um sistema econômico e o progresso da humanidade.

Por fim a terceira das crises citadas por Morin, a Crise de Civilização, esta pode-se dizer que seja a crise de todas as crises. Mas, como ela se conforma? Este, por fim, é o ponto de ruptura. A crise de civilização é a crise ecológica; a crise econômica; a crise alimentar; a crise política; a crise religiosa; a crise tecnológica, dentre muitas outras.

Se pensamos pelo lado ecológico, vemos o degelo das calotas polares em consequência do aquecimento das temperaturas, enfrentamos, também as queimadas provocadas que aguçam esse quadro caótico na questão ambiental climática.

No perfil da crise econômica encontramos imensas quantidades de pessoas fora do mercado de consumo e na linha marginal da dignidade humana, o que nos assegura o argumento de que o Capitalismo vive a pior agonia de morte, insistir nesse modelo é prolongar irresponsavelmente seu fim.

Por seu lado, a crise alimentar com a constatação da fome é a expressão da pior das desumanidades, porque o homem vive com aquilo

que a terra produz, mas se grandes quantidades dessa terra tem um dono, os alimentos viram moeda, então o valor deixa de ser humanitário para ganhar um valor de “mercado”.

A crise política se aguça, porque parte da população que exerce seus direitos políticos democráticos, acuados por mudanças, acabam por eleger políticos e propostas que se revelam retrógradas e anti-humanas, porque eles trazem uma narrativa de mudança e moralidade pública, o que na grande parte das vezes, a prática não é coerente com o discurso narrado.

As religiões que pregam práticas religiosas fundamentalistas incitam o ódio criando o perigoso critério do crente e do não crente, desconhecendo, com essa atitude, o direito de toda a pessoa a liberdade. Existe uma crise forjada, especialmente, em partes do mundo conflagrados e insuflados por altos interesses econômicos que, para continuar os esquemas de suborno e exploração precisam da manutenção desses regimes fundamentalistas para perpetuar seus esquemas.

O avançado e muito rápido desenvolvimento das tecnologias, especialmente as associadas a inteligência artificial provocam uma seríssima crise de adequação especialmente de mão de obra. A última geração de máquinas instrumentadas por computadores, colocará fora do sistema produtivo milhões de trabalhadores que necessitam do trabalho para sobreviver e manter suas famílias. Com a redução do tempo dedicado ao trabalho formal, a pergunta que se impõe é: como será ocupado o tempo que sobrar? Certamente, essa crise de contornos antropológicos afeta integralmente a vida sobre o planeta.

Nesse contexto de diferentes e múltiplas crises, precisamos, como intelectuais e educadores, inspirar propostas que desafiem o senso comum, fixados sob argumentos ignorantes originados na chaga das

‘notícias falsas’. Frente a isso, a inteligência de muitos está sendo testada e, de certa maneira treinada, para reagir, da mesma forma como no passado, quando em outros contornos de crises, aprendemos a fazer, a crescer e avançar de forma diferente.

Nesse momento, reconhecemos com Morin que as escolas e os professores terão parte importante nessa aurora de um novo tempo. Por isso, propiciar meios que permitam a reflexão do vivido para enxergar o que está adiante é nossa tarefa.

Morin, chega a afirmar: *“Deve-se distinguir a excepcionalidade imposta pelo vírus das condições normais. Agora, não temos escolha. Mas manter o contato humano direto entre professores e alunos é fundamental. Somente um professor que ensina com paixão pode realmente influenciar a vida de seus estudantes. O papel do ensino é, sobretudo, problematizar, através de um método baseado em perguntas e respostas capaz de estimular o espírito crítico e autocrítico dos alunos. Desde a infância, os alunos têm que deixar solta sua curiosidade, cultivando a reflexão crítica. Ensinar é uma missão, como a que estão cumprindo agora os médicos. Trata-se, de qualquer modo, de cuidar de vidas humanas, de pessoas e de futuros cidadãos”*.

Há, portanto, muitos desafios estampados no cenário da crise, pensar que somos parte de um todo, que não somos ilhas é uma maneira bem interessante de começar a refletir nesse caos. A contaminação não foi somente biológica e de caráter endêmico, ela se expressa também em muitos cenários, nos quais estamos emersos.

Morin nos propõe o seguinte exercício: *“tentemos analisar essa contradição em escala reduzida, levando em consideração o microcosmo das relações pessoais. A incursão do vírus colocou em crise a ideologia de fundo que dominou as campanhas eleitorais nos últimos anos: slogans como “America First”, “La France d’abord”, “Prima gli italiani”, “Brasil acima de tudo”, ofereceram uma imagem insular da humanidade, na qual cada*

indivíduo parece ser uma ilha separada das outras (usando a bela metáfora de uma meditação de John Donne). Ao contrário, a pandemia mostrou que a humanidade é um único continente e que os seres humanos estão profundamente ligados uns aos outros. Nunca como neste momento de isolamento (longe dos afetos, dos amigos, da vida comunitária) tomamos consciência da necessidade do Outro. “Eu fico em casa” significa não apenas proteger a nós mesmos, mas também as outras pessoas com quem formamos nossa comunidade”.

Nesse contexto, Morin sugere que precisamos de um Humanismo Regenerado, com incursões em fontes éticas, na solidariedade e na responsabilidade ingredientes que pertencem ao humano. Ele acrescenta um ingrediente novo, esse Humanismo Regenerado precisa ser planetário.

EIXO 4 – ÉOS A DEUSA DO AMANHECER – O AMANHECER DE NOVAS RACIONALIDADES

Nesse sentido, parece muito claro a seguinte afirmação de Edgar Morin, na provocante entrevista que estamos referindo neste ensaio, diz ele:

“Essas fontes permanecem presentes, mas em parte secas e drenadas em nossa civilização sob o efeito do individualismo, da dominação do lucro, da burocratização generalizada. O humanismo regenerado é essencialmente um humanismo planetário. O humanismo passado ignoraria a interdependência concreta entre todos os humanos que se tornou comunidade de destino, que criou a mundialização e que ela faz aumentar sem parar. Como a humanidade está ameaçada por riscos mortais (multiplicação das armas nucleares, desencadeamento de fanatismos e multiplicação de guerras civis internacionais, degradação acelerada da biosfera, crises e desregulação de uma economia dominada pela especulação financeira enlouquecida), ao que se acrescenta agora a pandemia viral que reforça esses riscos, a vida da espécie humana e, inseparavelmente, a da biosfera se tornam um valor prioritário”.

Parece interessante pensar aquilo que a Teoria Geral dos Sistemas nos ensina, algo bem simples que podemos tomar já de conhecimento de muitos. Trata-se do fato de que todo o Sistema quando enfrenta um desarranjo de qualquer ordem (político-ecológico-econômico-social) ou de qualquer outra ordem, ele dá indícios dessa instabilidade. A pandemia nos indica fortes perturbações nos diversos Sistemas.

O Humanismo Regenerado precisa ter o compromisso com reformas. Afirma Morin: *“as verdadeiras reformas, que não são cortes no orçamento, mas sim reformas de civilização, de sociedade, ligadas a reformas de vida”*. Ele diz mais: *renovar nossa capacidade de “viver junto” (...)* *“restaurar as bases de uma vida comum, mais solidária na escala do planeta”*.

No projeto do Humanismo Regenerado, propugnado por Morin, é preciso levar em conta os: *“três termos tão inseparáveis um do outro quanto o da Trindade divina: o humano é ao mesmo tempo indivíduo, uma parte, um momento da espécie humana, e uma parte, um momento da sociedade. Ele é simultaneamente individual, biológico, social”*. De maneiras que, no substrato desse Humanismo não se deveria *“ignorar nossa ligação umbilical com a vida e nossa ligação umbilical com o universo. Ele não se esqueceria que a natureza está tanto em nós como nós estamos na natureza”*. Para isso devemos ter em mente uma razão sensível e complexa, diz Morin: *“Não somente é necessário seguir o axioma [não há razão sem paixão, não há paixão sem razão], mas nossa razão deve sempre ser sensível a tudo que afeta os humanos”*.

Reproduzo integralmente esses excertos da entrevista, como um reconhecimento pelo lúcido pensar de Morin e de respeito a essa grande contribuição que ele traz, deixando para o leitor as relações que desejar estabelecer. Diz ele: *“O humanismo não é apenas a consciência da solidariedade humana, é também o sentimento de estar dentro de uma*

aventura desconhecida e incrível, em que cada um de nós é parte de um grande ser, feito desses milhões de humanos, como uma célula é parte de um corpo entre centenas de bilhões de células. Cada um de nós participa desse infinito, nesse processo inacabado, nessa realidade tão fortemente tecida pelos sonhos, naquele ser de dor, alegria e incerteza que está em nós, assim como estamos nela".

Há uma narrativa significativa e sensível na mitologia grega que conta a história de Éos, a deusa do amanhecer. Ela é personificada por uma linda jovem de cabelos longos cor do sol. Sua função é despertar as pessoas e criaturas dos mais profundos sonhos, abrindo as portas do céu para a carruagem de fogo (sol) entrar, conduzida por Apolo.

Hoje, experimentamos a ação da deusa Éos, pois com a pandemia se descortina novas racionalidades que, queremos crer, seja para o engrandecimento do humano sobre a terra. Uma das possibilidades é essa anunciada por Morin na entrevista que estamos reportando; ele conclama para regenerarmos o Humanismo.

É necessário para a construção dessa reflexão recuperar, ainda que muito brevemente, alguns aspectos do Humanismo clássico para conseguirmos, depois, cogitar os aspectos que poderiam ser regenerados, avançando ao objetivo da construção de um Humanismo Regenerado.

O Humanismo, como corrente de pensamento, firmou-se sobre um tripé muito conhecido e estudado; o antropocentrismo, a razão e o cientificismo. Ele foi a base do movimento cultural que movimentou a transição da Idade Média para a Moderna. O Renascimento foi um movimento que teve grande expressão nas artes e na arquitetura.

O antropocentrismo colocou a realidade humana no centro. Com efeito, ao longo do tempo decorrido desde a Idade Moderna até nossos dias o antropocentrismo sofreu sob a pressão do mercado, a imposição

das tecnologias virtuais e, cresceu nesse longo tempo uma novidade para a experiência do viver humano que é a coação exercida pelos meios de produção por uma produtividade em escala sempre maior e desenfreada, especialmente depois das Revoluções Industriais e disso resultou por determinar que:

as ciências ‘normais’, inclusive as cognitivas, se baseassem no princípio disjuntivo, que exclui o sujeito (o cognoscente) do objeto (o conhecimento), ou seja, exclui o cognoscente do seu próprio conhecimento, (MORIN, 1999, p.33).

Uma alegoria muito presente para tornar mais próximo esse raciocínio é a reflexão que podemos fazer a partir do filme de Charles Chaplin, Tempos Modernos, que mostra um personagem tornando-se uma engrenagem e aquela cena antológica em que o personagem sai a apertando todo o tipo de parafuso que encontra.

Morin (1999) acrescenta, indicando um caminho de enfrentamento:

o conhecimento do conhecimento deve enfrentar o paradoxo de um conhecimento que é só é o seu próprio objeto porque emana de um sujeito” (Morin, 1999, p.33).

Nesse sentido o Humanismo Regenerado terá que colocar o homem novamente no centro das preocupações a partir da seguinte proposta. Em primeiro lugar deverá traduzir uma outra dimensão de sujeito cognoscente, diferente as posição que tinha no Humanismo clássico, para isso afirma MORIN (1999, p. 33); necessitamos, citando von Foerster (1980) “*construir uma epistemologia dos sistemas observadores*” tendo em conta que os “‘*Sistema Observadores*’ são sistemas humanos que devem ser compreendidos e concebidos também como sujeitos”(MORIN, 1999, p.33).

Nesse passo histórico, com o advento da Ciência Cognitiva, o Humanismo Regenerado, encontrar-se-á com a complexidade,

não se trata de modo algum de cair no subjetivismo, mas, ao contrário, de encarar o problema complexo em que o sujeito cognoscente, permanecendo sujeito, torna-se objeto do seu conhecimento” (Morin, 1999, p. 34).

Assim, o racionalismo que caracterizou o Humanismo Clássico, passa a ter um novo perfil. Para Morin (1999) o racionalismo lógico que cerrava todas as lógicas por meio de uma razão apriorista, hoje necessita ter uma dinâmica diferente, com a advertência de que precisamos trabalhar muito para superar o quadro conceitual anterior, diz ele:

A consciência de que o saber é incompleto está certamente bem disseminada, mas ainda não tiramos as lições disso. Assim, construímos nossas obras de conhecimento como casas com teto, como se o conhecimento não estivesse a céu aberto. Continuamos a produzir obras acabadas, fechadas ao futuro, que fará surgir um novo e o desconhecido, e nossas conclusões dão a resposta segura à interrogação inicial somente com, in extremis, nas obras universitária, algumas novas interrogações (MORIN, 1999, p.43).

Parece que a posição racionalista de não aceitar a investigação empírica como fonte do conhecimento se desfez. Correntes contemporâneas como o cognitivismo de Piaget, a Autopoiésis de Maturana e Varela revelam que outras fontes, como a observação e o ‘observador interno’, no caso da Teoria Autopoiética, são possibilidades de rompimento com a crença do humanismo clássico.

Morin sintetiza a questão:

“Piaget tentou a aventura interrogando a Biologia. Ele tinha a profunda sensação de que as condições do conhecimento, inclusive os dados a priori e as categorias, têm por fonte os princípios fundamentais da organização viva” (Morin, 1999, p.49).

Ainda, em relação a Biologia do Conhecimento de Maturana e Varela afirmam na *Árvore do Conhecimento*

“Tal circularidade, tal encadeamento entre ação e experiência, tal inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, indica que **todo ato de conhecer produz o mundo**. Essa característica do conhecer será invariavelmente nosso problema, nosso ponto de partida e a linha mestre de tudo o que apresentaremos(...). Tudo isso pode ser condensado no aforismo: **todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer**” (Maturana e Varela, 1995, p.68).

Portanto, o Humanismo Regenerado deverá trilhar outras maneiras de perceber e captar a realidade; não mais utilizando a razão pela lógica e dedução, como única forma de pensamento e investigação do real.

Da mesma maneira como os humanistas da modernidade se empenharam em manifestar nas artes e na filosofia questões relacionadas com o universo humano, mas colocando em suspenso o pensamento teocêntrico, hoje, todos nós que entendemos necessário renovar aquele humanismo, precisamos colocar em suspenso outros deuses, hoje representados pelo mercado e suas exigências de globalização, as tecnologias virtuais opressoras do humano, a coação exercida pela produtividade.

As políticas e a gestão pública precisam pautar e significar a defesa de tecnologias de energia limpa, na produção agrícola sustentável, uma medicina mais preventiva do que curativa, enfim... numa cultura de vida e não de morte, para viabilizar a vida sobre a Terra.

A chave principal para abrir a porta desse Humanismo Regenerado está na possibilidade da produção de:

Produzir o mundo (como) o cerne pulsante do conhecimento, isso é associado às raízes mais profundas de nosso ser cognitivo, por mais sólida que nos pareça nossa experiência. E, já que essas raízes se estendem até a própria base biológica, (...), esse gerar se manifesta em todas as nossas ações em todo o nosso ser (MATURANA e VARELA, 1995, p. 69).

Com essas possibilidades poderemos deixar a deusa Éos descortinar o alvorecer de um novo tempo com melhores possibilidades de nosso existir.

O PARADIGMA (AUTO) BIOGRÁFICO COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO

Certamente, temos uma poderosa ferramenta para obviar a construção do Humanismo Regenerado, trata-se do complexo epistemológico e a metodologia que envolve a (Auto)biografia, que Marie-Christine Josso vem denominando de Paradigma Autobiográfico. Para esta autora/pensadora/cientista o ferramental da autobiografia pode ser de grande importância e valia para a formação do homem sob uma nova concepção de Humanismo. Num artigo recentemente publicado “*Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais*”² ela afirma:

Abordagens biográficas e “histórias de vida” parecem ter funcionalidades perenes relacionadas à singularidade e transformações sempre crescentes que afetam as fronteiras geopolíticas, nossas fronteiras mentais e as características dos territórios herdados, construídas ao longo da vida para nos preparar para recompor novas funcionalidades; isso pode ser expresso tanto no mundo do “virtual” quanto no mundo do “real”.

Em “O Nome da Rosa” o romance reconhecidamente popular, um dos cem livros mais lidos do Século XX segundo o jornal *Le Monde*, escrito por Umberto Eco, narra de forma muito criativa a saga de um frade franciscano destacado para investigar mortes misteriosas num mosteiro beneditino na Idade Média. Eco é brilhante nas descrições, tanto que facilitou imensamente o trabalho do roteirista Andrew Birrkin e do

² Tradução: Maria Helena Menna Barreto Abrahão – UFPEL. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 05, n. 13, p. 40-54, jan./abr. 2020 histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais Marie-Christine Josso

diretor Jean-Jacques Annaud, que trouxeram para os écrans uma versão cinematográfica muito fiel à narração escrita. No contexto da história estaria uma suposta obra de Aristóteles que fazia um elogio ao riso, o que era desaconselhado por um monge decano do monastério que tinha a convicção que o riso era coisa do demônio. Esta obra “proibida”, manuscrita com tinta acrescida de arsênico matava os monges que liam o texto pouco antes das páginas onde se encontrava o dito conteúdo.

Mas, você pode se perguntar: o que tem a ver a lembrança da história desse romance com o Paradigma (Auto)biográfico anunciado por Josso no artigo que citamos? É que hoje, assim como na história “O nome da Rosa”, vive-se período de transição. Na época a história do romance marca o trânsito do pensamento obscurantista da Idade Média pelo pensamento Iluminista da Idade Moderna. Hoje, a pandemia e todo o contexto gerador de comportamentos e reflexões nos força a transitar de um mundo para outro.

Diz Josso:

as mudanças sociais geram novos problemas pessoais e coletivos que tornam necessário perceber que nossas representações e nosso ponto de vista de observação se tornaram insatisfatórios, até obsoletos ou marcados historicamente (Josso, 2020).

No esforço que todos estamos fazendo e que haveremos de fazer para construir o “novo normal” procurando vencer as idiossincrasias observadas e vividas no passado, nos colocamos em acordo com Josso, quando afirma:

Parece-me que as narrativas biográficas se converteram, em muitos casos, em salva-vidas que talvez nos permitam resistir às tempestades e turbulências que já estão se manifestando e aquelas que nos esperam a curto prazo, preservando, no mínimo, a autoestima para imaginar soluções temporárias e um mínimo de solidariedade para encontrar formas viáveis

de cooperação, na esperança de que possam se tornar focos de renovação social e política (Josso, 2020).

Para isso, a autora propõe a denominação de Paradigma Biográfico, sem dúvidas, entendemos que o conjunto formado pela epistemologia mais a metodologia compõem um conjunto de proposições, com os quais podemos trabalhar essa construção. Consideremos o que afirma a autora:

Deve-se acrescentar que o paradigma biográfico em ciências humanas despertou um interesse crescente ao longo dos anos, o que mostra sua relevância, o que nem sempre foi o caso. De fato, as práticas das histórias de vida e sua formatação múltipla ganharam valor no campo das Ciências Humanas tanto quanto as lutas individuais e coletivas, em razão de que era necessário criar esse novo território de reflexão reconhecido como exigindo novos métodos e suportes para o que chamamos de “biográfico” (Josso, 2020).

Entendo, que a postulação de Josso é pertinente e de uma contemporaneidade que completa ânsias e desejos nesse momento que vivemos crises pessoais, sociais e culturais.

Segundo Thomas Kuhn *“Uma nova teoria é sempre anunciada juntamente às suas aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais; sem elas não poderia nem mesmo candidatar-se à aceitação científica”* (Kuhn, 2013, p.76). O Paradigma Biográfico emerge num momento decisivo de encontro com um novo amanhecer, que a deusa Éos nos trará no qual as biografias e as (Auto)biografias constituir-se-ão no melhor substrato para formação do Humanismo Regenerado.

Por isso, voltar às coisas mesmas é se aproximar dos destinos e das essências que desejamos alcançar. Não há destinação sem o percurso, a caminhada, o que é feito pela Ciência. Reconhecendo o desafio feito por Morin e todas suas implicações, assumo a defesa da regeneração do Humanismo pela contribuição do Paradigma Biográfico, como uma condição para vivermos a vida boa, sob uma sociedade justa.

Nós temos a tarefa, da defesa de nossa existência sobre o planeta Terra. A convocação é inspirada no pensamento de Jürgen Moltmann (2012): *“(nossa) ética se refere ao etos em face da vida em perigo, da Terra ameaçada e da justiça ansiada. Ela não discute princípios gerais e atemporais, mas aquilo que, em face dos perigos importa fazer hoje e amanhã com a coragem da Esperança”*.

Mas o que poderia a epistemologia e metodologia (Auto)biográfica ser um contributo para alcançarmos a *“Superação da Terra ameaçada e da justiça ansiada”*?

A essência do que é desenvolvido adiante não é um conhecimento com identidade ideal ou uma idealização, mas com a construção das (Auto)biografias é possível, como objeto de percepção do Si e do Outro, considerando o fenômeno do Dito atravessar objetos perceptivos e, como um desvio, construir significações tão distintas, quantas forem os que se aproximarem das narrativas (Auto)biográficas.

Se insistíssemos na comunicação da essência manifestada a ordem, se tomássemos o Dizer por uma pura comunicação de um Dito, a veracidade do sujeito também não teria outra significação. A manifestação ao outrem e o entendimento Inter-humano intersubjetivo, sobre o ser que se manifesta, pode, por sua vez, desempenhar o seu papel nesta manifestação e neste ser (Levinas, 2011, p. 150).

Aqui encontra-se a razão das (Auto)biografias serem consideradas, como uma potente ferramenta para, pelo Dito, moldar *“essência, conhecimento e ação”* (Levinas, 2022, p. 187).

O sujeito humano guarda na memória as lembranças de atos e ações vividas e, se registradas e configuradas como narrativas, constituem-se num recurso de formação e, em outras circunstâncias de suporte para novas elaborações de modo de ser e de agir. Nesta manobra está, naquilo

que é vivo, as possibilidades de rupturas para sustentarem a base de novas hierarquias de valores e estilos de vida, como um ser universal.

O sujeito humano - o eu consciente, conhecedor e agente - e interpretado como o eixo desta inversão do conceito, deste acontecimento da finitude. Enquanto ente, o sujeito humano encontra-se submetido ao conceito que, por todos os lados, envolve a sua singularidade e o absorve no universal e na morte (Levinas, 2011, p. 188).

É importante destacar que Dito não registrado perde o significado e não só isso, fica perdida o registro da experiência do vivido que, em última palavra é a própria vida. Registrar (Auto)biograficamente o fenômeno do vivido é um poderoso recurso para despertar sensibilidades e projetar o humano a outro patamar de consciência e ação.

A veracidade do sujeito seria a virtude de um dizer no qual a emissão de signos - insignificantes na sua figura própria - se encontraria subordinada ao significado, ao dito, o qual, por sua vez, ser conformaria ao ser que se mostra. (Levinas, 2011, p. 150)

O relato (Auto)biográfico traz consigo uma nova matéria emergente, cujas essencialidades, podem resultar em ações regeneradoras do Humanismo e isso configurar um novo presente, porém tudo parte do sujeito e da sua ação, enquanto sujeito que percebe e age em sua realidade, por isso contar-se ou dizer-se é uma oportunidade para refletir e se auto-organizar.

O sujeito não seria a origem de toda e qualquer significação - Independentemente da verdade da essência que o sujeito serve. A mentira não seria mais do que o preço que o ser tem que pagar pela sua finitude. Haveria uma ciência capaz de totalizar o ser a todos os níveis do seu esse - fixando as estruturas ontológicas que o articulam -, de totalizar a subjetividade, o eu, os outros -, significantes e significados onde se opera a representação subjetiva do ser. (Levinas, 2011, p. 150)

Os pressupostos do Paradigma Biográfico são efetivamente essa outra ciência “capaz de totalizar o ser a todos os níveis do seu esse” como se lê na citação acima, porque ela é capaz de “totalizar a subjetividade do Eu e dos Outros” em representações subjetivas, constituindo-se na chave dos significados para mudanças.

Essas são as essências que se descortinarão, sob diferentes e dimensões. O que segue, não é receita nem roteiro, mas uma possibilidade honesta de contribuir com o adensamento do Paradigma Biográfico, destacando um importante recurso para regenerar o Humanismo, olhando para a totalidade para enxergar o infinito.

REFERENCIAS

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. CRIME E CASTIGO. São Paulo: Abril Cultural, 1979

KUHN, Thomas S. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013

LEVINAS, Emmanuel. DE OUTRO MODO QUE SER. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011

LEVINAS, Emmanuel. TOTALIDADE E INFINITO. Lisboa: Edições 70, 2019

MERLEAU-PONTY, Maurice. FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO. São Paulo: Martins Fontes, 1999

MOLTMANN, Jürgen. ÉTICA DA ESPERANÇA. Petrópolis: Vozes, 2012

MORIN, Edgar. O MÉTODO – O conhecimento do Conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999

MORRIN, Edgar. É HORA DE MUDARMOS DE VIA. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020

RICOEUR, Paul. A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, O ESQUECIMENTO. Campinas: Unicamp, 2020

2

ORÁCULO – PRESCIÊNCIA 1 – ABRANGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Júlio César da Rosa Machado



(Amarelo, Vermelho, azul – Wassily Kandinsky – 1925)

Fui me aproximando do prédio da Universidade e me impregnando com aquela atmosfera acadêmica encantadora. Quando passei pelo portal fui surpreendido com o jardim interno. Era um quadrilátero rodeado por corredores protegidos por arcos. Um prédio muito antigo, mas muito bem conservado. No outro extremo do corredor enxerguei um grupo de pessoas que conversavam. Fui caminhando até eles; poderiam ser os estudantes que me aguardavam. Ao me aproximar constatei que era, exatamente a turma com quem deveria conversar. Entrei na sala; uma exuberante arquitetura, daquelas parecidas, como se vê nos filmes das primeiras universidades em forma de arena. Aguardei os estudantes se acomodarem e iniciei.

Tomou conta de mim um sentimento, como se fosse um oráculo, e perguntei: “sei que vim aqui para falar de epistemologia, como vocês iniciariam? Sabia que podia haver barreira da língua, pois os estudantes falavam língua espanhola, mas deixei a situação rolar. No entanto, uma jovem, mais ou menos 35 anos, toma a palavra e detalha um problema percepção de cunho filosófico. Disse ela: a questão feita me remete para uma experiência concreta, considerou ela, se misturamos as cores amarelo,

vermelho e azul o resultado pode ser incerto dependendo da quantidade de tinta de cada cor que misturarmos.

Entendi que seu questionamento tinha a intenção de estabelecer uma linha de raciocínio com a pergunta que fiz. Eu a indaguei: qual a relação que fazia? Ela disse: uma Teoria do Conhecimento tem diferentes nuances e o artifício da mistura das cores, era uma metáfora para propor hipóteses e alimentar lógicas e compreender o valor das objetividades dos fenômenos científicos.

Eu acrescentei existir dois grandes polos da epistemologia que são: a origem das coisas e os fundamentos de qualquer conhecimento. Firmei a convicção de que todos os processos que desenvolvemos intelectualmente para adquirir e fundamentar um conhecimento, os seus limites e sua extensão, é matéria da Epistemologia, especialmente aquilo que ainda é conhecido.

Entretanto, quero afunilar este amplo território da Epistemologia para um campo que tenho interesse particular: adensar conhecimentos no Paradigma Biográfico firmando possibilidades epistemológicas e consolidá-lo nos ambientes acadêmicos, como um recurso para contribuir, comprometido que sou, *“a viver o bem com e para o outrem em instituições justas”* (Ricoeur, 2019, p.417)¹, neste caso admitindo que *“a escuta da fala recebida passa então a ser parte integrante na qualidade de discurso dirigido a...”* (Idem, p389) para construir a *“vida boa numa Sociedade justa”* sob a ética da responsabilidade. (Idem, p. 301)

Como um Oráculo eu continuei: para esta tarefa precisamos considerar o Si mesmo, como sujeito histórico misturando com o que está na memória e recuperá-la dando a ele o poder da palavra, constituindo-o como um sujeito narrativo autobiográfico.

Então, o oráculo falou novamente por mim, interrogando: estaria aí uma hipótese a ser considerada de regenerar o humanismo pelo impacto dos relatos (Auto)biográficos?

O Oráculo, neste momento cumpriu sua tarefa de perguntar. Olhei para a classe, percebi uma profunda meditação silenciosa. Então, para quebrar o silêncio eu disse: sei que sem a pergunta não avançamos e, completei nosso produtivo encontro com a sugestão de escreverem o

¹ RICOEUR, Paul. O SI MESMO COMO OUTRO. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

fruto das suas reflexões. Da minha parte, também fiquei influenciado pelo debate. O que segue é o produto das minhas reflexões/percepções, considerando as escolhas que fiz, as influências que recebi e, como pesquisador, ao considerar racionalidades (auto)biográficas na construção do Si mesmo e do Outro, fico cogitando a possibilidade de regenerar o humanismo.

"Feliz de quem olha pelas janelas da sabedoria e fica à escuta à sua porta"

Livro da Sirácida, 14,24

3

AS INSUBORDINAÇÕES: NARRATIVAS DO SI, QUANDO CONSTRUTORAS DO EU (OU SUJEITO) HISTÓRICO, SOB O EFEITO DA REPRESENTÂNCIA DA MEMÓRIA

*Júlio César da Rosa Machado*¹

PROÊMIO: INÍCIO DA REFLEXÃO

O grupo de pesquisa GRUPRODOCI, liderado por Maria Helena Menna Barreto Abrahão, tem trabalhado adensando estudos e reflexões do Paradigma (Auto)biográfico sob diferentes dimensões e aspectos. A preocupação permanente é firmar epistemologicamente esse emergente e suas possibilidades em contribuir com um mundo novo sob uma vida boa, que, segundo Ricoeur (2019) é alcançada pela construção da alteridade do outro (p.388) e, acrescento, pela “regeneração do humanismo” Morin (2020). Trabalhamos para contribuir com esses alvos em projetos de educação formal e informal, na educação de professores e de agentes sociais e culturais. Entendemos que se trata de um esforço para romper com o niilismo, como o entende Nietzsche (2017)

“o niilismo é, pois, o conhecimento do longo desperdício da força, a tortura que ocasiona esse “em vão” a incerteza, a falta de oportunidade de se refazer de qualquer maneira que seja, de tranquilizar-se em relação ao que quer que seja (p.150)

Como participante desse grupo me incluo empenhado, aqui neste texto também, em apresentar feixes de ideias e reflexões, sob o desejo de que elas possam contribuir com a reflexão conjunta com tantos

¹ parceirojc@gmail.com

outros participantes do grupo, que buscam nas narrativas de si e do outro, nas suas próprias histórias, bem como de outros actantes que, de alguma maneira com sua ação e historial contribuem para o desenvolvimento humano, muitas vezes traçando movimentos e rotas de insubordinação.

De modo geral, de algum tempo para cá alguns membros do grupo, têm trabalhado sob a inspiração da hermenêutica fenomenológica de Ricoeur, compreendendo a linguagem como discurso. Ao longo desse tempo, o conhecimento (Auto)biográfico foi sendo adensado com outros autores, ampliando e aprofundando as reflexões acerca desta “aventura”, registradas na história do próprio CIPA². Entretanto, hoje, de uma certa maneira expoente, alguns componentes do grupo, nele me incluo, temos trabalhado na lógica e no entendimento de que, quando *“o discurso aparece como acontecimento: algo sucede quando alguém fala”* Ricoeur (2002, p.104).

É recorrente em nossas reflexões acerca do paradigma (auto)biográfico cunhar, por meio de nossas pesquisas ou construções epistemológicas e/ou metodológicas, às vezes por insubordinação, outras vezes por rupturas epistemológicas; outras, ainda, por adensamento reflexivo, novos pressupostos e formulações epistemológicas que rompem com os paradigmas acadêmicos tradicionais de pesquisa. Esta é uma forma concreta de construção e consolidação do paradigma (auto)biográfico, trazendo para ele nuances e perspectivas. O fato é que, determinados, e sob a recomendação que Ricoeur recebeu de seu mestre seguimos convictos entendendo: *“cuando um problema los perturbe, los angustie, los asuste, no intenten evitar el obstáculo: abórdenlo de frente”* Ricoeur (2007, p. 15) enfrentamento

² CIPA: Congresso Internacional da Pesquisa (Auto)Biográfica, em 2024 na Xª edição

realizado por um processo de pensar e refletir sob a fenomenologia hermenêutica reflexiva, ponderando sobre algo, no caso particular do nosso grupo sob as questões: “quem é o sujeito do discurso? quem é o sujeito do fazer? quem é o sujeito de quem se relata?” (id. p. 97). Trata-se de um processo mental de possibilidades reflexivas, que critica e reflete conhecimentos, informações, perspectivas e dimensões na compreensão de fenômenos (autobiográficos).

Nesse sentido, as narrativas (auto)biográficas, como narrativas de si, nos estudos empreendidos são fenômenos originados na relação Linguística entre a língua e o código. Entendidos com Abrahão (2023) que essas narrativas são tratadas e compreendidas sob o Círculo Hermenêutico Mimético, entretanto reconhecemos que sempre há muito para avançar. Uma delas tratarei neste texto tendo as narrativas do si, tomadas sob o efeito da representância da memória, como construtoras do sujeito histórico, na forma de insubordinação da hermenêutica histórica acadêmica.

O JOGO DA IPSEIDADE DO SI NAS NARRATIVAS DO SUJEITO HISTÓRICO E A IMAGINAÇÃO

Há um jogo muito claramente posto, quando adentramos na fenomenologia da construção de si proposto por Ricoeur (2019), ele reconhece uma dupla possibilidade que se estabelece entre a identidade-idem e a identidade-ipse.

Na Identidade-idem está a pessoa como particular básico.

“Nesse sentido, o conceito de pessoa, assim como o de corpo físico, seria um conceito primitivo, uma vez que não seria possível remontar acima dele, sem o pressupor no argumento que pretendesse derivá-lo de outra coisa” (id. p. 6)

Partimos da compreensão que a corporeidade da pessoa está inscrita no tempo, e é mais ou menos permanente, embora o corpo também sofra modificações ao longo do tempo, uma vez que ele pode ser menos suscetível no jogo da ipseidade a mudanças.

Por outro lado, a identidade-ipse é a mudança permanente. Podemos dizer, com certo cuidado do risco do exagero, que não passamos um dia sem mudanças significativas em nossa ipseidade, pois estamos sempre sujeitos à reflexão e por isso a mudanças permanentes e constantes.

Sei que algumas filosofias apontam essa dinâmica como devastadora, no entanto não entendo isso como algo ruim ou quase insuportável, justamente por estarmos sujeitos a essa dinâmica, temos a possibilidade do revigorante reflexão e reposicionamento do existir, uma vez que a própria história tem sua dinâmica, impõe suas possibilidades, pois, sob um fluxo contínuo, provoca mudanças, permanentes ou não no mundo pessoal e no coletivo.

A identidade-ipse tem nessa dinâmica a possibilidade construtiva dos sentidos e dos significados, como o mundo fenomenológico da pessoa (sujeito histórico), com isso ela vai colecionando significados, construindo sentidos e produzindo a sua cultura e a do seu grupo social, mais tarde isso pode ser narrado como história vivida, ou de vida.

Neste ponto, Ricoeur nos aponta para um fator que nos distingue dos animais, por exemplo, não somos somente o corpo, mas nossa corporeidade incorpora a ipseidade. Não só isso, nos entendemos fenomenologicamente, por uma ontologia de dois planos: um material (corpo) e outra espiritual (alma). No entanto, de fato ambos podem ser testemunhas da mesma história no mesmo contexto e até mesmo no mesmo lugar, porém podem ter percepções acerca do vivido de forma diversa.

Esse jogo da ipseidade é muito presente na narrativa do romance escrito por Érico Veríssimo³ “O resto é silêncio”. Nesta narrativa ficcional o autor narra o suicídio de uma moça, que se atira do décimo andar de um edifício no centro de uma cidade urbana. Vários personagens passam pelo local: Doutor Lustosa, um desembargador aposentado; Norival, um homem de negócios à beira da falência; Tônio Santiago, um romancista; Aristides Barreiro, um ex-deputado e rico advogado; "Sete", um vendedor de jornais; "Chicharro", um boêmio; e Marina, uma mulher angustiada, todos testemunham o suicídio. A narrativa trata a percepção que cada um destes personagens/testemunhas reagem a este evento. Acrescenta, ainda, reflexões suscitadas em cada um, frente a cena chocante. O percurso narrativo destes sujeitos históricos (aqueles que viram o fato) impacta a identidade-ipse de cada um deles. Todos foram sensibilizados pelo mesmo episódio e percebem a cena a partir de suas próprias percepções. Sob suas identidades-idem, cada um pode narrar a história de acordo com suas ipseidades. Mais tarde, sob o efeito de outras informações, ou outras reflexões, cada um deles poderá narrar outras possibilidades que suas ipseidades construíram.

Nesta novela de ficção, o romancista, o autor é o dono da história e dos dramas de cada um, por outro lado quando escrevemos uma narrativa (auto)biográfica, devemos ter o cuidado de registrar, pela palavra dada, a percepção de cada sujeito histórico acerca do episódio vivido. No conjunto das narrativas verificaríamos elementos diversos, porque diversa é a percepção e construção de cada sujeito, de acordo com sua ipseidade. Caso viéssemos a registrar a palavra dada em outro

³ Érico Veríssimo – escritor brasileiro do R. G. do Sul

tempo ou sob outras circunstâncias as ipseidades movimentadas poderiam apontar outras nuances narrativas.

É por essa razão que Ricoeur afirma: “a dimensão ontológica, é marcada pela noção de ser como ato e como potência” (id. p. 374).

Tomo como sentido, nesta reflexão ontologia, um estudo do ser ou, também, como uma reflexão sobre o ser, portanto

Centralidade do agir e descentramento em direção a um fundo de ato e de potência, essas duas características são igual e conjuntamente constitutivas de uma ontologia da ipseidade em termos de ato e de potência. (id. p.363)

Portanto, o historiador-pesquisador ao narrar aquilo que ouviu do narrador, deve ter o cuidado para, com atenção, dar sentido ao jogo da ipseidade e não esquecer da alteridade. O outro, aqui precisa ser entendido e tratado como o si mesmo. O sujeito histórico, aquele que narra poderá até inventar, mas esse julgamento não podemos fazer, porque obediente à ipseidade daquele que narra sua (auto)biografia, ou a percepção que teve de um episódio, tomamos sua narrativa como verdadeira de acordo com uma posição fenomenológica, isto é, a palavra dada é fruto da identidade-ipse. Compreendemos, também, que em outro momento de sua vida o narrador poderá acrescentar outros fatos, outras memórias e até mesmo outras interpretações para as mesmas narrativas e isso será fruto do jogo da ipseidade.

Podemos entender, então, que o resultado propositivo desta reflexão, no jogo da ipseidade do si nas narrativas (auto)biográficas, estão situadas ontologicamente na imaginação.

Agora, é preciso enfrentar o que se entende por imaginação. Numa primeira aproximação com o termo pelo senso comum, encontramos a compreensão de que é algo ligado à designação de qualquer pensamento

ou raciocínio sem fundamento, ou que não tem possibilidade de relação com a realidade.

Pelo contrário, não é com este tom que pretendo trabalhar, mas entender imaginação como aquilo que permite ao ser humano conceber realidades admitidas como centro do fenômeno da representação do real, mas não reconheço, nem incluo aí a ilusão ou a fantasia.

A Imaginação tem origem no latim “*imaginatio*”, que é a possibilidade de um humano representar coisas reais. Trata-se de um processo mental, que se delimita fenomenologicamente a partir de um estímulo originado no interior do ser humano e que desenvolve uma representação mental que, segundo Durand (2022):

Nas hermenêuticas antagônicas (antagonismo coerente que se repercute no seio da própria estrutura do símbolo, irredutivelmente significativa, *Bild*, e sentido, *Sim*) que a imaginação simbólica constitui a própria atividade dialética do espírito, dado que a nível do ‘sentido próprio’ da imagem, cópia da sensação, ao nível da vulgar palavra do dicionário, desenha sempre o ‘sentido figurado’, a criação perceptiva⁴, a poesia da frase que no seio da limitação *nega* esta própria limitação (p. 97).

É importante destacar que, para nós que trabalhamos com a palavra dada, compreender que a “*imaginação é apreendida nas estruturas do discurso*” (Ricoeur, 2020 p.263). Do mesmo modo, Ricoeur aponta para o fato de existir uma problemática comum que adentra no trabalho de todos que lidam com narrativa histórica, segundo ele “*é dar à imaginação histórica, a forma de discurso, de um modo que leve em conta a retórica e, mais precisamente, a memória dos tropos*” (id. p. 364). ‘Tropos’, aqui entendido como um aspecto, do enredo ou de qualquer narrativa, visando a persuasão do leitor frente ao enredo e história nas narrativas.

⁴ perceptivo(a) termo muito utilizado em Portugal como um adjetivo significando “*que tem a faculdade de perceber*” segundo <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/percetas>

São três as figuras de retórica reconhecidas ou tropos: o logos, o ethos e o páthos.

Respectivamente elas são definidas: o *logos* é uma parte do discurso que usa da demonstração; no discurso são aquelas informações com capacidade de atestar a veracidade ou a autenticidade de alguma coisa.

Ethos, como figura de retórica, são aquelas informações que demonstram os traços de caráter do narrador, expressas quando ele fala dele mesmo.

Por último, a figura de retórica páthos que são aqueles proferimentos persuasivos nos quais são evocados a emoção e os sentimentos de: tristeza, alegria, ódio, amor, dentre outros; na realidade qualquer uma dessas figuras de retórica vêm impregnadas por conotações, que por sua vez, elas podem ser expressas com intencionalidade ou não, porém de um fato não temos dúvidas; elas espelham a ipseidade.

Por isso constatamos; na *“estrutura profunda da imaginação deve sua indiscutível fecundidade ao elo que estabelece entre criatividade e codificação”* (id. p. 265), sob uma multiplicidade quântica de possibilidades, que é um resultado concreto da ação da identidade-ipse.

Existe um aspecto muito presente da estrutura da identidade-ipse, que é a eufemização da lembrança gerida pela imaginação e sua conseqüente narrativa codificada pela palavra dada. As narrativas podem vir abrandadas, especialmente as lembranças desagradáveis. Isso pode ser uma maneira de proteção do si mesmo, uma vez que a imaginação, como estrutura profunda, pertence ao sujeito histórico e quando ele não quer, ou não pretende enfrentar determinada memória, ele abranda na narrativa o vivido, porque aquela lembrança lhe traz desconforto. Este jogo da ipseidade do si nas narrativas também fazem parte da composição deste quadro de subjetividades.

Diante disso, o ato de lembrar estará de modo resoluto, isto é, presente diante daquilo que aparecer frente aos propósitos do narrador e de sua identidade-ipse, como um jogo só experimentado por viventes, entretanto o que não podemos perder é o *“poder de distinguir uma lembrança de uma ficção, embora seja como imagem que a lembrança volte”* (id. p. 503).

A FENOMENOLOGIA DO AGENTE-MOTIVAÇÃO, COMO AÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO PELA NARRATIVA

Com a discussão do tema da identidade-ipse, trabalhada anteriormente ficamos frente a questão da ação do sujeito histórico que narra e se narra. Então, temos a seguinte aporia: como é a construção fenomenológica desse agente-motivação? Estamos tratando, no ambiente do paradigma (auto)biográfico, da ação do Sujeito Histórico quando narra? É disso que tratamos como ação? Em o Discurso da Ação (2018), Ricoeur trata desta questão no capítulo IV, quando lida com o motivo e a causa.

Ele expõe:

Com a relação agente-motivação, entramos no próprio cerne do problema da ação. Com efeito, a análise da motivação conduziu-nos a um confronto entre motivo e causa. Eis que agora a noção de agente implica um *poder* de produzir a ação que põem em causa todas as dicotomias anteriores entre motivo e causa; com efeito, tais dicotomias fundavam-se num conceito de causa tirado da tradição moderna (...). A noção de agente está a montante⁵ do conceito moderno de causa num ponto em que causar significa ainda produzir. O agente é efetivamente aquele que não só é identificável, aquele que é responsável mas, mais fundamentalmente ainda, aquele que faz, produz ação, põe os seus atos (id. p. 121).

⁵ 'a montante' significa que ele está antes do outro, conforme <https://www.dicio.com.br/>

Aqui temos uma categoria nova, trata-se da noção do poder do agente. Note-se que é muito importante para o âmbito das narrativas (auto)biográficas essa característica do agente. O poder de narrar é ação exclusivamente do narrador. Ricoeur considera muito significativa esta noção. Ele destaca:

A noção de poder e a de intenção apoiam se uma na outra; na ideia de um projeto, está a ideia de alguém que pode fazer o que tem a intenção de fazer; entre poder fazer e ter a intenção de fazer, existe uma implicação lógica. Portanto, é na própria ideia de intenção que importa reconhecer a presença da ideia de causa no seu sentido primitivo; pelas nossas intenções, tomamos a iniciativa de fazer alguma coisa; começamos algo no mundo (id. p. 125).

Isso destaca a importância que tem a motivação deste agente no projeto de recuperar a história de vida. Frente ao argumento, o narrador precisaria estar incluso no projeto de trabalho, assim além dele participar como agente narrador, ele encarna o agente histórico que viveu episódios, fatos e enredos, que porventura, estiveram presentes em sua vivência.

Por fim,

Iniciativa e motivação vão a par. Invocar um agente implica que se complete, além disso, a compreensão da ação mediante um inquérito acerca dos motivos e não das causas. Essa conexão entre poder e motivação é talvez o critério último da diferença entre motivo e causa física (id. p. 127).

A fenomenologia, portanto, emergente deste processo narrativo tem sua sustentação exclusivamente na motivação do agente, como sujeito histórico.

Entretanto, para além disso, pretendemos adentrar no campo do conhecimento fenomenológico hermenêutico de Ricoeur e aplicá-los no paradigma (auto)biográfico, especialmente nas narrativas de si e do outro, quando estes se constituem sujeitos históricos.

Inicialmente, a concepção de hermenêutica fenomenológica no pensamento Ricoeur vem pelo acento na tensão constante e frequente na sua obra entre objetividade/subjetividade, e/ou compreensão/explicação sob permanente sistema de interpretação. Com isso, o filósofo vai nos apresentando os significados que atribuímos a nossa própria existência, por isso ele nos concebe como seres sob a lógica da ipseidade, da mesmidade e da alteridade, que se constituem por meio da linguagem, nos discursos e, que resultam pela revelação de nossas ações, como compreensão de si e do outro.

Disso resulta uma compreensão diferente, mais aplicada, nos objetos que trata Ricoeur, daquelas compreensões da fenomenologia mais original de Husserl, no entendimento que as coisas voltavam para elas mesmas, sem a influência de explicações científicas ou análise metodológicas mais complexas. Neste campo, a subjetividade envolve o sentido dos fenômenos que os levam à essência das coisas para compreendê-los.

Sob o pensamento Ricoeur, essa concepção, embora lhe chame atenção, é refletida por ele sob um deslocamento, uma vez que, para ele, os proferimentos discursivos são reveladores da intencionalidade da consciência e, são elas, as narrativas, que voltam às coisas mesmas. Ele avança, afirmando que esse esforço em descrever ao narrar, possibilita ao narrador um ato reflexivo sobre o narrado. Este círculo reflexivo fenomenológico possibilita, ao narrador, a construção de sentidos para si, mas também para o pesquisador-historiador e, por fim, a do próprio leitor. Todos esses agentes têm a oportunidade de fazer a sua construção dos significados sob a mesma narrativa.

Assim, entende-se que, por esse processo narrativo, o mesmo fenômeno tem múltiplas possibilidades de ser narrado, entendido, e assimilado, pelos diferentes agentes da ação narrativa.

Ao reconhecer a não existência de um conhecimento fenomenológico único, Ricoeur propõe que esse movimento descentraliza as percepções do conhecimento promovendo por sua fenomenologia hermenêutica, o deslocamento dos objetos, neste caso as narrativas, conferindo a elas possibilidades não redutivas, porém todas originadas na palavra dada do narrador.

Nesse sentido, no âmbito das narrativas (auto)biográficas a narração não é ato de um romancista ou ficcionista, mas de um agente, que narra sua experiência vivida pela palavra, sob discursos. Esse é um ato que tem origem na recordação das lembranças, ganha um espaço narrativo, pelo discurso, e depois disso, quando lido, torna-se uma experiência coletiva.

Acerca disso, os povos originários, que não conheciam a escrita formal, nem mesmo os mecanismos de impressão, tinham na transmissão oral, uma liturgia social que servia para mantê-los culturalmente unidos, informados dos perigos, das ameaças e das ousadias, lendas que os mantinha vivos e atuantes.

De fato, o processo de desenvolvimento civilizatório desenvolveu e colocou a nossa disposição uma quantidade grande de tecnologias que nos ajudam a registrar e avançar a hominização na cultura. Hoje, o uso da linguagem escrita toma rumos inimaginados em tempos passados, com os avanços dos meios digitais, entretanto, isso nos leva a uma compreensão de nós mesmos, embora alguns neguem essas possibilidades, contudo devemos colocar essas posições no vácuo da desinformação e na falta de atualização. O fato é que, as histórias vividas são contadas depois dos fatos terem acontecido; o Paradigma (auto)biográfico ao valorizar esse tipo de narrativa, colabora para a construção e autoria dos sujeitos históricos como si mesmos, num mundo que faz um esforço muito grande em abolir as singularidades em

favor de massas amorfas que pensam da mesma forma, em muitos casos desconhecendo ou negando o conhecimento acumulado.

Neste sentido, a construção da identidade (auto)biográfica pela mediação das narrativas das vivências é uma ação do sujeito histórico, construída sob a ação da memória e da lembrança. Encontramos na literatura universal um exemplo deste tipo de narrativa (auto)biográfica pelo romance escrito por Marguerite Duras “O amante”.

A autora conta nesta narrativa sua (auto)biografia reconhecendo e construindo um conhecimento fenomenológico único e seu, originado na narrativa hermenêutica de suas memórias. As percepções que descreve, por meio daquelas memórias, conferem possibilidades não redutivas, mas universais ao narra-las, enfatizando que, de fato, elas constroem um espaço narrativo (auto)biográfico, não como uma ficcionista, mas como um narrador que empresta, pela sua palavra dada, o relato de uma parte de sua história. Este procedimento criativo, torna universal a sua experiência vivida conferindo a ela o poder, pela narrativa, de anunciar/denunciar abusos, desrespeitos, rebaixamentos e outros processos contra especialmente mulheres.

Neste caso, tendo esta narrativa da autora como exemplo e, considerando a tese do Discurso da Ação de Ricoeur, podemos discutir e tematizar a relação do agente-motivação quando narra a vida real.

Nestas narrativas retrospectivas, o narrador usa dos recursos fenomenológicos, que citamos mais acima, de relatar o vivido na parte ou na totalidade, sob o recurso da memória. O agente funciona como o historiador e a motivação são os próprios fatos vividos, ora lembrados e narrados. Ao narrar, pelo discurso, tudo vai se tornando verdadeiro, uma vez que, da memória vão se levantando as lembranças, no curso deste processo, a ação e o experimentado.

É no reconhecimento de si mesmo que culmina, no modo do desejo, o momento reflexivo da memória. Ora, tivemos o cuidado de não nos deixar fascinar pela aparência da imediatidade, de certeza, de segurança de que esse momento reflexivo se reveste facilmente. Ele também é um voto, uma pretensão, uma reivindicação. Sob esse aspecto, o esboço de uma teoria da atribuição, sobre a tríplice figura da atribuição da memória a si, aos próximos e aos outros longínquos, merece ser retomado sob a perspectiva da dialética do ligar e do desligar (Ricoeur, 2020, p. 503).

Entretanto, é preciso estar atento, para o ato da consciência. Ela surge, segundo Ricoeur (2018, p. 44). no ato de “dizer”, isso é, de narrar aquilo que foi uma experiência privada do sujeito e que, pela narração, ela torna-se pública. “*A experiência no discurso, isto é, em formas de expressão que se oferece simultaneamente à observação exterior e à reflexão de sentido*” (idem, p. 44), é o que norteia a consciência a designar e distinguir a sua relação com o mundo vivido. Fenomenologicamente pensando, é na passagem pela expressão linguística que ocorre a intencionalidade de sentido, uma vez que nela está presente, o que podemos chamar de redução fenomenológica, isto é, aquilo que é mais puro, mais genuíno, da experiência narrada.

Interessante destacar da Teoria da Imaginação Simbólica de Durand (2022) o argumento:

As coisas só existem pela ‘figura’ que o pensamento objetificante lhes dá, são eminentemente ‘símbolos’, dado que só se aguentam na consciência da percepção, da conceção, do juízo ou do raciocínio, pelo sentido que os impregna (p. 57).

A narrativa, portanto, revelará por meio de uma percepção imanente e até mesmo pela imaginação simbólica fatos, dados e realidades vividas, às vezes beirando o idealismo presente em algumas narrativas ficcionais. Mas, tudo isso faz parte de atitudes sadias, o contrário para Durand (id.) é a “*perturbação da representação*. O

pensamento doente (...) que perdeu o ‘poder da analogia’ e no qual os símbolos se desfazem, se esvaziam de sentido” (p. 57).

Portanto, encontramos aí, a compreensão descentralizada onde o si mesmo, se descentraliza em alteridade numa reflexividade subjetiva em direção ao outro, e desta maneira a ação narrativa quando ganha a exterioridade, resulta por construir o si mesmo como um outro.

Aqui estamos frente a uma ruptura epistemológica, uma vez que analisando-as sob uma ótica de caráter positivista, sob a égide de ‘causa e efeito’, esta lógica não cabe nas narrativas (auto)biográficas quando ganham exterioridade, uma vez que cada agente dará, ao narrado, um significado diferente. De acordo com o padrão positivista citado não é possível aproximar o conceito de compreensão no circuito narrativo/compreensivo. Abrahão (2023) interpreta esta novidade quando o nomeia esta complexidade de Círculo Hermenêutico Mimético, porque ele provoca a reflexão no próprio narrado, no pesquisador historiador e no leitor, portanto ele rompe com a possibilidade de uma única lógica, uma única compreensão, mas provoca e produz, múltiplas representações.

Presente aqui uma insubordinação frente às epistemologias tradicionais que tratam do si, do eu e do outro, uma vez que, por meio desta compreensão a lógica ‘penso logo existo’ passa a ter uma configuração complexa: penso porque existo, porque penso reflito e porque reflito narro como fruto de uma experiência vivida e de recuperação, pela consciência, e das representações miméticas as memórias que, uma vez narradas nunca serão esquecidas.

A possibilidade da fenomenologia reflexiva de Ricoeur aplicada nos contextos das narrativas das (auto)biografias traz consigo várias consequências insubordinadas. Nelas não existe um discurso ético e moral prévio, ou pré-estabelecido, o que pode ser muito interessante,

mas também muito perigoso, caso o nível de autonomia intelectual e moral do sujeito que narra for defeituoso ou intencionalmente mau. Neste caso, a mentira, a narrativa desprovida de mínimos padrões de alteridade podem ganhar força e sempre encontrarão, como dizemos antes com Durand (2022) sujeitos “perturbados de re-presentação” que rompem com o bom senso e a lógica natural, neste caso pouco se pode esperar da ação deste sujeito, entretanto este perigo pode ficar restrito às narrativas orais exclusivamente, em nossos ambientes epistemológicos, apesar do circuito narrativo iniciar na palavra dada, a nossa principal ação são os discursos escritos, sobre eles podemos estabelecer sentidos hermenêuticos, que resgatam a “razão de agir’ e a ‘intenção ética’ da ação moral “ como muito bem trata Ricoeur em Si mesmo como outro (2019).

DOS ATOS ILOCUTÓRIOS DE FALA À AÇÃO DO AGENTE QUE NARRA

“Narrar é dizer quem fez o quê, por quê e como, estendendo no tempo a conexão entre esses pontos de vista” (id. p. 153). A ação de narrar implica no uso da linguagem, primeiro a oral pela palavra dada e depois escrita, entretanto em qualquer dimensão estas ações encerram atos de linguagem. A própria memória se materializa por meio de relações linguísticas, a linguagem, composta de significante e significado é uma representação mental, mas também simbólica do mundo. Trabalhem com a concepção de Durand (2001)

O lugar que ocupa a linguagem nesse processo de formalização, tínhamos visto que a sintaxe é, no fundo, inseparável do semantismo das palavras. Mas é agora que podemos compreender a significação de um tal fenômeno: o discurso aparece-nos entre a imagem pura e o sistema de coerência lógico-filosófico que ela promove, como um meio-termo constituindo aquilo a que podemos chamar (...) um “esquematismo transcendental”. Por outras

palavras, é a retórica que assegura a passagem entre o semantismo dos símbolos e o formalismo da lógica ou o sentido próprio dos signos (p.415).

Estes fundamentos que Durand nos apresenta, confirma que a linguagem é uma representação mental e, também, simbólica das realidades concretas que nos cercam, assim como de nossos arquétipos mentais.

Trabalhamos, no final das contas, com análise linguística, isso fica claro na Filosofia de Ricoeur. Entretanto há particularidades que precisamos destacar. A linguagem não esgota o mundo da ação, mas é por ela que podemos expressar sentimentos, emoções, convicções e outras percepções. Mas, no fundo da ontologia da ação encontramos junto com a análise linguística a fenomenologia, que podemos adjetivar, de fenomenologia linguística, uma vez que a ação é do falante. Neste complexo falantes e ouvintes tem espaço para a reflexão, de modo que ninguém sai incólume do ato ilocutório.

A outra contribuição para a dialética do evento e do conteúdo proposicional é fornecida pelo que se poderia chamar de ato interlocutório, ou ato alocutório, para preservar a simetria com o aspecto ilocutório do ato de fala (Ricoeur, 2019, p. 28).

Assim os atos ilocutórios são os próprios atos de fala e se constituem na ação do sujeito, uma vez que compreendemos com Ricoeur a linguagem como ação (Ricoeur, 2018).

Enfim, a fala, a escrita, tudo sob o uso da linguagem, adquire um caráter performativo, porque como afirmamos anteriormente, sempre que falamos dizemos algo, significamos algo. O caráter performatista da linguagem é uma das formas mais originais de insubordinação, uma vez que todos os movimentos de mudança ou de reflexão da ação social tem no uso da linguagem efeitos de mudança.

No Paradigma (auto)biográfico a inteligibilidade dos atos de fala replica as memórias singularizadas dos sujeitos históricos, atribuindo, pelas narrativas uma cadeia complexa de significados que se articulam em sínteses reflexivas articulados em narrativas de vida, de narrativas de mudanças provocadas da experiência vivida no meio cultural e/ou social.

Por isso, afirmar que um ato ilocucionário é um ato de fala (oral ou escrito) não é exagero, pois é uma maneira de reconhecer a força das narrativas, uma vez que são construídos por enunciados característicos apresentando conteúdos particulares. Neles, os falantes submetem seus atos de fala sob força ilocucionária, e dessa maneira todo esse conteúdo narrativo fica sujeito à interpretação.

Para Ricoeur (2019) toda a narrativa e os textos (orais ou escritos):

A interpretação é levada à cabo como apropriação, quando a leitura produz algo de semelhante a um evento, um evento do discurso, que é um evento no momento presente. Enquanto apropriação, a interpretação torna-se um acontecimento. (p. 129)

A ação do agente que narra, neste caso, vai corresponder ao ato de quem conta sua narrativa (auto)biográfica enunciando algumas intenções, entre outras: ordenar, avisar, criticar, perguntar convidar, ameaçar e mais uma infinita gama de possibilidades.

Assim, podemos entender que a força ilocucionária dos atos de fala e/ou escrita é muito maior e tem mais consistência do que tomar um enunciado, oral ou escrito, e dar a ele um significado puro e simples. De maneira geral esses atos ilocutórios ajudam a estabelecer comunidades de diálogo entre os componentes de determinados grupos, ajudando-os a construir relações as mais diversas, de tal maneira que poderão construir alteridades levando-os a experimentar a “vida boa” de fraternidade, justiça e paz.

Frente à ordem vigente, estes são atos de insurgência e de insubordinação, porque promovem um rompimento de laços hierárquicos de subordinação de ordenamento pré-estabelecido, quando esta ordem estabelecida fere a ética do bem, da paz, de um mundo submetido à lógica da alteridade.

AS INSUBORDINAÇÕES, COMO UM RETORNO PARA SI, EM DIREÇÃO A ALTERIDADE DO OUTRO

Fui ao longo destas reflexões buscando trabalhar a fenomenologia do agente-motivação, como ação do sujeito histórico pela memória. Desse modo, me arrisco a afirmar que as narrativas (auto)biográficas são fonte de processos fenomenológicos de insubordinações. O simples fato delas serem geradas no ‘si mesmo’, trazem em sua fonte grande potencial de mudanças e potencial construtivo de ações éticas produtoras da ‘vida boa’, porque as narrativas estão fora do mundo da teorização, ou da instrumentalização doutrinária ou de formas pré-estabelecidas de viver, pois elas inspiram um viver único em quem se torna, de alguma maneira, parte delas.

O retorno para ‘si mesmo’, pela recuperação da memória articulada pelas lembranças, estão livres de credos, de dogmas, de sistemas filosóficos, mas somente pela pureza e originalidade de cada si mesmo. Este é um movimento de insubordinação criativa, pois por meio desse retorno para “si”, o sujeito histórico encontra o outro e neste outro como a si mesmo é a chave para a recuperação do humanismo perdido, regenerando-o.

Esta fenomenologia, revelada pela dinâmica do “si” reconhecendo o outro como “si mesmo” é o movimento mais propício para a construção da “vida boa”. A identificação do “si mesmo” como outro é o ponto onde um “eu reflexivo”, puro, manifesta, pelo ato ilocutório, as

coisas figuradas no pensamento, inclusive os símbolos e, tudo aquilo que trazem de sentido e impregnam as percepções do sujeito histórico pela memória, integrando tudo numa história de vida, única, capaz de mobilizar a “si mesmo” e o outro, e assim, realizar

Juntos, visamos, o mundo como uma natureza comum; que, juntos também, edificamos comunidades de pessoas capazes de comportar-se no palco da história como personalidades de grau superior (Ricoeur, 219, p. 393).

Por isso, considerando estes argumentos como uma verdadeira ‘Filosofia da ação’ resultante das narrativas (auto)biográficas que levantam, por meio de conteúdos fenomenológicos linguísticos, muitas possibilidades “*cuja dimensão ontológica é marcada pela noção de ser como ato e como potência*” (id. p. 374) essas reflexões possibilitam enormes potenciais criativos, provocadoras de insubordinações, do mesmo modo, criativas.

Numa cultura, ou num mundo em que o ‘outro’ não significa além de ser um outro, neste estado ‘coisificado’ de todas as relações político/sociais, pensar em insubordinações criativas é dar voz e lugar para a reinvenção deste mundo, muitas vezes desforme daquilo que possamos entender como normal; o fato de alguém narrar-se e provocar um ato ilocutório, com possibilidades de construção reflexiva e a crítica, estamos frente ao que de melhor o paradigma (auto)biográfico pode contribuir com os seres humanos e para solidificação da “vida boa” .

Por fim uma das maiores de todas as insubordinações é, quando a narrativa (auto)biográfica é escrita, publicada e lida, isso cria atos e fatos altamente complexos e de resultados imprevistos, porque cada ipseidade será movimentada atribuindo significados, sentidos, provocando ações imprevistas.

En síntesis, es propio de la obra descontextualizarse, tanto del punto de vista sociológico, cuanto psicológico, y poder recontextualizarse de otra manera, que es lo que constituye el acto de lectura. De ello resulta que la mediación del texto no podría ser tratada como una extensión de la situación dialogal; en el diálogo, en efecto, el intercambio del discurso está dado de antemano por el coloquio mismo; con la escritura el destinatario original es transcendido. Más allá de éste, la obra misma se crea en público, virtualmente extendido a cualquiera que sepa leer (Ricoeur, 2004, p. 338).

“Neste sentido, o passado enquanto memorável, isto é tornado representável pela memória e pela história, depende do tematizável. Daí a qualificação, não somente de pré-original, mas de pré- memorável do dizer, em ruptura de sincronização, do contrário é um passado que não foi presente” (Ricoeur, 2008, p.27/8).

REFERÊNCIAS:

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto Abrahão. Biografização/heterobiografização: elaboração memorialística de uma personagem auto(hetero)biográfica em formação docente. *Linhas Críticas*, 29, e47664. <https://doi.org/10.26512/lc29202347664>.
- Durand, Gilbert. *A imaginação simbólica*, Lisboa, Edições 70, 2022
- DURAND, Gilbert. *As estruturas Antropológicas do Imaginário – Introdução à arquetipologia geral*. São Paulo, Martins Fontes, 2001
- DURAS, Marguerite. *O amante*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985
- MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: as lições do Coronavirus*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de Potência*. Petrópolis, Vozes, 2017
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2019
- RICOEUR, Paul. *Del texto a la acción – ensayos de hermenêutica*. México. Fondo de cultura económica, 2004
- RICOEUR, Paul. *Autobiografía intelectual*. Buenos Aires, Nueva visión, 2007

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2020.

RICOEUR, Paul. *O Discurso da Ação*. Lisboa, Edições 70, 2018

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação – o discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Edições 70, 2019.

RICOEUR, Paul. *Outramente*. Petrópolis, Vozes, 2008

4

DA ESSENCIALIDADE DO SI MESMO AO SUJEITO NARRATIVO AUTOBIOGRÁFICO

Júlio César da Rosa Machado ¹

Maria Helena Menna Barreto Abrahão ²

Trabalho dedicado à memória da pesquisadora da Universidade de Genebra Marie-Christine Josso, criadora da categoria 'Sujeito Singular/Plural', que divulgou interesse em estudar/refletir/aprofundar o tema da essencialidade das coisas. Não consegui fazer-lo; nós que continuamos aqui nesta vida, motivados sob sua inspiração, em sua memória, tentamos fazê-la.

Este ensaio tem como alvo o Sujeito Narrativo Autobiográfico, nas suas essencialidades e propriedades características. Para construir essas essencialidades, o parâmetro construtivo argumentativo será estabelecer aspectos distintivos que o diferenciam do Sujeito Narrativo trabalhado por Ricoeur (2019) e em outras obras, segundo as mesmas concepções. Entretanto, antes de adentrar propriamente na especificidade deste estudo, consideramos interessante tratar da forma como Ricoeur compreende o sujeito.

Esse autor compreende o sujeito distinguindo-o, de maneira alternativa, às duas tradições filosóficas conhecidas: a de compreendê-lo como uma objetividade na linha de pensamento positivista ou na linha contrária a esta visão cartesiana de considerá-lo sujeito apenas por sua subjetividade.

Com o fundamento da Filosofia Reflexiva, que caracteriza o pensamento ricoeuriano, a filosofia do sujeito de Ricoeur (op. cit.) fica

¹ Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFPel sob a supervisão de Maria Helena Menna Barreto Abrahão e membro do GRUPRODOCI.

² Professora, pesquisadora, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFPel; coordenadora do GRUPRODOCI.

na confluência entre a fenomenologia e a hermenêutica, o que lhe possibilita formular uma crítica à compreensão do sujeito imutável, cujo fim último seria o de divisar a autocompreensão de si, sob uma ótica adversa à subjetividade.

Muito antes pelo contrário a essas duas possibilidades compreensivas, Ricoeur (2019) sustenta que a autocompreensão não é uma movimentação introspectiva, de caráter unicamente subjetivista e que isso bastasse para tal. Para ele, o sujeito narrativo é uma presença que se dá no si a si sob a intercorrência da alteridade, por isso entende que todo o arcabouço cultural, experiência de vida, todos os símbolos constituem-se em referências reflexivas marcadas a vida do sujeito.

Portanto, em acordo com a concepção de Ricoeur (op.cit.), as narrativas fazem parte desse arcabouço identitário. O círculo mimético ricoeuriano em suas três classificações vai formando a representação da vida humana, expressando-se por meio de uma dupla possibilidade compreensiva: de um lado possibilita configurar uma totalidade unificada de diversos acontecimentos das vivências, bem como das diferentes personificações exigidas conforme a situação vivida, pelas características das ações, das maneiras de interações, dos sentidos de vida, e muitas outras possibilidades, o que gera sínteses heterogêneas da própria compreensão que o sujeito tem de si mesmo. Por outro lado, ele entende como uma possibilidade compreensiva feita por terceiros – o ouvinte e o leitor – esta originada nas narrativas. Acrescenta que as narrativas permitem inovar a experiência do si, pois o mundo ficcional abre-se, também, com potencialidades de experiências que resultam por conformar o si mesmo. Assim, pelos processos de reconstrução e a partir da referência do outro (diferente do si), também a leitura pode ser um elemento construtor da identidade do sujeito.

O nosso intento nesse ensaio é construir a essencialidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico, por isso importa interrogar se a identidade narrativa ricoeuriana e a identidade narrativa autobiográfica podem ser emparelhadas, considerando-as como iguais? Nossa suposição é que não são do mesmo ninho epistemológico, embora possamos encontrar algumas similaridades. Talvez, a maior delas seja tão sutil que pode nos escapar dos sentidos. Enquanto a identidade narrativa tem uma aplicação de amplo estado, subjacente de narrativas desde um relato cotidiano até a criação de um poeta ou de um romancista numa obra de arte literária, a narrativa autobiográfica segue um percurso originalmente da própria epistemologia relatando histórias próprias e pessoais colhidas pela “palavra dada e pela escuta”, mediante, em nossa pesquisa, do circuito da Compreensão Cênica (MARINAS, 2007; ABRAHÃO, 2014)³

Ainda, considerando a possibilidade reflexiva da mimesis, podemos ampliar e constatar outras características diferenciadoras do Sujeito Narrativo e do Sujeito Narrativo Autobiográfico. Se o Sujeito Narrativo fica circunscrito à faculdade do discurso narrativo em reproduzir, imitar, ou ele próprio ser objeto dessa atividade, o Sujeito Narrativo Autobiográfico mimetiza a própria história que, naturalmente, pode ter contornos próprios consoantes à sua visão de interpretar os fatos, mas a mimesis se dá por meio de sua própria reflexão e interpretação e disso ele dá fé. O objeto mimético, ou também podemos chamar de atividade mimética, não com o mesmo sentido, mas como mimesis do Sujeito Narrativo Biográfico, configura-se sob

³ Na teoria da compreensão cênica de análise adaptada por ABRAHÃO (2014): na cena 1, incluem-se uma multiplicidade de escutas de narrativas autobiográficas, tanto orais como escritas. A cena 2 é composta pela fonte dos fatos narrados, dentro dessa diversidade de cenas e sujeitos, que caracterizam as construções e reconstruções de processos narrativos da cena 1 e, na cena 3, divisam-se os fatos esquecidos ou reprimidos.

totalidades por meio de diferentes episódios de sua narrativa, assim como de suas próprias intenções, seus fins, e sínteses reflexivas, dentre muitas outras possibilidades que se descortinam.

Outro aspecto que precisa ser acrescentado como um marco inicial desta reflexão, deixando um pouco o âmbito do narrador, é considerar a questão do leitor. É interessante concluir distinguindo a natureza da leitura do ato de ler. O texto, neste caso é o elemento mediador que refigura reflexivamente a experiência do leitor. Quando o leitor está diante de uma narrativa ficcional, ou mesmo de uma narrativa de um episódio originado no vivido, que pode ser ficcional, histórica ou mítica, há uma predisposição deste leitor em considerar o Sujeito Narrativo como capaz de mobilizar seu conhecimento como um fato distante de si. Entretanto, quando no ato de ler, o leitor experiencia a percepção de um outro, que se narra biograficamente, ele compreende que o relato dessa experiência vital foi gerado e originado em experiências pessoais, impactando o leitor por esse ato de leitura, permitindo que ele reinterprete, reinvente o si pela potência do fato gerador da narrativa, por ser originada na realidade, mesmo sabendo que pela perspectiva do autobiografado e não mais pela ótica de um poeta ou romancista. Não se trata aqui de considerar isso mau, de maneira alguma, mas de demarcar mais uma característica do Sujeito Narrativo Biográfico.

Tecidas estas possibilidades preambulares, podemos adentrar na aporia principal deste ensaio: em essência, existe diferenças que demarcam possibilidades de pensar que exista dissemelhança entre Sujeito Narrativo e Sujeito Narrativo Biográfico?

Inicialmente, uma diferenciação muito clara e definida é a própria concepção de construção do narrador, a outra são as possibilidades do leitor. Em Tempo e Narrativa (II) encontramos uma ampla e profunda

reflexão de Ricoeur acerca desta questão. Ele afirma que o Sujeito Narrativo

tem a vantagem de respeitar ao mesmo tempo o paralelismo entre narrativas em terceira pessoa e narrativas em primeira pessoa e a extraordinária agilidade inventiva do romance moderno nesse domínio. O procedimento dominante, de ambos os lados da linha divisória entre duas grandes classes da ficção narrativa, é a narração direta dos pensamentos e dos sentimentos, quer o narrador os atribua a um outro fictício ou a si mesmo (1995 p. 154/5).

O Sujeito da Narrativa é fruto da criação de um artista da palavra, para Ricoeur:

O romancista o faz, não sem dificuldades, ao menos sem escrúpulos, porque é próprio de seu ofício conferir expressões apropriadas aos pensamentos, os quais pode ler diretamente, porque os inventa, em vez de decifrar os pensamentos nas expressões, como fazemos na vida cotidiana. (...) além da narração direta dos pensamentos e sentimentos, a ficção romanesca dispõe de duas outras técnicas. A primeira – a do monólogo relatado (*“quoted monologue”*) – consiste em citar o monólogo do outro fictício ou (*segunda técnica*) em fazer com que o personagem cite a si mesmo monologando, como no monólogo autorrelatado (*“self-quoted monologue”*) (Idem, p. 155).

O Sujeito Narrativo Autobiográfico, embora seja narrado (contado) por um narrador-historiador, no caso o pesquisador, ele o faz pela “composição de narrativas, composta por alguns elementos como: dados observacionais, relatos que os informantes contam e pelos modelos teóricos (que –por sua vez– são estruturas narrativas) que guiam a investigação” (Bolívar, 2012, p. 80).

Enquanto, o Sujeito Narrativo depende da ação do escritor que o cria, conferindo a ele características físicas, psicológicas, culturais, sociais, e muitas outras, enfim tudo nasce da pauta criativa do escritor, as narrativas autobiográficas seguem por outro caminho, para Bolívar (2012, p. 81) esta narrativa tem outro percurso:

A investigação biográfico-narrativa inclui, ao menos, quatro elementos: (a) um narrador, que nos conta suas experiências de vida; (b) um intérprete, o investigador, que interpela, colabora e “lê” estes relatos para elaborar uma informação; (c) textos, que recolhem tanto o que se tem narrado no campo, como as informações posteriormente elaboradas; e (d) leitores, que vão ler as versões publicadas. Por conseguinte, o exame dos relatos narrativos implica complexas relações entre narrador, os informantes que nos relatam, e leitores que interpretam as formas narrativas desde seus marcos de referência.

O Sujeito Narrativo Autobiográfico, no entanto, é percebido e construído pelo mesmo narrador, pela conformação que faz aos conceitos das coisas e da sua ótica dos fatos que viveu. As essencialidades implicadas desses dois tipos de sujeitos diferem uma da outra, porque a natureza da ação, é diferente em cada caso; no Sujeito Narrativo, via construção do romancista, que cria e que atribui essencialidades à personagem, resulta num perfil criado, enquanto que, o Sujeito Narrativo Autobiográfico é o autor de suas ações, de seus discursos narrativos, tudo relatado pelo esforço de recuperar a própria memória e a própria experiência vivida.

De outra parte, Ricoeur (2019) transpõe a teoria literária em direção a uma teoria da ação na visada do agente, sujeito da ação narrativa, o que pode indicar um caminho para entendermos o que denominamos de Sujeito Narrativo Autobiográfico

Para chegar às essencialidades do Sujeito Narrativo Autobiográfico, laboramos como Ricoeur que imprime uma abordagem descritiva da ação, em lugar de uma abordagem fenomenológica da percepção, como faria Merleau Ponty. Daí resulta que, para disparar o ato reflexivo e chegar à reflexão a respeito das essencialidades do Sujeito Narrativo Autobiográfico, utilizamos recurso de duas narrativas ficcionais, o romance *O Inominável*, de Samuel Beckett e o filme dinamarquês *A Festa de Babette*, inspirado num conto de Karen Blixen.

Com base nessas obras, construímos reflexões acerca do Sujeito Narrativo Autobiográfico.

PODERIA ALGUÉM SER INOMINÁVEL? UMA APORIA PARA INICIAR A REFLEXÃO SOBRE O SUJEITO NARRATIVO AUTOBIOGRÁFICO

Um intrigante romance, *O INOMINÁVEL*, escrito por Samuel Beckett⁴, publicado em 1953, nos remete para o mundo puro das ideias, onde há histórias circunscritas somente nas memórias de um homem que *“está sentado sem poder mover-se, sem saber direito onde se encontra, como é o ambiente à sua volta, cercado ocasionalmente por pessoas que não pode ver perfeitamente, com as quais não se pode comunicar, sem saber sequer se tem um corpo. Sua única atividade, que o mantém vivo, consciente, é pensar”* (parágrafo extraído da contracapa do livro).

Trata-se de uma narrativa reveladora da desintegração do “eu” reduzida ao relato monológico da voz interior de um personagem que se narra sem, no entanto, saber se o que narra são delírios, são memórias ou histórias; o narrador não sabe nem mesmo se ele é ele mesmo. Trata-se de uma narrativa patética e grotesca de um personagem na condição de não reconhecer, sequer, seu próprio nome.

Beckett produz seu romance utilizando como recurso de construção da narrativa o fluxo de consciência de uma voz interior, cujo monólogo é o único fio, a única razão de ser, cuja consciência da existência d’O Inominável inicia sob as seguintes questões: *“Onde agora? Quando agora? Quem agora? Sem me perguntar isso. Dizer eu. Sem o pensar. Chamar isso de perguntas, hipóteses. Ir adiante, chamar isso de ir adiante”*. São questões

⁴ Samuel Beckett novelista irlandês, nascido em Dublin em 1906, escreve magnificamente tanto em língua inglesa quanto em língua francesa; recebeu, em 1969, o Prêmio Nobel de Literatura. O inominável é o terceiro volume de uma trilogia escrita entre 1946 e 1949, integrada por Molloy e Malone Morre. Ele é reconhecido pela crítica literária como “o papa da estética do absurdo”. O livro que serviu de base para este trabalho foi publicado no Brasil pela Editora Nova Fronteira, em 1989.

temporais, espaciais, feitas para o personagem situar-se e ser, entretanto ele mesmo, O Inominável não pode identificar nem seu tempo, nem seu espaço e, poderíamos também dizer, nem tampouco a si mesmo.

Com a maestria de um narrador que provoca o leitor, Beckett constrói um monólogo, cujo propósito é permitir o personagem Inominável atribuir-se a si mesmo, um nome, um lugar, um tempo, porém este personagem que cria, vive num palavreado sem palavras porque não consegue pronunciá-las. Vive num silêncio no qual nem mesmo o corpo do Inominável consegue emitir sinais para se comunicar condenando-o ao silêncio do palavreado e dos sinais, deixando-o mutilado, o corpo separado da cabeça, e nesta paralisia o Inominável não consegue erguer a cabeça, emitir um som, ouvir e perceber o seu redor.

Em um esforço singular o romancista, para expressar que toda palavra carrega conteúdo, ao finalizar o romance produz dois parágrafos finais, um, o penúltimo, com 1.142 palavras e o último com 1.530 sem usar um ponto, somente vírgulas; pode ser que, com isso queira indicar os últimos sopros da narrativa, aquele momento que, consciente do término, quer dizer tudo de uma só vez. Ele deixa o leitor estarecido quando O Inominável declara (op. cit., p.108/9): *essas histórias (...), elas são minhas, devo ser extremamente velho, ou é a memória que é má, se eu soubesse se vivi, se vivo, se viverei, isso simplificaria tudo, impossível saber, é isso a astúcia, não me mexi, é tudo o que sei, não, sei outra coisa, não sou eu, eu esqueço sempre, retomo, é preciso retomar, não me mexi daqui*". Entretanto, O Inominável constata: *"terei estado com os vivos, ou terão eles estado comigo, e de onde, de onde é que eles vêm, de minha cabeça, não me sinto uma cabeça, e com que é que os digo, com minha boca, mesma observação, e com que é que os ouço, e tatatá e tatatá (...)"*, para dizer do seu não-estar no mundo, embora esteja na consciência que

nem mesmo sabe se vivo ou morto, concluindo “*como sabê-lo, não o saberei nunca, no silêncio não se sabe(...)*”.

Das últimas frases, destacamos esse trecho do romance para, logo a seguir, falar da aporia em relação ao Sujeito Narrativo Biográfico. Conclui Beckett em *O Inominável* (p. 110).

Talvez seja o único, não sei, não vale nada, é tudo o que sei, não sou eu, é tudo o que sei, não é o meu, é o único que tive, não é verdade, devo ter tido o outro, aquele que dura, mas não durou, não compreendo, ou seja sim, ele dura sempre, estou nele sempre, deixei-me ficar nele, nele me espero, não, não se espera nele, não se escuta nele, não sei, é um sonho, talvez seja um sonho, isso me espantaria, vou acordar, no silêncio, não adormecer mais, serei eu, ou sonhar ainda, sonhar um silêncio, um silêncio de sonho, cheio de murmúrios, não sei, são palavras, não acordar nunca, são palavras, há apenas isso, é preciso continuar, é tudo o que sei, eles vão parar, conheço isso, eu os sinto me deixando, será o silêncio, um pequeno instante, um bom momento, ou será o meu, aquele que dura, que não durou, que dura sempre, serei eu, é preciso continuar, não posso continuar, é preciso continuar, vou então continuar, é preciso dizer palavras, enquanto houver, é preciso dizê-las, até que me encontrem, até que me digam, estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, isso talvez já tenha sido feito, talvez já me tenham dito isso, talvez me tenham levado até o umbral da minha história, ante a porta que se abre para a minha história, isso me espantaria, se ela se abre, serei eu, será o silêncio, aí onde estou, não sei, não o saberei nunca, no silêncio não se sabe, é preciso continuar, não posso continuar, vou continuar.

O que segue acerca do Sujeito Narrativo Biográfico, aqui pela consolidação de sua essencialidade, é justamente a antítese do que acontece com o personagem de *O Inominável*. O romance de Beckett nos coloca em xeque frente à dificuldade de nos constituirmos como seres históricos e autobiográficos que, objetivamente pelas memórias pode constituir-se, ser si mesmo, com nossa ipseidade numa permanente dinâmica de troca e a experiência vivida com o outro pela alteridade. Sem essa dinâmica circular de constituir-se, constituindo-se, o que somos seriam apenas memórias mesmas que não nos modificam, nem

contribuem para a modificação do nosso entorno, estejam aí pessoas, fatos ou imperativos sócio, político culturais.

Para tratar da essencialidade e do Sujeito Narrativo Autobiográfico, enfrentamos, como premissa de partida, a reflexão de que o verdadeiro sentido das coisas não está ausente dos fatos, mas também não está tão claramente explícito quanto gostaríamos que estivesse.

A metafísica que envolve essa reflexão será caracterizada pela investigação de realidades que transcendem às nossas experiências sensíveis, uma vez que o Sujeito Narrativo Autobiográfico é o único capaz de, na familiaridade consigo mesmo, encontrar o si que faz parte dele mesmo e do outro com quem ele se relaciona e, nessa dinâmica, produzir um mundo de significados e sentidos para o viver.

Refletir a essencialidade do Si Mesmo, como um fundamento das ciências como, a Psicologia e a Filosofia, dentre tantas ciências que poderiam fazer parte deste rol, examinando a natureza que fundamenta a realidade e, absorvendo, nesse movimento, a relação entre percepção do vivido e da realidade vivida, ou ainda, considerando outras dimensões, entre substância e atributo, ou entre necessidade e possibilidade, tudo isso se constitui numa chave propiciadora de sentidos que nos seduz neste ponto de partida. Mas a pergunta é: como tratar dessas realidades sensíveis se todas elas estão no plano da percepção fenomenológica do ser que vive na amplitude do vivido?

A construção deste conhecimento, portanto, poderá ser feita pela análise do habitual sob a égide do desejo, porque o desejo não se vincula nem ao passado, nem ao futuro, ele tem uma intenção presente arbitrada sobremodo pela experiência do vivido, mas ele é invisível, ele só se materializa pela palavra dada que o constitui e revela.

Assim que, para adentrar no campo fenomenológico tanto do essencial do si mesmo, pareando-o com o Sujeito Narrativo Autobiográfico, duas articulações são necessárias: levantar fatos, mesmo que sejam ficcionais, para poder cogitar sobre a essencialidade e, no mesmo movimento, encontrar esse Sujeito no sentido que ele possa evidenciar a construção de seu mundo e de sua vivência.

Considerando o Si, como um ente que precisa transcender a si mesmo para encontrar o Outro, que pode ser ele mesmo e, compreendendo essa ação como sabedoria prática presente no Sujeito Narrativo Autobiográfico, ações essas consagradas por suas deliberações, decisões e ações sob um círculo hermenêutico, originado no jogo do vaivém da subjetividade e objetividade, elegemos como objeto disparador para as reflexões que se seguirão um filme da década de 80. Por sinal, uma bela e excelente obra de arte cinematográfica que encerra sujeitos e essencialidades.

O filme dinamarquês “A Festa de Babette” abrange dimensões de significados e significações nas abrangências que serão desenvolvidas nesta reflexão acerca da essencialidade do Si mesmo sob o constructo do Sujeito Narrativo Autobiográfico.

A FESTA DE BABETTE: UM DISCURSO FIGURATIVO PARA EVIDENCIAR ESSÊNCIAS

Um fabuloso filme dinamarquês de 1987 “A Festa de Babette” dirigido por Gabriel Axel, e com roteiro baseado em conto de Karen Blixen (2012). Conta a história de duas irmãs, Felipa e Matina, que seguem a obra de seu pai, um Pastor visionário e profeta, fundador de uma comunidade religiosa cuja proposta era viver valores do Cristianismo Puritano, uma doutrina protestante com base no calvinismo, cuja espiritualidade era cingida por uma moral de normas

rígidas e rigorosas mais que as vigentes, mas de vida muito simples e despojada na Europa dos Séculos XVI ao XX.

Com a morte do pai, as irmãs seguem liderando a comunidade, cuidando dos idosos e doentes e vivendo a espiritualidade que professavam. Tiveram pretendentes interessados em casamento, mas a missão assumida e vivida tinha mais sentido para as duas do que o casamento e a construção de família. Para elas a família eram os habitantes daquela comunidade.

Aqui temos uma essencialidade: a de vida ascética. Para muitos a vida ascética é expressa pelo viver rigoroso de uma doutrina até suas raízes mais profundas, mesmo que para isso seja necessário abster-se de prazeres, sejam eles físicos, fisiológicos ou psicológicos, como um caminho para atingir o equilíbrio moral e espiritual, no sentido de aproximar-se da perfeição.

Ao expor essa essencialidade, e as demais a seguir tratadas, devemos nos distanciar de qualquer tipo de julgamento, pois o destaque que é dado neste texto é para o fato do que é essencial naquele contexto. Na narrativa, 'A Festa de Babette', que tem no centro os relatos biográficos dessas personagens, as essencialidades, porque nosso foco é evidenciar o sujeito, na abrangência do voltar-se para a natureza do Sujeito Narrativo Autobiográfico no mundo narrativo que o compõe.

A certa altura de suas vidas, na dureza do cotidiano frio do hemisfério norte, bate à porta das religiosas uma mulher desconhecida de nome Babette portando uma carta de um conhecido cantor lírico que tivera sido um pretendente de uma das irmãs. Na carta ele apela que acolham essa mulher, pois ela estava perseguida de morte por uma revolução na França, a qual já havia vitimado seu marido, filhos e parentes. Apesar de não terem condições de pagar Babette, num gesto de caridade cristã, acolhem a mulher, admitindo-a como um serviçal,

ajudando-as nos afazeres cotidianos da casa. Nesse gesto, uma segunda essencialidade.

Nesse caso, trata-se da essencialidade da acolhida Cristã. É da tradição cristã a atitude do acolhimento. Na história ficou registrado que nos tempos das cruzadas, muitos soldados encontravam sentido em levar uma vida ascética solitária nas montanhas. Depois que cumpriam sua jornada, resolviam não voltar para seus locais de origem, habitando cavernas e lugares isolados, pois entendiam que podiam encontrar Deus com maior facilidade nessa condição. Ocorria duas circunstâncias em consequência dessa decisão: a primeira é que alguns tinham necessidade de compartilhar essa experiência com outros que tinham o mesmo desejo, foi a origem, então dos mosteiros; a segunda consequência era o fato de acolher, alimentando, curando os peregrinos que iam ou voltavam das cruzadas. Eles tinham essa inspiração nos Evangelhos de Jesus Cristo. Aqui está o fundamento do essencial da acolhida a Babette, naquela comunidade.

Passado muitos anos, quando Babette já estava integrada à comunidade como praticamente um deles, surge o desejo de celebrar 100 anos de vida do Pastor que, embora já morto, é venerado na comunidade como um profeta. Discute-se o que fazer. Ganha força a ideia de reunir os principais líderes da comunidade para uma pequena celebração religiosa acompanhada de um café com biscoito. Tudo de acordo com o estilo de vida singelo e despojado que cultivavam.

No entanto, em meio a essas discussões, Babette ganha um grande prêmio na loteria; com esse acontecimento ela propõe preparar um 'jantar francês' para comemorar o aniversário do Pastor, a quem ela própria já venera como um guia espiritual. As irmãs, pensam e repensam, embora considerarem "pecado da gula", aceitam a oferta de Babette. Mas, com receio do julgamento dos demais membros da

comunidade, que estavam em meio de problemas humanos uns com os outros, em uma reunião convocada, recebem dos membros da comunidade um aceite ao projeto, porém fazem o propósito de não elogiarem a comida, nem fazer referência elogiosas ao “banquete”.

Neste caso, esses sujeitos biográficos revelam uma essencialidade de fundamento da fé, especialmente destes fundamentalistas puritanos cristãos: a do reconhecimento, sob a ética deste cristianismo, de que a natureza humana é imperfeita, a perfeição é de Deus. Então, a necessidade de não evidenciar regozijo com os prazeres externos, inclusive da comida e da bebida. Embora essa seja uma essencialidade desta maneira de viver a fé cristã no passado, ainda hoje é muito presente essa essencialidade em algumas denominações religiosas.

Com o dinheiro na mão, Babette providencia tudo, compra louças, candelabros, diferentes vinhos, toalhas e todos os ingredientes para o preparo do ‘jantar francês’, pondo em marcha todos os preparativos com destreza e grande conhecimento.

As irmãs se encarregam de preparar a celebração religiosa e fazer os convites. Incluem na lista de convidados um membro da comunidade, talvez uma das mais antigas, já com idade muito avançada. Esta convidada, muitos anos antes, recebeu em sua casa um sobrinho, então um jovem oficial, que fora enviado por seu pai para um retiro junto de sua tia, a fim de afastá-lo do vício do jogo e das bebidas. Este jovem oficial, no tempo desta estada na casa da tia, vai com ela ao culto, quando se percebe apaixonado por uma das irmãs. Propõe casamento, mas a jovem descarta a proposta. Desolado ele retorna para a capital, não se casa e leva uma exitosa vida militar chegando ao posto de general. Pela idade, e pela falta de possibilidade de ir só, essa senhora solicita um lugar no jantar para o sobrinho acompanhá-la. Babette é comunicada que haverá mais um convidado.

Chega o dia. Primeiro chegam os membros da comunidade local, os quais liderados pelas irmãs rezam um culto de referência à memória do Pastor. Em meio a essa singela cerimônia religiosa chega o general, acompanhando sua tia. O jantar inicia com a entrada, segue a sopa, o prato principal e a sobremesa, todas as etapas do jantar acompanhados pelas bebidas adequadas para enobrecer e enfatizar o sabor de cada prato servido.

Todos os convivas, especialmente o general, a cada prato, a cada sabor, a cada vinho, vão se surpreendendo com o primor do jantar que provoca elogios à comida e a quem cozinha, contrariando o voto que os membros da comunidade fizeram em não elogiar a experiência gastronômica.

Depois, do serviço do prato principal, o general declara que esses pratos e esses sabores só tinham sido experimentados por ele uma única vez, no Café Anglais, um restaurante muito caro e sofisticado de Paris, que por sinal se sabia que o chef era uma mulher. Num pequeno discurso ele declara que essa chef *“era capaz de transformar um jantar numa espécie de aventura amorosa, num caso de amor, uma relação de paixão, capaz de diferenciar o apetite do corpo espiritual”*.

Aqui presente mais uma essencialidade que se pode destacar: a do reconhecimento e do despertar da sensibilidade, das emoções pelo reconhecimento do sabor, originados na comida e bebida. Nessa essencialidade, a ênfase em aspectos externos à comunidade e dos hábitos dos puritanos. Esse é exatamente, segundo eles, um pecado. No entanto, nesse despertar a valorização da essencialidade de alguns prazeres que tornam a existência humana mais plena de sentidos, no caso essencialmente o prazer que provoca a boa comida e bebida resultando na melhora das relações sociais e da cura de mazelas provocadas pelo desgaste do relacionamento cotidiano.

Terminado o jantar, ao se despedir, o general confessa para Felipa, uma das irmãs, que o amor que ele dedicou a ela na juventude ficou permanente e intocado, mas que agora a idade os afastava. Ela toma essa declaração com naturalidade, uma vez que a renúncia à vida conjugal era um fundamento da essência de sua profissão de fé.

Depois que todos se retiraram, as irmãs transmitem para Babette, que não teve contato com os convivas, os elogios que todos emitiram, encantadas e agradecidas, também elas, pela grande homenagem ao Pastor. Interrogam Babette sobre a sua habilidade de cozinhar, até então por elas desconhecida, já que o cardápio das irmãs ao qual Babette foi introduzida ao chegar à comunidade e segundo o qual ela deveria preparar a alimentação era muito simples, momento em que ela declara que muitos desses jantares os preparava no Café Anglais, onde era a cozinheira chef.

Receosas de Babette deixá-las, agora que ficara rica, a interrogam sobre seus planos. Ao que a Chef declara que não irá a lugar algum, pois gastou todo o dinheiro recebido. Relatando sobre as despesas, Babette diz que gastou tudo no jantar, acrescentando que continua pobre e sem recursos como antes. Nós que estamos contemplando a ação do Sujeito Narrativo Autobiográfico, poderíamos nos perguntar: por que “gastar todo o dinheiro e continuar pobre”? Os bens, nesse ascetismo puritano cristão é fonte de perdição; quem está apegado aos bens terrenos não deixa lugar para os bens celestes. A revelação dessa essencialidade da vida de Babette, já revela que, passado muitos anos convivendo com aquela cultura ela reage com coerência aos apelos daquele modelo de vida.

Concomitantemente, no lado de fora da casa das irmãs onde acontecera o jantar, os membros da comunidade local se reúnem no pátio em torno de uma fonte e agradecem abraçados o jantar como algo que lhes resgatou a unidade e a harmoniosa convivência. Cumpre-se, na

comunidade local, o que o general anunciou no seu pequeno discurso sublinhando que o jantar preparado provocava harmonia, exaltava o amor e a concórdia. Enfim, isso foi muito significativo para aquela comunidade, pois começaram uma etapa nova e ressignificada de suas relações comunitárias a partir da experiência coletiva do jantar oferecido por Babette.

Nesse caso, o pastor homenageado teria deixado sua mensagem tão arraigada entre seus seguidores que, mesmo já sem sua presença inspiradora, o que semeara se constituiu como verdadeiro para uma geração seguinte ao seu existir. Babette representa ter sido o instrumento para revelar a essencialidade, para aquela comunidade, do providencialismo de Deus, entendendo que tudo o que Deus provê para o homem é para o seu bem, mesmo um efêmero prazer.

Enfim, com o filme a “A Festa de Babette” apreendemos que as essencialidades se revelam nas atitudes, nas ações empreendidas, nas concepções de vida, nos sentidos atribuídos a cada experiência do vivido e que o Sujeito Narrativo Autobiográfico é o repositório deste cadinho de ações, emoções e sentidos.

O FATOR ESSENCIAL (ESSENCIALIDADE), NO PROCESSO DE BIOGRAFIZAÇÃO

Se na narrativa d’O Inominável apreendemos que o Sujeito Narrativo Autobiográfico se revela pelos relatos históricos, pela rememoração da palavra dada, pelo existir, e pela representância histórica *“uma vez que a palavra representância condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos”*

(RICOEUR, 2020, p.289), em “A festa de Babette” o Sujeito Narrativo Autobiográfico é constituído narrativamente, em alteridade, pelas lembranças individuais e coletivas.

Em vistas dessas duas narrativas, uma no romance (O Inominável) e outra no filme (A Festa de Babette), emergem algumas reflexões cujo propósito é cogitar acerca do essencial e das essencialidades do Sujeito Narrativo Autobiográfico no processo de biografização.

Um primeiro aspecto que se destaca é procurar construir um tratamento conceitual ao que se entende por essencial e essencialidade, uma vez que o objetivo é pavimentar um caminho de aproximação de um elo emergente acerca de um conhecimento, que dê conta em encontrar essencialidades no processo de biografização, reveladoras, como apresenta Ricoeur (2015, p. 336) em *Metáfora Viva*, ao explicitar que “*o que faz uma obra é sua singularidade*”, portanto uma biografização sempre produz “singularidades” (idem).

Como marco de partida para esta construção tratemos da essencialidade como dimensão conceitual de construção do processo de biografização. O esforço é demonstrar como o Si Mesmo é resultado do processo de biografização e da própria Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico.

Tratamos, em primeiro lugar, do conceito “essencialidade”. De acordo com pesquisa exploratória em dicionário acerca da palavra, encontramos uma vasta utilização deste conceito nos ambientes das Ciências Econômicas, na Política Tributária, no Marketing, na área do Direito Penal e dos contratos. Entretanto, não é com essas dimensões e abrangências de significados que pretendemos imprimir neste ensaio, o que nos faz cogitar outras camadas de significado.

Em uma camada delimitada pela sua ontologia, o termo essencial, essencialidade está ligado à questão dos valores, das condições mínimas

do que torna possível a existência humana e sua dignidade. Todos os seres vivos têm, como prerrogativa do essencial, tudo aquilo que contribui para manter-se vivo, além de contribuir para que essas essencialidades sejam garantidas a todo ser vivo, de forma especial os humanos. Na construção desses significados, a biografização tem capital importância nesse processo civilizatório, porque atesta que “o outro do si-mesmo não será um equivalente estrito do Outro platônico, e nossa ipseidade não repetirá o Mesmo platônico” (RICOEUR, 2019, p. 351).

Muitos pensadores contemporâneos têm manifestado a importância do essencial para a humanidade, refletindo sobre múltiplas dimensões, desde as ecológicas até as de relacionamento social e de dimensão pessoal, desvendando as complexidades que este mundo de relações e interações envolve. Edgar Morin (2020), por exemplo, trata da essencialidade do existir, analisada sob a luz do Humanismo Regenerado, e, assim, muitos outros pensadores, filósofos, psicólogos, sociólogos e outros contribuem com o seu pensar na perspectiva do essencial para o humano.

No passado, pensamos em Nietzsche, (2017, p. 401) que trouxe uma percepção negativa do essencial no que chamou de “mundo verdade” e o considerava como “*mentiroso, desleal, falso, inessencial, - e que, por consequência, não tende para nos ser útil*”, no entanto entendia que devíamos resistir a essa condição.

Essa visão de cunho, talvez, mais pessimista do essencial e da essencialidade vem sendo superada sob outras perspectivas, impactadas pela Física, Química e hoje pela Cibernética. Essas ciências avançadas foram deslocando o eixo pessimista. Para o pensamento de Ricoeur, por exemplo, a essencialidade supera qualquer linha diretiva meramente circunstancial para a “o bem estar” e a “vida boa”. A dimensão ético política dessa essencialidade é trabalhada em “O Si-mesmo como outro”

(2019) quando trata desse tema (p.186-97). Ele apresenta o argumento de que o essencial é algo real do existir humano pois entende que é o sustentáculo para a vida boa.

Trata-se de tomar a essencialidade como um princípio que, para a preservação do humano, traduz o mínimo para a vida humana e de todo o ecossistema. Guardadas todas as proporções, podemos considerar ‘o essencial’ como o princípio de reconhecimento para o que é preciso e necessário para a existência e a sobrevivência da humanidade. A ética política proposta por Ricoeur pressupõe que o coletivo humano lute e defenda pelas boas condições sócio-econômicas-ecológicas, pois antes de tudo está a sobrevivência do humano e da humanidade, principalmente dos mais desvalidos. Assim, importante é entender o essencial como o indispensável, tudo aquilo que é necessário, isto é a essência, a substância, o que é principal em tudo aquilo que constitui a natureza intrínseca do que existe.

O processo de biografização é uma maneira de chegar à essência, uma vez que a própria narrativa contém a substância do vivido. Esta substância propõe reflexões ao narrador, ao narrador-historiador e ao leitor estimulando sua capacidade de entender e de se colocar no mundo do vivido.

É muito conhecida e citada a frase de Exupéry; “*Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível para os olhos*” (ano, p.), isso revela uma verdade da narrativa autobiográfica e do Sujeito Narrativo Autobiográfico, porque a narrativa sempre é feita por um narrador-historiador, cujo objeto é a história ou o relato memorialístico originado pelo Sujeito Narrativo Autobiográfico. Temos que considerar, entretanto, quando o fato gerado pela narrativa autobiográfica pode ser testemunhado pelo leitor, como contemporâneo do relato. Este é um caso em que existe a possibilidade de confluência da memória do leitor

ser ativada pelo relato, o que o faz uma quase-testemunha do episódio; só não é testemunha fiel porque a narrativa passa também pela sua subjetividade e percepção. Por outro lado, quando o leitor toma conhecimento do relato biográfico pela narração, a história além de ser invisível aos olhos, no sentido de não ter testemunhada, o relato será sentido pelo coração, isto é, pela percepção emotiva dos fatos narrados.

O relato autobiográfico traz o problema do relativismo essencialista, pois o fato relatado vem sempre pela palavra dada do narrador, nesse sentido o mundo relatado na autobiografia é o mundo do narrador, portanto voltando-se para a novidade, e talvez do inusitado, relacionada ao mundo dos relatos do narrador, que transmite a própria autobiografia. Neste caso, o Sujeito Narrativo Autobiográfico é o agente da ação na criação do mundo que relata.

De acordo com o paradigma (auto)biográfico fica evidente, por conseguinte, o predomínio de perspectivas essencialistas, uma vez que a biografia narrada contém relatos originados na ótica do autobiografado. Essa essencialidade se evidencia nos relatos, uma vez que, a essência dos fatos, faz parte da memória do narrador, acerca daquilo que é a essência do que viveu, experimentou e pode narrar como testemunha que atesta o fato narrado. O narrador revela seu conhecimento da essência de algo vivido por ele; nesse caso, pode se entender que a essência está antes da própria memória, pois esta pode se manifestar sob propriedades variáveis, determinadas pelo tempo, pela reflexão ou, até mesmo pelas vivências daquele que narra a própria vida.

Entretanto, esta possibilidade de entender que o tempo e as circunstâncias podem influir na percepção do narrador acerca dos fatos narrados, não elide que existam características que atribuem identidade e unidade ao ser humano. Portanto, as narrativas sempre contêm essências de qualidades e atributos que caracterizam o ser humano.

Nessas essências estão os mitos, as crenças, todos os ingredientes que servem para substanciar a existência dos homens como indivíduos, e da humanidade como coletivo.

Nossa cultura, herança da cultura greco-romana, tem elevado a um grau máximo a busca pela unidade e regularidade, por verdades fixas e imutáveis sobre as coisas, entendendo que o aparente e sensível, é transitório e não oferece segurança; essa atitude, para muitos pensadores como Morin (2020), cega, ou no mínimo, gera empecilhos para perceber o todo; o relato biográfico em sua essencialidade deve olhar a parte integrada no todo, porque trabalha com ideias, sentimentos e atitudes e isso são referências únicas do narrador.

Se tivermos no horizonte os fatos-em-si e, somente isso, abstraindo a subjetividade do narrador e, também, porque não dizer, do narrador-historiador, não estaremos observando um dos princípios basilares do paradigma (auto)biográfico que é o de registrar, compreender e significar a palavra dada. Caso removermos esse fundamento, não teremos o relato autobiográfico, mas sim uma narrativa de ficção, que será escrita sem os cuidados do que é o relato das memórias do narrador. Enfim, esses relatos autobiográficos podem conceber multi-olhares, multi-lógicas, múltiplas estratégias de solução ou impasses, ou mesmo conflitos, gerados pelo biografado.

Precisamos, enquanto narradores-historiadores da narrativa autobiográfica compreendê-la significando-a mediante uma hermenêutica que dê sustentação a essa significação; esse movimento permitirá ao leitor as abstrações, as interpretações que fará por conta da própria subjetividade e percepção. O leitor que, pelo processo de reflexão, construirá concepções de valor e padrões constitutivos do si e do outro.

Como leitores, somos todos influenciados por nossa própria história, pelos eventos exteriores a que somos sujeitos e, também, além desses aspectos, pensando em Maturana e Varela (1995) sofremos determinações biológicas. Esse conjunto de fatores e de ingredientes mobilizaram nossas memórias pessoais e coletivas, movimentando o consentimento e construindo valores, agregando perspectivas da essência, plasmando o si mesmo e a concepção do outro. Temos aqui uma essencialidade muito grande da potência do relato autobiográfico.

O embate interior do si mesmo, pela reflexão desse conjunto de fatores vai modelando, com o decorrer do tempo e da vivência do conjunto de outras experiências, um si mesmo mais resiliente e preparado para enfrentar-se constituindo-se, da mesma maneira conformando o outro como si mesmo.

Portanto, o que é essencial é que o processo de constituição do processo de autobiografização tenha a potência de dar sentido à construção de ‘ações’ que permitam a construção do “bem estar” e da “vida boa”, uma vez que uma gama de intervenientes complexos originados na ‘ação’ do agente se apresenta como “objetivo”, como “sendo”, como “em si”, pois a biografização é um meio para propor o essencial na constituição da própria ‘ação’.

A BIOGRAFIZAÇÃO, COMO CONSTRUÇÃO DA ESSENCIALIDADE DO SI MESMO

A construção das essencialidades de si mesmo pelo processo de biografização tem na dimensão Ipse, uma permanente mediação reflexiva pelo processo autobiográfico. O Sujeito Narrativo Autobiográfico quando se narra expõe suas vivências tornando-se um ‘personagem’ verdadeiro, diferente do personagem de ficção, que é fruto da criação de um escritor. Esse ente, “persona autobiográfica”, vai se referir à própria vida, às suas

vivências e a tudo aquilo que faz parte dos seus particulares essenciais que constituem sua pessoalidade, particularidades e individualidades, expressos sob a dinâmica de linguagem e argumentos próprios. Essas narrativas autobiográficas, podem ou não, constituir-se em um poderoso esquema psicológico para perceber o outro (Alter), pelas características e percepção das diferenças do eu (Si mesmo).

Nesse sentido, o Sujeito Narrativo Autobiográfico narra o passado que, pelo processo de recuperação da memória, é como se o narrado estivesse ocorrendo no presente. Mediante o processo de biografização o fato passado é irrepresentável, mas ao mesmo tempo vivo, na medida em que não é mais o fato mesmo, mas, sim, o narrado como fruto da memória que vai emergindo pela narrativa. Essa memória, no entanto, já passou pelo crivo da subjetividade do narrador, uma vez que o fato em si, por estar no passado, é invisível, o que subsiste no presente é a essência da narrativa que começa em um fato, um dia, uma hora e termina em um fato, um dia, uma hora, mas que, para a narrativa seja coerente, são apresentados por um começo e fim juntos, em conjunção.

Mas, por outro lado, estes relatos autobiográficos recuperados pela memória nunca serão os fatos mesmos, estes são irrecuperáveis, pois ficaram sujeitos ao afastamento que permite ao narrador ressignificar a memória do fato. O Sujeito Narrativo Autobiográfico, diferentemente do sujeito das narrativas ficcionais, não consegue recuperar o passado, pois existe uma impossibilidade real de o passado estar no presente, mesmo que pela narrativa o passado seja sempre atualizado.

É compreensível, pois, que os Sujeitos Narrativos referidos no início deste ensaio (o Inominável e Babette), reconhecidos como personagens de ficção, embora contenham intencionalidades biográficas, não se constituem em Sujeitos Narrativos Autobiográficos, mas personagens de ficção.

O Sujeito Narrativo Autobiográfico é construído na triangulação da condição [IPSE – MESMO – ALTER] uma vez que sua narrativa implica as duas dimensões da condição do “si mesmo”: a dimensão pessoal e a dimensão coletiva do si mesmo. Um relato autobiográfico é permeado por um espaço e por um tempo. Em “O inominável”, por exemplo, por força do estilo construído pelo escritor, o personagem não sabe nem mesmo se está morto ou vivo. Por isso Ricoeur (2019, p. 117) ressalta o argumento de que *“toda a problemática da identidade pessoal vai girar em torno dessa busca de uma invariante relacional, conferindo-lhe a significação forte de permanência no tempo”*.

Em razão dessa dupla dimensão o si mesmo em sua essencialidade pode revelar-se, também, sob uma dimensão coletiva, como da experiência da comunidade em a “Festa de Babette”, em razão de que

À noção de disposição vincula-se o conjunto das identificações adquiridas pelas quais uma parcela de outro entra na composição do mesmo. Em grande parte, com efeito, a identidade de uma pessoa, de uma comunidade, é feita dessas identificações a valores, normas, ideais, modelos, heróis, nos quais a pessoa ou a comunidade se reconhecem (Ricoeur, 2019, p. 122).

Ricoeur, em o Si mesmo como Outro (2019), expõe, reflete e amplia argumentos sobre a Identidade Pessoal e a Identidade Narrativa, embora este último conceito esteja mais trabalhado em Tempo e Narrativa. Com o propósito de recuperar brevemente cada um desses conceitos, para depois avançar em nosso propósito em propor reflexões acerca da Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico, trataremos alguns aportes para adentrar no tema.

Por Identidade Pessoal podemos sintetizar todas as características com as quais se reconhece os indivíduos, distinguindo-os por características físicas, biológicas e psicológicas, pelo seu caráter, índole, virtudes, motivações e intenções, como também por suas ações.

Na abrangência da Identidade Narrativa, Ricoeur entende que pela narração de uma vida, pela descrição do contexto, das ações e situações, é possível identificar as pessoas respondendo às perguntas: “quem é você?”, e “quem sou eu?”, em realidade, quem fez a ação? Isso remete para uma formulação complexa da noção de sujeito, sob uma Identidade Narrativa permeada pela mediação dos símbolos da cultura, pelas relações interpessoais, como também, das relações institucionais.

Esse cenário nos permite cogitar daqui para frente, adentrando no Paradigma (Auto)biográfico acerca da Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico, reconhecendo que em Identidade Pessoal e Identidade Narrativa existe um espaço para, considerando a essencialidade do si mesmo, aportar aspectos da Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico.

Uma primeira possibilidade para estabelecer um parâmetro e construir significações do que possa ser a Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico é considerar que, no pensamento ricoeuriano existe uma evidente diferenciação entre “eu” e “si”. O “eu” é da abrangência da consciência, enquanto, que o “si” é da abrangência reflexiva das pessoas, no caso do narrador de si. Para Ricoeur o “si” reflexivo, que se posiciona não como algo que se conhece, que se sabe por antecipação, mas, sim, como uma tarefa de reconhecimento pelas pessoas, do valor que atribuímos a elas e às suas atitudes, às classificações e aos conceitos e preconceitos sobre a vida, considerado isso uma dimensão eticopolítica. Mas, também, para o autor, existe uma dimensão hermenêutica sob duas dimensões: a epistemológica e a ontológica. Quanto à dimensão epistemológica fica por conta das interpretações e a ontológica para o conhecimento da realidade.

Nesta dimensão da Ipseidade do si, Ricoeur acrescenta a dimensão Alter, encontrando o outro como si mesmo diferente de si. Na ética desse

encontro, o indivíduo encontra “ele mesmo”, pelo reconhecimento de suas características individuais, da sua autoimagem. Percebemos, nesse caso, uma integração da dimensão ético política e ontológica, considerando, sempre, a postulação ricoeuriana.

O pensamento de Ricoeur rompe com a compreensão do “eu” que sabe pelo pensar, lembrada na formulação “penso, logo existo”. Esta afirmação, inseminada pelo pensamento de Ricoeur, poderia passar a ser formulada de outra maneira: ‘existo, porque penso refletindo” sobre mim mesmo, sobre o outro. Nesta complexidade de mediação reflexiva o indivíduo encontra sua essencialidade. É oportuno lembrar, neste momento, os indivíduos e o coletivo que compõem a narrativa da “Festa de Babette”, que, pela proposição das narrativas pessoais e coletivas, existe uma extrapolação do meramente pensar – existir – refletir; existe a ação de um terceiro que é o narrador, pois na revelação das essencialidades de cada personagem, coloca os sujeitos no mundo biográfico de cada um, que não é mais somente a narrativa nem mesmo das pessoas, porque todos eles são fruto da criação ficcional da autora. Portanto, além de meros personagens de uma narrativa, cada um deles é dotado de uma identidade biográfica, que os torna sujeitos naquele contexto histórico.

O Sujeito Narrativo Autobiográfico, portanto, encontra-se na confluência da triangulação da dimensão IPSE, porque ele é um si que só existe na narrativa; ele é ALTER porque é um personagem outro que pode ser ele mesmo, ou o narrador, ou o narrador-historiador; ele é MESMO, porque se não fosse o relato narrativo não teria veracidade, reflexividade e existência. Portanto, tudo aquilo que toca como característica de Si mesmo como outro na Identidade Pessoal, se caracteriza com outros contornos quando se trata da Identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico.

Na perspectiva da identidade pessoal, ao penetrar “o mais intimamente possível no que chamo de mim mesmo, sempre esbarro em uma ou outra percepção particular, calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer” (Ricoeur, 2019, p. 130), mas, por outro lado, na identidade ipse alguém está hesitando, alguém está observando uma percepção, um sentimento, uma sensação (Idem, p. 130), sensações que podem ser emitidas pelo narrador ou o narrador-historiador, e até mesmo o leitor. Aqui uma questão central para a identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico, que se concretiza pela imposição da pergunta *quem?* “*quem procura (quem) hesita e não encontra, quem percebe?*” (Idem, p.130).

A identidade pessoal é do âmbito psicológico, enquanto identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico é do âmbito da dinâmica social, dos processos de memória e da narração da história biográfica do narrador, em alteridade. Uma identidade não existe sem a outra, no entanto, para tratar do Sujeito Narrativo Autobiográfico é preciso ter presente o fato de lidarmos com sujeitos que estão presentes na História, ou na Cultura, ou nos Mitos e Lendas, uma vez que essas narrativas biográficas são fruto das memórias, as quais estão sujeitas aos impactos da história vivida, da reflexão e das experiências que o sujeito é submetido no curso da vida.

“A existência de uma pessoa consiste exatamente na existência de um cérebro e de um corpo e na ocorrência de uma série de acontecimentos físicos e mentais interligados (Ricoeur, 2019, p.134). Neste âmbito a identidade pessoal é intercorrente do corpo e da mente constituinte da pessoa. Aqui, nesse ponto vale uma reflexão que talvez seja própria quando pensamos que somos imersos em um meio, uma cultura e, porque, não admitir em uma narrativa histórica? De fato, somos impactados por emergências da existência a ponto de sermos mobilizados em nossas convicções, percepções e opiniões as quais se constituem num pondo de inflexão,

motivando mudanças na direção das posições morais, nos permitindo mobilização do nosso consentimento em relação à realidade vivida.

Essas são evidências da identidade pessoal, no entanto, o mesmo não ocorre com a identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico. Assim como as personagens, desde a dramaturgia grega, para elas não servem os padrões morais impressos na cultura que resultam por influenciar as identidades pessoais. A identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico fica em outro plano na questão. Não se trata de considerar aqui como sujeitos sem moral, absolutamente não é essa a questão, mas na narrativa da dramaturgia grega clássica, por exemplo, Édipo toma o lugar de Laio e desposa Jocasta, inclusive tendo com ela duas filhas, no entanto ele não tinha consciência que Jocasta era sua mãe. Esse fato é revelador, porque, embora o leitor saiba da relação incestuosa de Édipo, a personagem não sabe. Ele só vem a ter conhecimento disso quando o oráculo revela essa realidade para ele. Conhecedor dos fatos, Édipo se impõe a pena capital, furando seus olhos e condenando-se a viver nas trevas.

Todas as narrativas, sejam elas autobiográficas ou não, são carregadas de relatos morais próprios, uma vez que as personagens não estão sujeitas às mesmas regras e padrões que recaem sobre a identidade pessoal. No lugar do pré(conceito), a identidade do Sujeito Narrativo está livre dos padrões impostos, porque ela vive e responde aos seus próprios padrões, inclusive, como na dramaturgia grega clássica, serve como ponto de reflexão e educação dos espectadores, ou leitores. Assim, igualmente, os Sujeitos Narrativos Autobiográficos.

Os padrões morais expressos pela Identidade dos Sujeitos Narrativos Autobiográficos precisam ser interpretados no contexto de cada narrativa, sem a contaminação de juízos, valores ou convicções próprias, de parte do pesquisador ou, como o vimos denominando, de narrador historiador. Toda a vez que isso ocorre há como que uma

violação, uma traição, naquilo que foi expresso pelo narrador. Um assassino, um falsário, um desonesto, enfim... muitos outros delinquentes, perturbados, doentes portadores das mais diferentes anomalias sociais e psicológicas e outros, precisam ser vistos como eles são exclusivamente. Evidentemente, que a citação destes casos radicais, tem o objetivo de enfatizar e reforçar o argumento de que o Sujeito Narrativo Autobiográfico precisa ser descrito como ele é e se expressa. O julgamento, os valores, independente da interpretação exigida do pesquisador, são da alçada do leitor, não do narrador ou do narrador-historiador.

Não podemos entender como uma situação ambígua o fato de, ao narrar, o Sujeito Narrativo Autobiográfico esteja distanciado de padrões morais, porque nunca estaremos nos atos narrados por meio da palavra dada; o narrador-historiador estará simplesmente registrando a compreensão que faz da narrativa, interpretando-a sob os condicionamentos dos fatos vivenciados pelo narrador e da interpretação que este faz dessas vivências que lhe são próprias.

Mas, ainda, precisamos considerar a existência de uma distância entre a palavra dada e os limites da linguagem: vocábulos, expressões e, até mesmo, construção frasal, mas a narração precisa obedecer ao fato relatado, do contrário estamos consolidando discrepâncias na identidade do Sujeito Narrativo Biográfico.

Um cuidado sempre presente no processo de biografização, no sentido de ser fiel às essencialidades do si mesmo do narrador e da sua palavra dada é considerar a ação do tempo e do desenvolvimento da história. É preciso considerar a evolução do pensamento moral em certas possibilidades. O que muitas vezes no passado era cultura moral socialmente aceita, no momento da construção da biografia, já pode não ser mais.

No processo de biografização é natural uma consistente rede de reflexão em torno da natureza, das etapas e, também dos limites da palavra dada do biografado. Não é papel do narrador-historiador extrapolar os limites epistemológicos do Sujeito Narrativo Autobiográfico. Ele não precisa exercer o papel de sujeito indagativo, como, por vezes pode fazer, na condição tradicional do investigador social, que necessita construir um processo cognitivo para relatar o entrevistado. Nesta abrangência, a prática de narração do Sujeito Narrativo Autobiográfico precisa superar a complexidade do presente. Numa entrevista, por exemplo, de perfil fenomenológico, o entrevistador busca a expressão da percepção do indivíduo acerca de algo, na biografização ela é somente o relato da memória pelo processo que Ricoeur chama de *Reminiscing* (Ricoeur, 2020, p. 56). O narrador-historiador chega ao termo em seu trabalho de busca da palavra dada por meio da dialógica que tem perfil diferente do diálogo.

Construímos pela “dialógica”⁵ com o Sujeito Narrativo Autobiográfico, uma vez que ele precisa aproximar relato do fato com aquilo que povoa a memória em forma reflexiva. A prática dialógica nos permite instaurar uma relação com o narrador sob múltiplas vozes narrativas resultando no atravessamento da própria palavra e pode denotar sentidos diferentes. Pela dialógica é possível expressar as reflexões originadas na memória, dado que

coisas e pessoas não aparecem somente, mas elas reaparecem como sendo as mesmas; e é de acordo com essa mesmidade de reaparecimento que nos lembramos delas. É da mesma forma que nos lembramos dos nomes e endereços e números de telefone de nossos parentes e amigos. Os encontros

⁵ O conceito da dialógica é trabalhado por Morin em “A cabeça bem-feita” (2000, p. 95/6) como um princípio que “*une dois princípios ou noções que deviam excluir-se mutuamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade*”. “*A dialógica permite assumir racionalmente a inseparabilidade de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo*”

memoráveis prestam-se a ser rememorados menos de acordo com sua singularidade não repetível do que conforme sua semelhança típica, até mesmo conforme seu caráter emblemático (Ricoeur, 2020, p.42).

O texto que traz uma narrativa autobiográfica com essa conformidade, revela a existência da inspiração interior do narrador, que causa uma espécie de influxo no leitor acerca do vivido e relatado pelo biografado. Em *O Inominável*, por exemplo, o leitor sabe, porque isso já foi declarado pelo escritor, que ele não tem consciência se já morreu, se existe ou não, enfim, o *Inominável*, pode contar de modo monológico suas lembranças, sem nem mesmo ter a certeza que tudo que narra de fato existiu. O Sujeito Narrativo Autobiográfico, diferentemente, narra e reflete sobre as memórias vividas por ele. “*O acontecimento é aquilo que simplesmente ocorre. Ele tem lugar. Passa e repassa. Advém, sobrevém. (...) resulta de algo anterior conforme a causalidade necessária ou procede da Liberdade, conforme a causalidade espontânea*” (Ricoeur, 2020, p.42).

Destacamos que a experiência humana é temporal, ela existe no tempo. Para Ricoeur (2020):

O essencial é que o objeto temporal reproduzido não tenha mais, por assim dizer, pé na percepção. Ele se desprende. É realmente passado. E, contudo, ele se encadeia, faz sequência com o presente e sua cauda de cometa. O que está entre os dois é o que denominamos de lapso de tempo (p. 53).

Mas trata-se de um tempo recordado fruto do que Ricoeur (2020) chama de “reminding”, tido por ele como “*um fenômeno que consiste em reviver o passado evocando-o (...) interiorizando-o sob a forma de memória meditativa*” (op. cit. p.h55), pois essas “lembranças” são “*conversação sob o regime da oralidade: “escute você se lembra de..., quando... você... nós? (...) este modo se estende, então, no mesmo nível de discursividade que a evocação simples em seu estágio declarativo* (idem, p. 56).

Considerando todos estes aportes teóricos e reflexivos, podemos entender que o processo de biografização só pode ser realizado com êxito, quando o sujeito autobiográfico manifesta uma identidade histórica no tempo, pois quando se narra biograficamente está se remetendo e, ao mesmo tempo, nos remetendo a um determinado tempo.

Uma segunda consequência do processo de biografização, em acordo com estes aportes, é que a identidade autobiográfica é diversa da identidade pessoal consubstanciada da mesmidade; a ipseidade, sob a ética argumentativa, não busca a hermenêutica do si, mas estabelece uma constante mediação reflexiva da memória do si mesmo, opostas às posições do eu. Nesse sentido, a identidade autobiográfica concentra e reforça a alteridade, numa constante atualização da memória, da história e, também, porque não dizer, do próprio Si.

Finalmente, percebemos que devemos levar em conta no processo de biografização as lacunas que a construção da linguagem falada/escrita pode gerar, visto que *“O que acontece na escrita é a plena manifestação de algo que está num estado virtual, é algo de nascente e incoativo na fala viva, a saber, a separação da significação relativamente ao evento”* (Ricoeur, 2019, p.42), razão pela qual *“a transição da fala para a escrita tem as suas condições de possibilidade na Teoria do Discurso em especial na dialética do evento e significação aí considerada (...) o objetivo é relacionar o tipo de exteriorização intencional, que a escrita exhibe, com o problema central da hermenêutica, o de distanciação”* (Idem, p. 41). Com isso podemos depreender que estamos frente a uma abordagem descritiva dos relatos, neste caso os relatos autobiográficos emitidos pelo Sujeito Narrativo Autobiográfico, registrados e interpretados pela narrador-historiador.

A CONSTRUÇÃO DAS ESSENCIALIDADES DO SUJEITO NARRATIVO AUTOBIOGRÁFICO PELO NARRADOR-HISTORIADOR

Para revelar o Sujeito Narrativo Autobiográfico o narrador-historiador não pode assumir o papel de juiz das ações e do posicionamento do biografado. A narração da essencialidade do Sujeito Narrativo Biográfico não passa por provas documentais, mas pela palavra dada. Ele precisa narrar, interpretar e compreender, porém nunca explicar. Cabe ao leitor a missão de refletir dialogicamente os fatos, tornando-os universais sob diferentes planos: moral, ético, cognitivo e de outros planos.

A problematização dos episódios pode abrir duas dimensões reflexivas: uma no plano individual e outra no plano coletivo, como funcionaria, por exemplo, uma comunidade de leitura, uma vez que antes de discutir as concepções, as ideias de uma obra, primeiro o leitor deve se apropriar dos argumentos e assimilar os conteúdos.

O narrador-historiador provocará no leitor a reflexão e, o ato reflexivo advindo desta ação, provocará eventos de significação. Os relatos passam a ter um “status” autônomo, de maneiras que Ricoeur (2019) chega a nos dizer na Teoria da Interpretação que *“o fato é que o autor já não pode resgatar a sua obra. A sua intenção é nos muitas vezes desconhecida, por vezes redundante, às vezes inútil, e outras vezes até prejudicial no que toca à interpretação do sentido verbal de sua obra”* (Ricoeur, 2019, p. 107). Isso confirma o fato de que o leitor também toma para si atos de interpretação dando aos relatos significações específicas, o que não elide, ao contrário exige a interpretação do narrador-historiador. É com base na interpretação (figuração) do narrador-historiador que o leitor refigura a narrativa. Trata-se de uma nova mimese, uma refiguração da interpretação do narrador-historiador.

Por essa ação interpretativa do narrador-historiador e a do leitor, pode-se afirmar que a essencialidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico será revelada pela identidade Alter. Se a identidade pessoal é considerada por Ricoeur como identidade idem ou mesma, a identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico se dará pela identidade Alter que poderá ser o próprio narrador (mesmo) ou um outro – narrador-historiador ou leitor – por meio da concepção do objeto percebido e após conceitualizado.

O inominável pode claramente entender a sua identidade pessoal, individual, pois a única coisa que sabe é que viveu. Ele tem consciência de seu mundo biográfico, mas a oscilação entre saber se está vivo ou morto gera, para ele, uma dúvida se, o que ele recorda é mera recordação, ou ilusão; ele tem dúvidas até mesmo de sua existência. Nós os leitores, embora possamos entender a narrativa, pois ela é lógica e consequente, também temos as mesmas dúvidas se ele realmente existiu, se tudo aquilo não passa de uma boa e criativa construção literária, mas que não traz qualquer traço de biografização. Isso é posto desta forma nesse argumento para sustentar o fato de que, o Sujeito Narrativo Autobiográfico só existe na dimensão Alter, isto é, quando alguém, ou ele mesmo, atesta, pelo tempo, pela história, pelos fatos ocorridos, ou outras formas concretas de testemunho, a existência do sujeito no tempo, na história, na cultura.

Em contraponto com a Festa de Babette, o agente da ação é o outro: as irmãs fazem a ação, dedicam suas vidas para manter e continuar a obra do pai naquela comunidade, de maneiras que, quando fazem a ação, por exemplo, de receber Babette, não o fazem por causa do pai, mas para honrar o espírito e os princípios cristãos que professam. Babette, ela mesma, faz a ação de promover e concretizar o jantar, como a festa do

centenário do fundador; o altruísmo de sua ação é revelador do reconhecimento do outro, das irmãs, e do próprio fundador.

Portanto, o Sujeito Narrativo Autobiográfico está presente em todos as personagens da narrativa, uma vez que cada um se revela por sua história, cultura e na ação de viver os princípios que acreditam. Esta narrativa pode-se dizer que revela Sujeitos Autobiográficos, porque todos expressam e vivem revelando um mundo, circunstâncias e essencialidades, que fazem destes personagens, pessoas ligadas a uma história, um momento, às crenças, todas essas dimensões reveladoras da dimensão Alter.

Em *Totalidade e Infinito* (2019, p. 19) Levinas afirma “*a sua alteridade incorpora-se na minha identidade de pensante, ou de possuidor. O desejo metafísico tende para uma coisa inteiramente diversa, para o absolutamente outro*”. Neste sentido o narrador-historiador quando na condição de revelar o Sujeito Narrativo Autobiográfico precisa estar atento de imbuir-se desse desejo metafísico da alteridade, uma vez que “*a alteridade só é possível a partir de mim*” (Idem, p.26).

Então podemos perguntar: como o narrador-historiador pode construir a alteridade a partir dele? Ele pode fazer isso pela ascrição respondendo à questão “quem”, isto é: quem é o agente da ação, o autor da ação. Deste modo, o narrador-historiador atesta a ação do narrado; de qualquer forma a ação do narrador-historiador toma a posse daquele que fez a ação, e por outra ação narrativa, atesta a ação relatada, consolidando a alteridade. Neste caso o narrador-historiador é autor da ação de refazer a história do Sujeito Narrativo Autobiográfico. O ponto de perfeição deste processo é quando o narrador-historiador, por meio de sua identidade de si mesmo (ipseidade) compõe a identidade do Sujeito Narrativo Autobiográfico, alcançando a alteridade do biografado.

Neste percurso narrativo ele, o narrador-historiador, não precisa estar preocupado com a influência de uma certa história de fora, porque ele vai expressar a identidade do Sujeito Narrativo autobiográfico como a história de vida daquele sujeito, do mundo dele, das concepções dele, e até do legado dele, configurando, assim, as essencialidades pela configuração narrativa do Sujeito Narrativo Biográfico.

Concretamente, a dimensão Alter, necessária ao narrador-historiador, como uma das condições de compor o Sujeito Narrativo Autobiográfico está sempre presente frente a qualquer ação narrativa, o vivido, fonte e, porque não dizer, inspiração às narrativas biográficas tem fonte nas essencialidades e na capacidade de solidarizar-se e compreender a dinâmica vivida pelo Sujeito Narrativo Autobiográfico.

O Sujeito Narrativo Autobiográfico encerra em si a profundidade da reflexão de um momento, de um recorte do vivido e sua identidade tem uma dupla dimensão; a de prestar um testemunho ético e outro epistêmico do momento que relata. Em sua enunciação estão presentes essencialidades reveladas pelo narrador-historiador a partir de relatos de uma pessoa concreta, com uma história, um passado, um presente e um futuro, na medida que as essencialidades relatadas desencadeiem reflexão em muitos que lerem os relatos.

Somente o Sujeito Narrativo Autobiográfico e o conhecimento que ele traduz pela própria palavra dada revela as essencialidades dos valores, das crenças, dos objetivos, da vida como ela se expressa. Por isso que o conhecimento do Sujeito Narrativo Autobiográfico não é um conhecimento tácito, nem um conhecimento perceptivo, mas um conhecimento transcendente, único e irrepetível.

Diferentemente d'O Inominável que tem dúvidas se suas memórias são verdade ou imaginação, o Sujeito Narrativo Autobiográfico existe porque pensa, e porque pensa reflete, e porque reflete supera a dúvida,

ou deixa emergir outras; porque vivo está, os relatos do Sujeito Narrativo Autobiográfico nunca serão inócuos, duvidosos, geradores de dúvidas e instabilidades; eles sempre serão repletos de “si” reflexivos, de hermenêutica de vida vivida, de ética e de essencialidades. Neste momento, paramos, juntamente com Ricoeur:

Aqui eu paro! *Não posso fazer outra coisa!* Mas quem tiver acompanhado nossa argumentação sobre a ética da decisão em situação, saberá que o momento de convicção não substitui a prova da regra; ocorre no termo de um conflito que é um conflito de deveres. Além disso, o momento de convicção marca, a meu ver, uma ida aos recursos ainda inexplorados da ética, aquém da moral, mas através dela (Ricoeur, 2019 p. 417).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Fontes orais, escritas e (áudio)visuais em pesquisa (auto)biográfica: palavra dada, escuta atenta, compreensão cênica. O studium e o punctum possíveis. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva. (Orgs.). Pesquisa (Auto)biográfica, fontes e questões. Curitiba: CRV, 2014, p.57-77. Coleção, Modos de viver, narrar e guardar, tomo I.
- BECKETT, Samuel. O Inominável. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- BLIXEN, Karen. A festa de Babette. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda., 2012.
- BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.). Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica. Porto Alegre/Salvador/Natal: EDIPUCRS/EDUNEB/EDUFRN. 2012, p. 79-109. Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica: temas transversais – Tomo II.
- Levinas, Emmanuel. Totalidade e Infinito. Lisboa: Edições 70, 2019.
- Maturana, Humberto; Varela, Francisco. A árvore do conhecimento. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MORIN, Edgar. É hora de mudarmos de via – as lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

Nietzsche, Friedrich Wilhelm. Vontade de Potência. Petrópolis: Vozes, 2017.

Ricoeur, Paul. A Memória, a história o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2020.

Ricoeur, Paul. O si mesmo como outro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

Ricoeur, Paul. A metáfora viva. São Paulo: Loyola, 2015.

Ricoeur, Paul. Teoria da interpretação. Lisboa: Edições 70, 2005.

Ricoeur, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1995, tomo II.

Saint-Exupéry, Antoine de. O Pequeno Príncipe. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

5

ORÁCULO – PRESCIÊNCIA 2 – ABRANGÊNCIA FORMATIVA

Júlio César da Rosa Machado



Paul Klee – Senecio 1922

No segundo encontro com a turma naquela universidade, encontrei os estudantes ansiosos em mostrar suas reflexões e textos. O ambiente acadêmico era de fato muito rico, absorvente e produtivo. Havia um clima de profundo desejo de refletir e produzir, o que me deixava muito estimulado. Tive, também, a oportunidade de discorrer sobre o que pensei e produzi, isso nos dava, além de nos assemelhar, a produção em nós de um sentimento de construção do nosso Si e do nosso Outro, assim:

Avançamos mais na via do compromisso ontológico da atestação (...) em última instância e ipseidade, tanto em sua diferença em relação a mesmidade quanto em sua relação dialética com a alteridade (Ricoeur, 2019, p 356)¹.

O grupo de estudantes era composto por pessoas ligadas aos fenômenos da educação. Era um curso que tinha como pano de fundo as

¹ RICOEUR, Paul. O SI MESMO COMO OUTRO. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

Ciências da Educação. Todos, segundo suas manifestações espontâneas, eram afetos às questões da formação de professores entendendo estes agentes sociais como sujeitos biológicos, sociais e capacitados com recursos autoeducativos capazes de sustentar seu atuar.

Frente a estes indícios, eu como um Oráculo interroguei: as determinantes, físicas-biológicas, sociais e as nossas singularidades são capazes de talhar um profissional para esta área de atuação?

Continuei como um Oráculo: como impacta a cultura fragmentada na formação e atuação deste profissional? E, por fim, perguntei: a ação dos educadores pode contribuir para a regeneração do humanismo?

Mostrei a pintura de Paul Klee de 1922 “Senecio” para um encontro inspirador com a obra do artista. Estava tentando desenvolver com eles um perfil de profissional da educação e sua formação, mas queria despertar neles a reflexão, não só de aspectos técnicos deste tema, mas de outras dimensões.

Observei com os estudantes que, Klee, apresentava um rosto composto por formas geométricas e cores atrevidas que despertam nossos sentidos. O rosto achatado da pintura nos remete às nossas singularidades, como característica marcante de nossa humanidade. Senecio é uma conhecida planta nos campos, conhecida como erva-de-são-tiago, para os animais muito venenosa, mas para nós humanos seu chá regenera diferentes inflamações. Por isso na pintura podemos ver traços de ludicidade e sofisticação numa mistura muito inspirada de arte das ruas e as abstrações dos artistas modernistas.

Com esta amplitude de significados, a proposta é refletir sobre o fenômeno da formação de professores pelos meios propostos nas narrativas (Auto)biográfica.

“O fruto revela como foi cultivada a árvore; assim, a palavra
que provém do pensamento do coração”

Livro do Sirácida 27, 06

6

O IMPACTO DOS RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS NA REGENERAÇÃO DO HUMANISMO

Júlio César da Rosa Machado

O paradigma Biográfico vem se firmando como um anúncio de boa prática de base epistemológica e metodológica, no campo das Ciências da Educação e das Relações Sociais. Temos observado nas edições do Congresso Internacional de Pesquisa Autobiográfica e sua consequente produção no seio dos diversos ambientes acadêmicos do Brasil, onde ele é desenvolvido, um numeroso grupo de pesquisadores que utilizam desses recursos aplicando-os na ‘formação de professores’ e, em muitas outras áreas das Ciências Sociais. Trata-se de um grupo de muitos e valorosos intelectuais de alta capacidade de produção reflexiva acadêmica, que vem oferecendo contribuições para o adensamento desse paradigma.

Recentemente Edgar Morin publicou um livro com o título “é hora de mudarmos de via”. De sua leitura depreendemos; diz ele:

“humanismo, a meu ver, não é apenas sentimento de comunhão humana, de solidariedade humana, é também o sentimento de ser parte dessa aventura desconhecida e incrível, e ter a esperança de que ela continue para uma metamorfose, da qual nasceria um novo porvir” (Morin, 2020, p.96).

Morin, ao contextualizar nossa realidade sob os impactos do que vivemos no momento e, dessa maneira compor um cenário acerca da nossa humanidade nessa encruzilhada histórica, após inúmeros choques vividos ao longo do Século XX, culminada pela pandemia por Coronavírus, nos propõe uma reflexão colocando em xeque mate o fim do ciclo da modernidade, abrindo espaço para iniciar outro ciclo.

Pela exposição de quinze lições ensinadas pela infecção do coronavírus, Morin(2020) analisa um quadro de emergências que nos empurra para mudanças que precisamos enfrentar. Neste quadro estão dimensões éticas, estéticas, políticas, sociais e culturais e, ainda, muitas outras que, no início deste Século XXI, segundo a exposição dessa Complexidade, indica que estamos frente a um ponto de mutação, cuja equação é muito simples: ou caminhamos rapidamente para a destruição total de todo o nosso ecossistema, ou tomamos medidas e providências para mudar, apontando para a necessidade de ir partindo para um novo tempo com novas práticas sociais e ecológicas e outras formas de convivência.

Ao concluir a primeira parte deste livro, o pensador infere, não sem esperança que, o homem sob uma nova ordem de humanidade pode alcançar um futuro promissor, porém, alerta, sob uma necessária caminhada rumo ao “si mesmo” para que neste encontro consigo mesmo, possa encontrar o outro, que com ele caminha e constrói cultura e história.

A Esperança está na luta pelo despertar das mentes e pela busca de outra via, que a experiência da mega crise mundial terá estimulado (Morin, 2020, p.53).

Mais adiante trataremos das características do tempo que se encerra, frente aos desafios do tempo que emerge. Esta é uma rota, uma caminhada, que permitirá vir à tona a construção de novos modelos de vida, de organização social sob outros valores, diferentes daqueles que usualmente adotamos para elaborar novas relações entre os humanos, os ecossistemas e o universo.

Para sair em construção de um novo tempo precisamos admitir que experimentamos e vivemos uma crise, todavia sem precedentes, talvez

a última crise, antes desta, de amplitude mundial, foi a Segunda Guerra Mundial, que teve uma feição incidindo na ordem social e política com dimensões culturais; a experimentada agora foi de ordem sanitária envolvendo outras características sob uma gama de outras complexidades, dramaticamente sistêmica, envolvendo o impacto da perda de pessoas, uma rede de assistência de saúde impotente, mais a amargura do isolamento, provocando reflexões e reações de toda a ordem sob o sentimento de impotência, o que empurrou ou precipitou o consentimento para mudanças.

Morin afirma:

O humanismo está em crise em face das derivas e retrocessos nacionalistas, do recrudescimento do racismo e da xenofobia, do primado do interesse econômico sobre todos os outros (Morin, 2020, p. 42).

Uma solução para esta equação é o cerne do enfrentamento que temos pela frente. Provocar e refletir sobre mudanças deve ser a nossa pauta, com esta estratégia seguiremos rumo para a construção de um humanismo com outra feição e com ele, ir superando as contradições, ao mesmo tempo que pavimentamos a estrada condutora aos novos tempos.

A consciência da comunhão de destinos dos seres humanos deveria regenerá-lo e conferir concretude ao seu universalismo até agora abstrato: cada um poderá então sentir sua integração na aventura da humanidade. E, se essa consciência se propagar pelo mundo e se tornar força histórica, o humanismo poderá suscitar uma política da humanidade (Morin, 2020, p.42).

Por isso, necessitamos de ferramentas reflexivas e militância intelectual para poder regenerar o humanismo, uma vez que não será com as mesmas receitas adotadas até agora que chegaremos a bom termo nessa reconstrução.

A CRISE E A RECONSTRUÇÃO DO SI

Entendo que uma primeira condição para iniciarmos essa reconstrução seja o próprio SI, categoria amplamente trabalhada por Paul Ricoeur (2019). É o próprio Morim que traz essa necessidade, para ele a regeneração do humanismo deverá

Incentivar uma dialética permanente entre o Eu e o Nós, a ligar o desenvolvimento pessoal à integração numa comunidade, a buscar as condições para que um Eu possa desabrochar num Nós, e o Nós possa permitir que o Eu desabroche (Morin, 2020, p.87).

Portanto, nessa crise constatada existe sobretudo uma acentuada crise do Si, isto é, daquele que existe e percebe o mundo, trata-se de um movimento que tem na sua ontologia a relação do indivíduo com o Outro sob dimensões, éticas, morais e pela não reciprocidade.

Significa que não estamos capacitados para nos conhecer, nos interpretar, pois estamos perdendo a habilidade de nos relacionar com o Outro e com o meio que vivemos. Neste sentido, sofreremos uma crise do saber que nos impossibilita de compreendermo-nos como coletivo na convivência com o Outro. Muitas podem ser as causas atribuídas dessa crise, não interessa a mim agora discuti-las, muito menos expô-las, porque entendo, nesse caso, desgastante essa empreitada ontológica uma vez que ela nos levaria ao mesmo. Quando falo em regenerar o Humanismo, a intenção é propor um sinal de esperança, de alternativas de saída da crise.

Para iniciar essa empreitada entendo que precisamos enfrentar a crise do 'si mesmo', pelo reconhecimento daquilo que nos falta ou que impede para compreender o que podemos denominar de ética do Outro, que se inicia pela consciência do 'si mesmo'.

Para este esclarecimento entendo que a rota do pensamento ricoeriano possui elementos que destaco como significativo para esta compreensão. Deve-se, primeiramente, assentir que Levinás foi um dos precursores, talvez o mais significativo, de trazer como questão filosófica o problema do Outro polarizando o ‘Outro’ entre o ego e o alter. Ricoeur, continuador da filosofia de seu mestre Levinás, em “O Si mesmo, como outro” desenvolve uma fenomenologia com marcas próprias do seu pensar colocando essa discussão no primeiro plano da filosofia contemporânea, pois admite uma dialética de ‘complementariedade’ entre o Eu e o Outro.

Para construir sua reflexão Ricoeur traz o problema da identidade pessoal que, para ele, fecha na expressão ‘Si mesmo’, compreendendo que na complexidade do Si duas possibilidades emergem simultaneamente; o Si tem um caráter reflexivo e, ao mesmo tempo, é ele mesmo. Essa complexidade, ao tratar do mesmo, possui uma exterioridade identificadora sob dois modos diferentes da mesma identidade, um é o mesmo (mesmidade) que permanece estável no tempo e, o outro, a ipse (ipseidade) referindo-se àquilo que é individual, particular e distintivo de cada um.

Entendo que a questão do Humanismo Regenerado passa principalmente pela complexidade do ‘si mesmo’ ricoeriano, especialmente da dimensão ipse, pois é aqui que nós precisamos mobilizar o consentimento no sentido de fazer as mudanças requeridas para não caminharmos para a extinção.

Somos nós mesmos (mesmidade), como humanidade que somos, no tempo e no espaço que precisamos pela mobilização da ipse reconstruir o tecido de relações que resultam no viver de uns com os outros. Os mecanismos de mudança e transformação, por exemplo, do meio ambiente, ou qualquer outra possibilidade que requeira mudanças,

somente será empreendida se a ipse, isto é, os comportamentos individuais, particulares e distintivos de cada um forem mobilizados em favor de um todo reconstrutivo.

Entretanto, essa complexidade mesmidade/ipseidade pode estar comprometida pela ideologização e pela negação daquilo que precisa ser enfrentado e mudado. Existem forças de cunho político/econômico/social que negam os problemas que enfrentamos. Utilizam lógicas de pós-verdade para confundir e atrapalhar a mobilização do consentimento para a mudança. De modo geral e amplo, somente para contextualizar a questão aqui colocada, além das mentiras, o processo de desqualificar o conhecimento científico vem sendo uma marca desse movimento, cada vez mais presente em todo o mundo.

A questão de fundo aqui é o que Ricoeur (2019) desenvolve no sétimo estudo do “O si mesmo como outro” ao tratar ‘do si e a visada ética’ abordando a ética, a moral e a sabedoria prática. Importante destacar que a ética é da conta dos posicionamentos pessoais no domínio da (I)ipse, corroborado pela identidade do ‘mesmo’ quando um conceito, ou um fato é estabelecido pelo grupo de pessoas no tempo, pois é a ética que movimenta no ‘mesmo’ a necessidade de agir, tornando conduta racional humana, compreendendo que a Ética significa jeito de ser impregnado pelo caráter, uma vez que a Moral, é tudo o que está na abrangência dos costumes.

No contexto do Humanismo Regenerado precisamos conquistar as mudanças necessárias num sistema combinatório entre identidade ipse e identidade do mesmo, propiciando que a pessoa seja, ela mesma, a agente da ação de mudança. A pessoa ao agir atesta a ação, chegando ao que Ricoeur chama de adscrição da ação. Esse conceito, bem se sabe, é desenvolvido por Ricoeur no espaço que rodeia o seu entendimento na teoria narrativa, contudo o conceito pode ser tomado aqui, como o sinal

da ação do agente que faz, isto é, daquele que é o autor da ação, na qual ele mesmo pode narrar acerca de sua consciência de mudança.

Isso toma importância no Humanismo Regenerado, porque um dos caminhos para chegarmos a essa reconstrução é por meio das narrativas de maneira geral, especialmente das autobiográficas, porque somente o Si mesmo por sua narrativa de consciência de mudança pode, num movimento autopoietico mobilizar e motivar outras pessoas para a estrada das mudanças.

Por outro lado, caminhando um pouco mais na questão do “si mesmo como outro” precisamos ter recursos para agirmos sob mecanismos de mudança e transformação sem agressão e nem pondo em perigo a integralidade e manutenção de todas as instâncias sociais que constituem o tecido sócio-cultural da nossa humanidade.

Assim, Ricoeur(2019) nos aponta uma tríplice perspectiva ao que ele denominou de “visada ética” que serve de inspiração ao agir e almejar aquilo que a mudança ou a transformação objetiva alcançar, segundo ele, “vida boa, com e para o outro, instituições justas” (p. 126-225), entretanto, faz uma observação e um chamamento ao senso de cada um de nós; tudo isso só pode ser pensado em relação ao Outro.

REFLETIR... LOGO EXISTIR

Considerando essas abrangências constatamos que a reconstrução passa por processos de dinâmica intelectual, de referências simbólicas e de ordem moral e ética. É preciso um movimento para olharmos para nós mesmos (o Si mesmo) e nesta mirada encontrar o Outro, que pode ser ele mesmo ou seu próximo. Ele precisa enxergar as necessidades, as realidades como as dela mesmo, aprendendo a compreender as

diferenças e características do Outro. Para este enfrentamento precisamos refletir o que Bauman nos alerta. Diz ele:

A modernidade foi despojando o homem de todas as pompas “particularidades”, reduzindo o ao (pretense) cerne de “todo humano” - o cerne do “ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não social”. A modernidade desde o início se dispôs a libertar o homem de todas “as influências e desvios históricos que corroem sua essência mais profunda”, a fim de que - como se esperava - “possa emergir nele como sua essência o que é comum a todos, o homem como tal”. “O homem como tal “era naturalmente sigla para dizer o ser humano subordinado a um só poder e por ele movido: o poder legislador do estado; ao passo que a emancipação, que se devia efetuar para “a essência” poder brilhar com toda a sua primitiva pureza, queria dizer a destruição ou neutralização de todos os *pouvoirs intermédiaires* - poderes “particularizantes”, que sabotam a obra que o poder “universalizante” do estado moderno se esforçava para realizar. A Batalha para descobrir a “essência humana” era apenas uma dentre muitas batalhas travadas na guerra pelo direito de legislar”(Bauman, 1997, p. 119).

O estado moderno exerdou o homem de sua humanidade natural o empurrou para um individualismo patológico, num mundo constituído por normas sem um código que construísem com o humano, humanidades, permitindo que o ‘Si mesmo’ esquecesse a co-responsabilidade com o outro. A essência humana foi abalada na sua base “*o que deixaria normalmente dessecada a imediata vizinhança do indivíduo, a companhia dos outros na qual se vivia a vida*” (Bauman, 1997, p. 121).

Bauman nos ajuda a pensar a superação deste enfrentamento quando afirma:

Se a pós-modernidade constitui uma retirada das aleias cegas a que tinham levado as ambições radicalmente perseguidas da modernidade, uma ética pós-moderna seria uma ética que readmitisse o Outro como próximo, como alguém muito perto da mão e da mente, no cerne do eu moral, de volta da terra devastada dos interesses calculados à qual ele foi exilado; uma ética que restaura o significado do moral autônomo da proximidade; uma ética

que lança novamente o Outro como a figura decisiva no processo pelo qual o eu moral chega ao que é seu (Bauman, 1997, p.122).

Portanto, a dimensão Ipse foi aniquilada na modernidade a ponto de hoje necessitarmos reconstruí-la. Nesse ambiente reflexivo, Bauman reconhece os princípios da ética do Outro desenvolvidas por Levinás. Para Bauman, citando Levinás

O nó da subjetividade consiste em ir para o outro sem se importar com seu movimento para mim. Ou, mais precisamente, consiste em se aproximar de tal sorte que, acima e além de todas as relações recíprocas que não deixam de se estabelecer entre mim e o próximo, eu tenho sempre dado um passo mais rumo a ele... o próximo atinge me antes de qualquer conjuntura, antes de qualquer desempenho aceito ou recusado... como que ordenado de fora, eu sou traumáticamente comandado, sem interiorizar, por representações ou conceitos, autoridade que me comanda (Bauman, 1997, p. 123).

Isso nos remete para o fato determinante de reconstruirmos hoje os processos simbólicos do existir olhando para o outro como si mesmo, porque existe uma assimetria do eu-tu. É necessário conquistar uma proximidade com o outro, nisso reside um desafio desse tempo, pois com isso recuperamos a humanidade perdida.

Entretanto, para alcançarmos isso precisamos impregnar de intencionalidade nossos atos e nossas ações para construir uma decisão de mudar e ir em direção ao outro. Para Bauman caminhar em direção ao outro é dar ‘atenção’ numa atitude de espera que não visa “*despossuir o Outro de sua vontade, de sua distintividade e identidade*; mais adiante ele conclui: “*Esperar pelo Outro para que exerça o seu direito de comandar, direito que nenhum comando já dado e obedecido pode diminuir*” (Bauman, 1997, p.127). Com esse posicionamento vamos admitindo outra lógica, que não são apenas “*reparos teóricos*”.

“*Se é transcendência tem um sentido, ela não pode se não significar o fato, para o acontecimento de ser - para o esse - para a essência, de passar*

ao outro do ser”, e complementa: “Passar ao outro do ser, de outro modo que ser. Não ser de outro modo mas, de outro modo que ser. Nem sequer não-ser”(Levinás, 2011, p.25). Essa essencialidade trazida por Levinás, nos remete para a construção do outro; não se trata aqui de pensar em concepções que o si mesmo precisa entender o outro diferentemente, mas apenas uma posição, ou melhor, um reposicionamento para conceber o outro de outro modo. Ricoeur que continua a concepção da Alteridade de seu mestre Levinás, vai propor a construção do Si mesmo como outro pela reflexividade, na construção do que denominou “Outramente”.

“OUTRAMENTE”

Na apresentação do livro *Outramente* de Paul Ricoeur, o professor Marcelo Pelizzoli faz uma interessante assertiva, diz ele:

Contudo, não se trata apenas de reparos teóricos. O que se evidencia na discussão são, em primeiro lugar, as possibilidades, da dialética do dizer: enquanto sentido do maior da subjetividade (*sub-jectum*, além mesmo do ser), ipseidade como res-posta à convocação da alteridade, como Ética do vocativo e acusativo pré-original do humano; em segundo lugar, a sua injunção com um dito, com o discurso e a ontologia (Ricoeur, 2008, p. 10).

Então, se depreende daí que a fala, o diálogo, por meio da incursão das narrativas de todas as ordens é o instrumento que pode quebrar essa lógica patológica da individualidade exacerbada presente na modernidade conforme tese de Bauman, portanto reconstruir a compreensão prática do viver na relação homem – meio social – ambiente natural é apropriá-lo a regenerar o humanismo do Outro perdido no excesso de controle da vontade e das individualidades promovido pelo Estado na modernidade.

Para o prof. Pelizzoli “É aí, de novo, que entraria, coerentemente, o retorno da memória, da história, o registro da hermenêutica - associada a

uma certa filosofia da linguagem - salvaguardando a construção filosófica e a reconstrução narrativo-histórica da intersubjetividade” (Pelizzoli, (in) Ricoeur, 2008, p. 11).

É nessa dimensão que toma relevância o Paradigma Autobiográfico, quando pela recuperação e registro da palavra dada, o fenômeno histórico, as memórias são trazidas para cima, evidenciadas, e por esse movimento, possibilitar aquele que narra a história, ou aquele que registra a história, alcançando até aquele que lê a narrativa refletir *“uma semântica do enunciado e uma pragmática da enunciação. Reconhece se aí o dito e o dizer”* (Ricoeur, 2008, p. 20-21)

Nessa reconstrução que, necessariamente, movimenta subjetividades, precisamos admitir uma espécie de “empirismo radical”, fazendo com que o conhecimento advindo da experiência de narrar, de ser narrado, e da experiência de beber do narrado, o Si mesmo, capture o mundo externo pelos sentidos ou pelas subjetividades gerando introspecção e outras formas de compreender e perceber o mundo do Outro ou de Si mesmo, reconstruindo outros significados, outras formas de interpretar e viver no mundo.

Em razão disso as narrativas autobiográficas se constituem num poderoso recurso para esta nova maneira de compreender o si mesmo e o outro, uma vez que nesta passagem de significados e de estado das coisas não ocorre por uma lógica mecânica.

Ser ou não ser - a questão da transcendência não está aí. O enunciado do outro do ser - do de outro modo que ser - pretende enunciar uma diferença para lá daquela que separa o ser do nada: precisamente a diferença do para lá, a diferença da transcendência (Levinás, 2011, p. 25/26).

Enfim, num desafio que Ricoeur sintetiza: *“consiste no fato de ligar o destino da relação a ser estabelecida entre a ética da responsabilidade e a*

ontologia ao destino da linguagem de uma e de outra: o Dizer do lado da ética, o dito do lado da ontologia” (Ricoeur, 2008, p. 15).

Por outro lado, a questão Outramente, avança para outros territórios que necessitam ser tangidos, caso nossa pretensão seja regenerar o humanismo. Nesta dimensão e tratando o tema no âmbito das Narrativas Autobiográficas, precisamos ter próximo o fato de que elas, são construídas em termos de *mythos* (enredo, trama e intriga) de acordo como nos ensinou Aristóteles na Poética. Na atualização, entretanto, feita por Ricoeur ele entende que existe uma

correlação (que) faz do Dizer um simples desdobramento interno e, finalmente, uma subordinação do Dizer ao dito, uma correlação do dizer e do dito, isto é, a substituição do dizer ao dito, ao sistema linguístico e à ontologia (Ricoeur, 2008, p. 20).

Portanto, Ricoeur coloca o fenômeno do narrar (do dizer e do dito) noutra patamar, especialmente quando inclui o ‘*mythos*’ também na dimensão do falante, com isso ele coloca em outra dimensão os padrões clássicos da Poética de Aristóteles. Ele promove um movimento inspirador e reconstrutivo do conceito do “*mythos*” trazendo para o campo das narrativas o protagonismo de um certo “empirismo radical”, e com isso uma ferramenta para a regeneração do humanismo, não apenas como um conceito, mas como uma forma de expressão do Si mesmo como Outro.

Compreendendo, pois, que as narrativas são a matéria prima de todo e qualquer projeto de reconstrução, o conjunto temático da ‘palavra dada’, sob a ética do dizer e do dito é uma chave que nos conduz para “outramente”.

De acordo com a

teoria dos atos de discurso e dos preformativos e, mesmo mais genericamente, uma linguística da frase como a de Benveniste, sugerem

uma posição do sujeito falante, do locutor, como exercendo ato de dizer, como fazendo uso da palavra, como tomada de iniciativa do discurso. Ora, tal iniciativa leva a fazer do sujeito falante a origem de seu Dizer (Ricoeur, 2008, p. 25).

Com isso, o Paradigma Autobiográfico se enriquece pela contribuição da tese de Ricoeur, uma vez que ela abre perspectivas para falantes, produtores do discurso escrito e dos leitores, todos esses pela hermenêutica reflexiva vão tendo a oportunidade de construir significados, mundos e sentidos para suas vidas e existência.

“CAUSAR SIGNIFICA PRODUZIR”

Enfrentar a questão da significação como um problema central da representação e da reconstrução é traçar uma linha entre o agente e a ação, entendendo que dois pontos numa folha em branco são apenas dois pontos, para ver a linha é preciso uni-los com um traço.

Por isso, quando o agente da ação causa, ele produz significados. A reflexão até aqui nos conduz para a ação de regenerar o Humanismo. Para isso partimos de um fato, refletido por Morin, quando afirma o final de um ciclo e início de outro. Neste momento histórico estamos constatando que, experimentamos uma crise do Si, atribuindo como causa o fato da modernidade ter subtraído do humano o ‘outro’, o próximo. Parece que, desde a pandemia de Corona vírus, tudo isso se precipitou, embora algumas expressões de fraternidade e humanidade, sobrou um sentimento de exacerbação do si mesmo. A experiência do isolamento, a incerteza da contaminação e a falta de uma vacina, num primeiro longo momento pandêmico, nos levou a vários eventos que têm despertado especial atenção para o fenômeno do individualismo.

Como forma de rever e construir outras possibilidades de vida e vida boa, aponto que, a vacina para a falta de valorização do ‘outro’ e a

extrema valorização do individualismo é a construção de ‘Outramente’. Em princípio ela deve estar subordinada à história, à memória e a uma dialética do ‘dizer’ e, nesse ‘dizer’ estabelecer uma espécie de “subordinação”, uma correlação do dizer e do dito. As narrativas de si, cumprem esse propósito, uma vez que elas, ao construir significados em todos os agentes do processo comunicativo/narrativo suscitam possibilidades de reflexão possibilitando mudanças no pensar e na expressão do existir.

Neste caso, é muito significativo neste ciclo reflexivo, a ação do agente, isto é, aquele que vai operar circunstancialmente regenerando o humanismo no cotidiano, uma vez que só ele, por sua ação, poderá estabelecer outros marcos ou outras formas do viver.

O agente é efetivamente aquele que não é só identificável, aquele que é responsável mas, mais fundamentalmente ainda, aquele que faz, produz a ação, põe os seus atos (Ricoeur, 2018, p. 121).

É necessário regenerar o humanismo trazendo a experiência como condição da referência e da construção do sentido. Uma vez que, de acordo com Ricoeur (2019) “*pressupomos que algo deve existir para que algo possa identificar* (p. 36). “*O sentido é, por assim dizer, atravessado pela intenção de referência do locutor* (Idem, p. 36).

Entretanto, a ação deve ser voluntária, ela é concebida e originada num convencimento de tomada de consciência de fatos e de valores, do contrário o agente agirá não pelas suas convicções em reconstruir, mas motivado por falsas composições de argumentos que não produzem o efeito de mudança. Entendendo aqui, mudança como deslocamento de lugar de posição de enxergar e atuar sobre os acontecimentos.

Ricoeur nos esclarece, refletindo a teoria de Richard Taylor:

“todas as vezes que faço uma ação em resposta a uma ordem exterior ou interior: podemos fazer isso ou aquilo se no-lo exigirem, se nos for requerido, se a tal nos vimos obrigados. Um ato é o que pode ser exigido e feito em resposta a ordem; não é o efeito da ordem, mas a resposta do meu poder; esse critério é mas primitivo do que o reconhecimento de um direito ou que a imputação ética ou jurídica; mesmo antes de saber de quem é este ato, compreendo que é um ato porque é o ato de alguém” (Ricoeur, 2018, p.124/5).

Mas, por outro lado, afirma Ricoeur a noção de poder pode estar originada numa *“ideia de um projeto, [implica] em alguém que pode fazer o que tem a intenção de fazer; entre poder fazer e ter a intenção de fazer”* (Ricoeur, 2018, p. 125). E continua seu raciocínio: *“é na própria ideia de intenção que importa reconhecer a presença da ideia de causa no seu sentido primitivo; pelas nossas intenções, tomamos a iniciativa de fazer alguma coisa; começamos algo no mundo”* (Idem).

É nesse ponto que causar significa produzir sentidos. Quando estamos preocupados em regenerar o Humanismo a dinâmica do causar consiste na complexidade lembrança/recordação, pois existe uma distinção entre essas duas ações de acordo com Ricoeur em *“a memória, a história e o esquecimento”*. Ele considera *“a lembrança como uma espécie de imagem e a recordação então como uma empreitada de busca, coroada ou não pelos acontecimentos”* (Ricoeur, 2007, p. 135).

Então, muito mais que buscar as lembranças e as imagens da memória de uma determinada situação, em algum momento e contexto histórico para o presente tem a potência de produzir um evento dinâmico com possibilidades de regenerar o humanismo perdido. Entretanto, é preciso ter clareza que só a rememoração sem a reflexão é uma tarefa inócua. Como lembrança pura e simples de determinado momento histórico, sem reflexão, repito, não tem força de mudança. A lembrança precisa reforçar a recuperação das memórias para mobilizar ações no presente. Entretanto, o mesmo não acontece com as

recordações, pois estas envolvem a ação de um narrador numa espiral que busca sentidos e significados.

Nesse ponto encontramos o Si mesmo ante as duas dimensões: a da identidade pessoal; e a da identidade narrativa. Isso acontece quando o narrador é provocado a recuperar lembranças, intrinsecamente é proposta uma ação da busca do Outro, que pode ser ele mesmo, ou de Outros com os quais conviveu e experimentou a história. Nessa movimentação narrativa pode estar presente uma significativa ação de reconstrução, uma vez que ao narrar, ele faz um movimento de reflexão sobre os fatos ocorridos, ao mesmo tempo que cria um espaço de ressignificação do vivido.

Ricoeur considerando uma posição de Platão, afirma que o filósofo grego não faz a pergunta “a quem a lembrança ‘acontece’”, mas aponta para o “operador da busca” (Ricoeur, 2007, p.136). Ele, ainda, afirma que na sua investigação fenomenológica ele encontra uma relação entre “*rememoração, memorização e comemoração* (Idem, p. 136), esse é o ponto que nos interessa; a ação.

O momento da recordação é então o do reconhecimento. Esse momento, por sua vez, pode percorrer todos os graus da rememoração tácita à memória declarativa, mais uma vez pronta para a narração (Ricoeur, 2007, p. 57).

Quando aquele que narra faz o ato da recordação ele se torna o agente da ação e sua intenção é a exposição de seus motivos que o levaram a agir, nessa ação o poder é todo dele, uma vez que somente ele pode contar (relatar) o que viveu, o que sentiu, o que percebeu. Entretanto, existe a possibilidade de sua narrativa conter paradoxos por serem incompletas e atemporais. Incompletas porque por melhor e mais detalhada seja a narração, ela nunca conterá a totalidade plena das memórias, o todo sempre é muito maior do que a soma das partes e,

atemporais porque a narração refere um momento histórico, não contendo necessariamente acontecimentos anteriores e posteriores.

Por outro lado, não é somente a ação narrativa que nos interessa, mas nesse conjunto epistemológico incorporar a intenção de despertar iniciativas e motivações.

Iniciativa e motivação vão a par. Invocar um agente implica que se complete, além disso, a compreensão da ação mediante um inquérito acerca dos motivos e não das causas. Esta conexão entre poder e motivação é talvez o critério último da diferença entre motivo e causa (Ricoeur, 2018, p. 127).

Por isso que, causar significa produzir, quando produzimos o movimento da recordação buscando a reflexividade:

(...) busca-se então um traço ligado à reflexividade, a saber, ou vínculo entre ação e agente, direção e diretor. O que a intencionalidade introduz é a referência retrospectiva a um centro de responsabilidade de onde a ação procede; por outras palavras, a um dentro, ao qual se reconduz a noção de consciência, no sentido de intencionalidade” (Ricoeur, 2018, p137).

EPÍLOGO

São reconhecidas muitas dificuldades que nos rodeiam, entretanto todo o ‘ato’ (a ação, o agir) de reconhecimento da crise, dos significados dela, dos imperativos da história vivida, e até mesmo da mobilização do consentimento pessoal e coletivo para admitir que precisamos ‘virar a chave’, regenerar o Humanismo reconhecendo o Outro, tão nobre e importante como nós mesmos, esperando que o “*modelo de toda alteridade é outrem*” (Ricoeur, 2019, p. 421) é uma forma de retomarmos um caminho construtivo daquilo que significa e é importante para a humanidade.

Não se trata, de retornar ao passado, ou mesmo ter uma saudade dos tempos que já se foram, não! Esse passado já foi vivido, e ele não

pode mais ser revivido, porque o tempo é outro, os desafios são outros, a tecnologia é outra, nós somos Outros, mas necessitamos recuperar o caráter da nossa identidade humana como seres responsáveis uns pelos outros sabendo que:

Na aventura do cosmos, a humanidade é, de maneira nova, sujeito e objeto da relação inextricável entre, de um lado, o que une (Eros) e, de outro, o que opõe (Pólemos) e o que destrói (Tânatos). O partido de Eros é incerto, pois pode cegar-se e demanda inteligência, mais inteligência, assim como amor, mais amor. A aventura é mais que nunca incerta, mais que nunca aterrorizante, mais que nunca exaltante. Estamos sendo carregados nessa aventura e devemos nos alistar no partido de Eros” (Morin, 2020, p.97).

Tomemos aqui a figura de Eros como o deus do Amor, neste particular é preciso estar convicto que *“sou chamado a viver bem com e para outrem em instituições justas; essa é a primeira injunção* (Ricoeur, 2019, p.417), neste sentido os relatos Autobiográficos podem fazer esta intermediação, uma vez que, os conteúdos das narrações provocam e mobilizam o consentimento de todos os agentes envolvidos nas narrativas.

Apesar da experiência de

des-moralização da consciência eu gostaria de opor uma concepção que associa estreitamente o fenômeno da *injunção* ao da *atestação*. O ser-injungido constituiria então o momento da alteridade própria ao fenômeno da consciência, em conformidade com a metáfora da voz. Escutar a voz da consciência significaria ser-injungido pelo outro (Ricoeur, 2019, p.416).

As injunções são como normas, mandamentos, eles podem estar inscritos na cultura, nos costumes. Podemos estar vivendo sob uma montanha de injunções, nestes tempos de pós-verdade, entretanto enquanto apenas narrativas elas com o tempo perdem o sentido e o significado, sabe-se que outras serão propostas, porém elas sofrerão o fenômeno do menino que aterrorizava sua aldeia anunciando o ataque

de uma fera, tantas vezes fez isso e não houve ataque da nenhuma fera, até que um dia houve a presença de uma fera, ele vociferou, mas ninguém acreditou nele.

O impacto dos relatos autobiográficos está exatamente na contramão das narrativas inscritas na égide da pós-verdade, porque elas remetem para a atestação, melhor dizendo, elas promovem a atestação, porque recuperam situações vividas que podem ser documentadas no tempo pela história.

Então, quando é afirmada a injunção: “amarás o Senhor teu Deus e ao teu próximo como a ti mesmo” ou mesmo a injunção que Ricoeur (2019) sugere “construir ou ter uma vida boa, sob instituições justas”, e isso não for atestado por uma narrativa autobiográfica coerente, lúcida e autêntica, esta injunção é apenas um conjunto de palavras que não servirá, nada mais do que provocar o esforço da leitura. É, pois, sob o ato da consciência que se mobiliza na atestação sob o impacto dos relatos Autobiográficos que conseguiremos regenerar o humanismo.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997

LEVINÁS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa, 2011

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

RICOEUR, Paul. **Outramente**. Petrópolis, Vozes, 2008

RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019

7

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DA IDENTIDADE DO EU À IDENTIDADE DO SI PELA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BIOGRÁFICA

*Júlio César da Rosa Machado*¹

*Maria Helena Menna Barreto Abrahão*²

INTRODUÇÃO

O ensaio desenvolve o tema da Formação de Professores sob os processos antro-po-biológicos, antro-possociais e antro-po-educativos, pela identidade do eu à identidade do si pela construção da identidade biográfica apresentando pistas para um programa de educação continuada de professores, atualizados sob a ótica do Paradigma (Auto)Biográfico.

EMERGÊNCIAS PERCEPTIVAS E ABRANGÊNCIAS DA REFLEXÃO

Muito se discutiu, nas décadas de 80 e 90 e inícios dos anos 2000 a Formação Continuada de Professores. Nestas abrangências os estudos e reflexões apontavam para a necessidade de preparar professores, sob uma racionalidade técnica, cuja ênfase era prepará-los com os recursos da didática, das metodologias de ensino, mas pouco como um actante que aplicasse no seu fazer a ação e a reflexão. Aos poucos e sob forte crise e críticas dos processos tradicionais empregados na prática educativa, foram surgindo movimentos que apontavam para a educação

¹ Doutor em Ciências da Educação pela PUCRS, Pós-doutorando da UFPel, parceirojc@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais – Educação (UFRGS), pesquisadora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFPel, abrahaomhmb@gmail.com

como um compromisso social, como uma promotora da participação social e da necessidade de formar o *Cidadão da Polis*.

Um desses movimentos foi o que apontou para as Histórias de Vida, as Autobiografias, as Narrativas de si, e outras abordagens, tudo como recursos para mobilizar e educar pessoas. Foram surgindo, também, movimentos de auto e hetero formação como os Ateliês Biográficos e a Pesquisa-Formação.

Consideramos o tempo como uma roda que gira sempre configurando e reconfigurando a realidade; esse território foi adensando conhecimentos a essas iniciativas, e, sob uma rede de estudiosos, pesquisadores que viam nesse viés perspectivas de conhecimento e, como respostas aos anseios desse tempo que vivemos, chegamos hoje, a um adensamento tal de conhecimentos que já é vislumbrado um Paradigma (Auto)Biográfico. É no âmbito desse paradigma que queremos refletir e adensar processos que inspirem a educação continuada de professores.

O que segue são construções reflexivas, cujo propósito é apontar alternativas acerca da formação continuada de professores, como uma tarefa emergente, uma vez que a educação, como muitas outras atividades sociais, é impactada pelo giro da roda do tempo, o que nos impele a procurar possibilidades de construir alternativas para fazer frente a tantos desafios.

Trazemos essas ideias para saudar o Grupo de Pesquisa GEPFICA, da Universidade Federal de Santa Maria, no contexto dos 20 anos de trajetórias formativas, em cujo ambiente acadêmico viceja a pesquisa e os conhecimentos originados nela, sustentando e adensando conhecimentos e práticas. Aqui, nos associamos a esses esforços, onde muitos professores já foram formados e muitos outros ainda o serão

para atuarem em tempos futuros; tempos desafiantes de radicais mudanças.

FORÇAS ANTAGÔNICAS DE DECADÊNCIA E POTÊNCIA

Jung (1966), o edificador da Psicologia Analítica, sustentou na sua obra *Desenvolvimento da Personalidade* a figura e a presença do “*educador educado*”. Ao cabo da leitura e interpretação dessa concepção, entendemos que este “*educador*”, que ele refere, precisa ser alguém que integre três vertentes em seu “ethos”, isto é, o modo de ser, aquilo que orienta o comportamento dele em relação aos outros homens, relativamente a si mesmo e aos outros na sociedade em que vive.

A primeira vertente é que o homem a ser educado tem componentes físico-biológicos, isto é, temos em nossa ancestralidade nossa origem, com isso entendemos uma dimensão antropro-biológica. As pesquisas de Maturana (2006), confirmam este componente.

Depois, somos seres gregários, precisamos do grupo e da dimensão social, não nos compreendemos desconectados de um território, dos objetos culturais, portanto entendemos ter uma dimensão antropossocial.

E, ainda, acrescenta um terceiro componente nesta tríade, que nos substancia, a nossa compreensão como unos e plurais. Nossa experiência humana, necessita de articulações entre a sociedade, a cultura sob os auspícios de processos educacionais.

Entretanto, essas forças e potências são rebaixadas nos meandros dos interesses econômicos, das disputas por territórios geográficos, pelo poder, pela arrogância e insensatez.

Frente a um quadro, às vezes perturbador, somos concitados a enfrentar os desafios que surgem no horizonte. Muitas pesquisas,

muitos saberes construídos forjam e apontam alternativas de superação. Frente a essa questão, muito se faz, se fez e se fará, entretanto, é verdade, também, que as particularidades que se apresentam em cada tempo são diferentes e exigem de nós posturas e recursos em cada um desses tempos.

Centrando no campo da educação, entendemos que se por um lado registramos alguma falência nos processos educativos atuais que levam a esses quadros de desalinhamento do verdadeiramente humano, sobretudo quando os processos educativos que reproduzimos são marcados sob uma ética de individualização e desrespeito ao outro, é também verdade que estamos frente às muitas potências a nosso favor. A formação de professores capacitados para trabalhar com crianças, jovens e adultos e alcançar e construir forças reativas que potencializam a natureza humana sobre a terra é uma realidade e uma esperança.

Por isso, refletir sobre decadência ou potência no território da formação de professores é também iniciar por uma leitura de mundo e de realidade. Qualquer reflexão, seja ela em caráter de investigação, ou de caráter teórico filosófico, não pode deixar de lado a possibilidade de compreender e analisar as correntes de pensamento do nosso tempo e os desafios que ele impõe, para dar a partida.

A humanidade sentiu-se engrandecida, quando no Iluminismo, percebeu sua capacidade pela potência que tem para motivar; quando descobre sua capacidade inventiva e criativa; da possibilidade do poder que tem para intervir e realizar; ter sonhos e, por esse esforço, alcançar outras posições e superar contradições que vive. Um desses esforços e, neste contexto, emerge a escola, como ensino oficializado, a partir de políticas públicas de Estado. Trazemos isso, porque precisamos construir e regenerar o Iluminismo no nosso tempo. Nietzsche (2017) em *Vontade de Potência*, propugna a ideia de um super-homem, isto é,

um sujeito do tempo e da cultura, sob uma capacidade de superioridade sobre as dificuldades, agindo com potência inventiva e criativa capaz de elevar a humanidade, com isso podemos compreender quando, no embate das ações boas frente as más, muitas vezes as más são vencedoras, entretanto na fortaleza das potências construídas, e dizemos nós, pela educação, o homem é capaz de construir um novo tempo, sob a lógica do bem e de uma vida boa.

Quando tratamos da Formação de Professores, estamos inserindo-a nesse contexto. As decadências humanas sempre estarão presentes, mas a elas responderemos com a potência da nossa ação em preparar as novas gerações. Apesar dos desafios de hoje, que podem ser tomados como decadência, apomos as nossas potências, para nos impulsionar na criação de projetos e ações no propósito de superar o que nos rebaixa. Entretanto, podemos nos perguntar: o que temos pela frente e precisamos superar? Talvez um dos primeiros já nos é bem conhecido, trata-se da concepção dos saberes fragmentados; dos saberes compartimentados em disciplinas. Muitas tentativas foram e são realizadas para resolver este problema, entretanto eles remanescem teimosamente. No entanto, sem ainda superar essa dificuldade, aproxima-se de nós a inteligência artificial. Sem nenhuma dúvida isso pode se tornar uma concreta ameaça para um projeto humanizador nas três dimensões – antro-po-biológica; antropossocial e antro-po-educacional.

As sociedades mais desenvolvidas sob o ponto de vista da tecnologia avançam com uma dinâmica muito rápida para a execução desse tipo de desenvolvimento tecnológico, mas precisamos nos interrogar: onde está o si, onde está a possibilidade do homem se encontrar como uma individualidade criadora se o conhecimento acumulado na rede, parece que será aquele que vencerá como um

conhecimento dominante. Assim, nos perguntamos onde fica a condição do professor como um agente do saber, agora já considerado analógico, uma vez que poderemos ser substituídos por máquinas?

Certamente chegamos neste momento da história com este impasse batendo na nossa janela. Que papel terá o professor num mundo de inteligência artificial? Por onde devem andar os processos de formação do professor para continuar a ser aquela referência na educação das pessoas? Quais as exigências que emergem deste quadro e desta realidade que desafiam a formação de professores hoje, pois estes serão os professores de amanhã? Por isso, temos a necessidade hoje de preparar os cidadãos e professores para enfrentar complexidades, problemas poli disciplinares, transversais, multidimensionais. Se hoje já entendemos uma certa desconexão entre o que se ensina, da forma como se precisa ensinar e da forma como os professores foram formados para ensinar, imaginemos mais adiante quando muitas outras realidades se sobreporem, numa velocidade extraordinária, aos nossos bancos escolares.

Por outro lado, não se trata aqui de entender que um professor deva ser formado por meio de uma hiperespecialização, porque sabemos que toda hiperespecialização causa uma cegueira da totalidade. Para Morin (2000, p. 15) *“o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar”*. Nós devemos

pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada (idem p. 16).

Outro ingrediente desse quadro, que reflete a nossa realidade, é que perdemos a noção de Humanismo. Ele foi descaracterizado de seus verdadeiros sentidos por uma racionalidade moral, sem a possibilidade de ser uma resposta aos grandes desafios deste nosso tempo. Não se trata de um “humanismo de quase divinização do homem, voltado para a conquista e a dominação da natureza” (MORIN, 2020, p 84), mas de “reconhecer a complexidade humana, feita de contradições” (Idem, p.84).

Propugnamos, por isso, um humanismo identificado com a identidade de um si, que só consegue existir com um outro. Ricoeur (2014) afirma: “*não há um si mesmo sem um outro que o convoque à responsabilidade*” (p.205/206), portanto essa é uma potência da Formação de Professores, como tarefa social e construção de um mundo de “vida boa”.

Para isso é urgente regenerar o Humanismo, que:

reconhece a nossa animalidade e o nosso cordão umbilical com a natureza, mas reconhece nossa especificidade intelectual e cultural. Reconhece a nossa fragilidade de nossa instabilidade de nossos delírios, a ignomínia das matanças, das torturas e dos escravagismos, as lucidezes e a cegueira do pensamento, a sublimidade das obras primas de todas as artes, as obras prodigiosas da técnica e as destruições operadas por meio desta mesma técnica. O homem é ao mesmo tempo sapiens e demens, faber e mythologicus, econômicos e ludens, ou seja, homo complexus (MORIN, 2020 p. 84/85).

Por isso, tratar da questão do si, como identidade narrativa, é uma providência necessária, no contexto deste Humanismo Regenerado. Adiante tratamos da questão de que modo podemos superar tendências solipsistas nas ações da Formação de Professores, por meio da construção da identidade narrativa.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NARRATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DA IDENTIDADE DO EU À IDENTIDADE DO SI

A intencionalidade é, em nosso entender, dimensão indispensável no processo de formação de professores. No limite, sem intenção, não há formação. Formar-se requer um esforço conscientemente desejante pelo professor em educação continuada e pelo professor-formador, este que nesse processo também se educa (ABRAHÃO, 2004).

No processo formativo continuado, ao lado da intencionalidade, acreditamos presentes, igualmente como dimensões constituintes, a reflexão autobiográfica e, como corolário, a construção identitária afetas a esses professores. Nesse processo, muito auxilia a reflexão a respeito do sentido existencial da pessoa, com a inclusiva identidade pessoal/profissional, aporte significativo em Nóvoa (1995) que considera ter a vida de professores se constituído por longo tempo em um “paradigma perdido” da pesquisa em educação, mas *“hoje, sabemos que não é possível separar o ‘eu pessoal do eu profissional’³, sobretudo numa profissão impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana”*. (op.cit. p.7), acreditando, por conseguinte, na *“importância crescente que as histórias de vida têm adquirido nos estudos sobre os professores, a profissão docente e as práticas de ensino”* (op.cit. p.70).

Isso aponta para a indissociabilidade do eu pessoal do eu profissional e remete à dimensão que se ocupa da construção da identidade nesse processo, isto é, de sentir-se e de ser professor.

Segundo Derouet (1988), a identidade profissional de professores é uma elaboração que perpassa a vida profissional em diferentes e sucessivas fases, desde a opção pela profissão, passando pela formação

³ Grifos do autor.

inicial e, de resto, por toda a trajetória profissional, construindo-se com base nas experiências, nas opções, nas práticas, nas continuidades e descontinuidades, tanto no que diz respeito às representações, como no que se refere ao trabalho concreto. Nessa ótica e com o entendimento da expressão circunstancial em ligação com o pessoal, nas trajetórias de vida, comungamos com Moita (1995) que considera a História de Vida a metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural, pois *“só uma História de Vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos”* (p.113). Entendemos, igualmente, o conceito de identidade na acepção de Lessard (1986), como a relação que o professor estabelece com a profissão, com seus colegas e a construção simbólica que essa relação implica, tanto no campo pessoal como no interpessoal, com base nas representações que os professores elaboram a respeito dos aspectos da atividade docente.

Por outro lado, essa identidade, seja que configuração se queira adotar, parte da concepção que daremos para a identidade do eu, a qual no percurso do tempo foi evoluindo para uma compreensão para além do si. Ricoeur acrescenta reflexões que agregam uma compreensão de si sob uma dialética de pertencimento do próprio homem, a qual significa uma alternativa para a imediaticidade da consciência através da solução de impasses na qual o outro, entra em diálogo para ‘consensuar’, por meio da autonomia e solidariedade a construção de si e do outro. Isso é o que trataremos adiante.

O processo construtor de identidade pessoal – identidade do eu – tem em Giddens (2002) um teórico que enfatiza a reflexão e a construção identitária no seio do que denomina de política-vida, como política de realização do eu que vem de encontro à ameaça de falta de sentido

pessoal no contexto global do que o autor denomina de segunda modernidade, alta modernidade ou, ainda, de modernidade tardia. Nesse contexto, a produção de sentido pessoal tem na construção da auto identidade, segundo o autor *“um empreendimento reflexivamente organizado: o projeto reflexivo do eu”* (op.cit. p.197-198).

Nessa linha, essa dimensão também é abordada por Delory-Momberger (2008) ao tratar de uma hermenêutica da narrativa (auto)biográfica, o que pode se efetivar por meio da constituição de uma *“inteligibilidade biográfica, ou seja, sobre a maneira como o homem aprende sua própria vida recontando-a”* (op.cit, p. 57-58), representando-a de modo a construir *“um todo unitário e estruturado com o qual relaciona os momentos de sua existência”* (op.cit, p. 57-58). Delory-Momberger atenta para o fato de que esse processo instaura o que denomina de experiência biográfica, que sendo cumulativa, *“é igualmente o lugar de experiência e de produção da identidade do eu: o eu que se experimenta como idêntico a ele mesmo na medida em que se reconhece como instância única de reinterpretação das figuras sucessivas da vida* (op.cit. p. 58)”.*”*

Esse processo narrativo, também conceituado por Ricoeur (1995) como síntese do heterogêneo e por Bolívar (2012) como uma trama urdida com sentido pela reflexão, faz pensar em uma unicidade autobiográfica, não linear, no entanto, e sempre pronta a novas significações e recomposições (ABRAHÃO, 2004).

Para além da identidade pessoal-profissional até aqui tratadas pela vertente da identidade do eu e por nós consideradas relevantes, trazemos à consideração do leitor a identidade narrativa (RICOEUR, 1991), que, diferentemente de um projeto reflexivo do eu, de caráter solipsista, visando superar a desumanização de uma sociedade da natureza disfuncional gestada pela alta modernidade ou modernidade tardia, segundo Giddens (2002), busca a construção de uma identidade

do si, construída narrativamente na alteridade de um si que lhe é diverso, visando à ética política de construção da vida boa, em sociedades justas (RICOEUR, 1991).

Ricoeur considera a identidade pessoal como mesmidade, fruto da dialética entre identidade-idem e identidade-ipse, referente à permanência no tempo – mas não estáticos – de traços pessoais físicos, de gostos, de gestos, dentre outros, bem como de características de caráter. Para além da identidade do eu, Ricoeur (1991), registra que falar do eu é diferente do que falar do si, sujeito da categoria gramatical reflexiva si (si mesmo). Nos alerta Ricoeur: “Dizer ‘si’ não é dizer ‘eu’. O eu se põe ou é deposto. O si está implicado a título reflexivo nas operações cuja análise precede a volta para ele próprio (RICOEUR, op.cit., p. 30, grifos do autor). Mediante essa dialética – a do si constituído em alteridade – Ricoeur (1991) nos oferece o conceito de identidade narrativa: aquela que se constitui narrativamente na alteridade entre identidade-ipse e o outro que não o si. Trata-se, nesse caso, de o narrador compreender-se ao compreender o outro (quem o escuta, quem o lê) como diferente de si, o que propicia, em nosso entender, a construção de uma identidade narrativa evolutiva própria ao professor aprendiz e ao professor-formador (Abrahão, 2016; 2018).

É, portanto, esse si que se reconhece diverso do outro, mediante a alteridade que:

não se acrescenta de fora à ipseidade, como para prevenir daí a deriva solipsista, mas que ela pertence ao conteúdo de sentido e à constituição ontológica da ipseidade, esse traço distingue fortemente essa [...] dialética daquela da ipseidade e da mesmidade, cujo caráter disjuntivo permanecerá dominante (RICOEUR, 1991, p. 371).

Como compromisso ético-político da formação continuada do professor e da formação continuada do professor-formador há uma

diferença abissal entre as duas visadas: da visada solipsista da formação mediante um projeto reflexivo do eu, como política-vida de realização do eu, que vem de encontro à ameaça de falta de sentido pessoal no contexto global, segundo Giddens, à visada ricoeuriana da construção de identidades narrativas do si havidas em alteridade, visando à ética-política de construção da vida boa em sociedades justas.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BIOGRÁFICA, COMO POTÊNCIA DE SOLUÇÃO

Tendo vencido a questão do si, numa perspectiva de alteridade, diferente do eu, vamos agora para o tratamento da questão da construção da identidade biográfica no território da Formação de Professores.

Para Ricoeur, a primeira atitude para construir a identidade biográfica é atender a tríade: *“descreever, narrar e prescrever”* “implicando cada momento da tríade uma relação específica entre Constituição da ação e a Constituição do Si (2019, p. 113). A identidade biográfica é diferente da identidade narrativa. A identidade narrativa relaciona a vida do autor e da obra que produz, os personagens são inspirados no contexto ficcional do enredo e da história da obra. A identidade biográfica, no entanto, busca uma intersecção com a identidade pessoal, não somente na direção do si, mas em alteridade com o outro. Isso nos leva a uma condição de entender este si na alteridade como um actante, como aquele que faz a ação. Para Ricoeur (2019, p. 152) *“não se fala aí de personagens, mas de actante, a fim de subordinar a representação antropomórfica do agente à sua posição de operador de ações no percurso narrativo”*.

Essa significação nos processos de formação de professores tem importância, porque o estilo dos processos de formação de professores,

para ir ao encontro da regeneração do humanismo, precisa constituir o professor como um actante (ator) num território de resistência ao estabelecido, preparado para desenvolver processos superadores das idiosincrasias do tempo. No caso da ação do professor “*o outrem surge, (...) como expressão de um possível. Outrem é um mundo possível, tal como existe um rosto que o exprime, e se efetua numa linguagem que lhe dá uma realidade*” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 29). É sob essa dimensão, que o educador deve ter a consciência de que sua prática tem uma dimensão histórica que se expressa no mundo, por meio de sua prática educativa, por isso convém que ela deva ser reflexiva, sem a preocupação de promover um ensino prescritivo, autoritário, refém de um currículo que rebaixa sua prática. Nesse sentido, Ricoeur (2019) afirma:

a consciência não é apenas consciência da percepção e da atividade, mas consciência da vida. Uma vez que a consciência da vida é agradável, pode-se dizer que o sentido profundo da *philautia* é desejo: a própria existência do homem de bem é desejável para ele mesmo; portanto, a existência de seu amigo é igualmente desejável para ele (p. 204).

Quando entendemos com Morin (2000, p.17) que “*a cultura científica, bem diferente por natureza, separa as áreas do conhecimento; acarreta admiráveis descobertas, teorias gerais, mas não uma reflexão sobre o destino humano e sobre o futuro da própria ciência*” estamos perdendo a oportunidade de atribuir potência ao processo de Formação de Professores.

Daí nossa compreensão de que as Histórias de Vida, de perfil muito diferente de uma exposição teórica, muitas vezes descontextualizadas da prática dos professores, revelarão realidades e objetos imperceptíveis do cotidiano; a recuperação dos sentidos pelas Histórias de Vida vão contribuindo para a apropriação da consciência do ato de ensinar. Formar professores sob esta dimensão é capacitá-lo e

potencializá-lo à um ensino na alteridade do e com o outro, superando, assim, o individualismo, a prepotência e a arrogância. Em razão disso, as Histórias de Vida ressoam numa alternância do coletivo ao individual, do si e do outro numa dinâmica de auto e hetero conhecimento, reverberando em situações em que serão formativas, emergindo conceitos, saberes e conhecimentos desta relação. Assim, de totalidades fragmentárias vai se formando contornos irregulares correspondendo ao mundo vivido, às necessidades educativas e os meios de intervenção na realidade.

Mas, para que tudo isso tenha significado e realmente traga consistência ao professor, essas práticas precisam ser ordenadas sob uma linha de atividades coordenadas. Entretanto esse ordenamento não pode seguir estruturas, mas se guiar por princípios norteadores. Assim, os mecanismos de ressonância incidirão sobre as necessidades interventivas e essas proposições de ação contemplarão o heterogêneo e a complexidade das relações educativas.

Daqui para adiante apresentaremos meios formativos que podem contribuir e inspirar práticas de Formação de Professores que rompam com a lógica do mero ‘*treinamento*’, mas que contribuam para superar a princípio da exclusão e privilegiar a inclusão como uma referência de ação.

A PESQUISA-FORMAÇÃO, UMA POTÊNCIA A NOSSO FAVOR

Delory-Momberger (2014) assinala o pioneirismo de Gaston Pineau ao introduzir, na Universidade de Montreal, as histórias de vida em formação. Esse fato e esse feito são, também, registrados por Josso (2010) como ocorridos alguns meses antes de o grupo que ela própria integrava, iniciar trabalho com pesquisa-formação, na Europa, no início

dos anos 80. Ambas, referem o livro de Pineau e Marie-Michèle (1983), como a obra fundante que associa a pessoa adulta ao sujeito de poder auto informativo.

A pesquisa-formação desenvolvida na Europa tem foco de estudos e práticas na educação de adultos, visto que seminário dessa natureza tem origem na Universidade de Genebra, com desenvolvimento no curso “Da adolescência à vida adulta”, ministrado por Pierre Dominicé, responsável pelo GRAPA, grupo de pesquisa dedicado à investigação com adultos e respectivos projetos de aprendizagem (JOSSO, 2010). Segundo essa autora, esse trabalho desenvolvia-se com Mathias Finger, Pierre Dominicé e ela própria em atividade denominada de Seminário de Histórias de Vida e Formação.

Esse início inspira, desde inícios do ano 2000 no Brasil, uma diversidade de trabalhos de histórias de vida em formação, dentre os quais se incluem seminários com intencionalidade e práticas de pesquisa-formação objetivando o desenvolvimento da profissionalidade de professores, o que, em nosso entender, tem a ver com construção identitária do professor como educador que se educa continuamente em alteridade.

Adiante deixaremos um itinerário que, de modo genérico, expõe os processos formativos que foram inspirados por estes movimentos.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS: O PERCURSO CONTRIBUTIVO PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

Seria uma catástrofe intelectual, se ao cabo desse processo reflexivo acerca da Formação de Professores apresentados entre processos antro-po-biológicos, antropossociais e antro-po-educativos, e aproximando-os do Paradigma (Auto)Biográfico se não deixássemos um

percurso que, pelo viés que tratamos até aqui a questão, possa contribuir no projeto da educação de professores.

Acreditamos e, durante nossa vida profissional se confirmou a verdade dos versos de Antonio Machado como uma sábia realidade e uma verdade perene, quando o poeta afirma: “*Caminhante, não há caminho, ele se faz ao caminhar*”. Caso mais uma vez isso se confirmar e, você que nos leu, também concordar, não é o caso aqui de fazer uma proposição como se fosse uma receita a ser seguida. Queremos, no entanto, deixar pistas inspiradoras para ação, sempre com a ressalva, que essa inspiração serve como uma pista e que nada substituirá a aplicação do processo de Formação de Professores a partir do seu contexto, sob a sua capacidade inventiva de gerar e desenvolver um projeto para esta finalidade.

Assim, o que segue, é um itinerário que ajudará a montar as etapas de um projeto, na prática, de Formação de Professores. Dele você pode extrair parte, ou a totalidade, porém o mais importante e significativo é que você o crie e execute. Existe, ainda modelos prontos, bons e testados, no entanto, temos certeza que, aquele criado por você, será o melhor e mais adequado. Vamos apresentá-lo em fases.

A primeira fase é caracterizada por uma ação-reflexão exploratória. Esta é uma fase em que são expostos os valores e as motivações. Nela contextualizamos o problema ou os problemas que queremos tratar, investigar e propor maneiras de ação.

A segunda fase trata-se da conscientização da práxis. Vamos compreender, inicialmente, a diferença entre práxis e prática. A práxis é uma atitude que revela um posicionamento filosófico que, para muito além de expressar uma atividade meramente utilitária, individual e autossuficiente, preocupa-se em compreender os processos e as dinâmicas dos fenômenos, enquanto a prática é interessada em revelar

as atividades humanas sob um sentido utilitário. Um recurso muito utilizado nesta fase é a recuperação das Histórias de Vida dos professores que fazem parte do projeto de Formação Continuada, que caso considerado oportuno podem ser registradas por escrito ou utilizando algum outro recurso.

A terceira fase é caracterizada pela ação coletiva e as trocas em plenário do produzido na fase anterior. Dinâmicas criativas podem ser utilizadas nesta fase, o importante, no entanto, é a interação coletiva das narrativas ou daquilo que foi a expressão concreta das práxis.

Vencidos estes processos é importante que o projeto agora aponte para uma fase de ação-reflexão sistemática. Nesta fase motiva-se os processos de pesquisa dos conteúdos que são os disparadores das necessidades apontadas pelo grupo. Além de fontes bibliográficas, nesta fase, é possível provocar o olho observador dos professores, indo até os ambientes onde se encontram os fenômenos que queremos investigar. Esta é uma fase muito importante, o que se percebe no processo educativo que tudo aquilo que era introspectivo, individual, passa a ter uma dimensão mais abrangente, presente em outras realidades.

A quinta fase é quando se estuda e analisa sistematicamente o que se juntou ao longo das etapas anteriores. É uma fase de produção sistemática individual e, num passo seguinte, de produção coletiva também.

Por fim, a sexta fase. Esta é uma fase na qual o conhecimento sai do âmbito do grupo que se forma, e ganha os espaços externos. Se o processo educativo ocorre numa instituição, os cartazes, os escritos precisam ser expostos para o público maior e de fora; se possível publicá-los em meios analógicos ou digitais.

Em resumo o participante do projeto:

Está enquadrado no seu processo de auto-determinação e a pedagogia é um método aberto, posto que propõe uma introspecção humanista. São atividades como a meditação e relaxamento que facilitam em cada qual o desenvolvimento do seu próprio método e do seu programa de estudos personalizados (BERTRAND, 2000, p. 53).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: APRENDIZAGENS DE SI E DO OUTRO, SOB A LUZ DO PARADIGMA (AUTO)BIOGRÁFICO

Queremos, para concluir este ensaio, compartilhar com o leitor o que também aprendemos acerca do que estamos estudando, convencidos da verdade propugnada por Lévinas (2019, pp.185). Para ele

a luz ao afastar as trevas não para o jogo incessante do há. O vazio que a luz produz permanece espessura indeterminada que não tem sentido por si mesma antes do discurso e não triunfa ainda no que se refere ao regresso dos deuses míticos(...) A consciência regressa a si própria, desaparecendo na visão.

Então, vamos ao que está neste ensaio e convidamos você para percorrer conosco o caminho que fizemos. No início, para nós foi importante nos perguntarmos: que concepção de sujeito (auto)biográfico queremos pensar para ser um actante nos ambientes escolares? Actante aqui tem o sentido dado por Ricoeur (2019, p.152) definindo-o como aquele que age, que atua. Certamente, cremos que é nossa percepção coletiva, estar frente a profissionais já atuantes, que precisam, como já dissemos antes, pensar suas práticas docentes, readequá-las e criar maneiras própria de ação. Portanto, estamos frente a um sujeito repleto de experiências.

A nós educadores de educadores cabe provocá-los, num primeiro momento, a refletir sobre si. Creio que isso está muito bem assentado nos itinerários sugeridos anteriormente. Precisamos desenvolver nos professores em formação continuada que contem nas suas práticas, as

práticas nas suas escolas ou academias, para que possam ter “*luz para afastar as trevas*” como nos diz Lévinas (op. cit.). Entretanto, este processo não terá êxito se essas experiências não forem trazidas para atividades reflexivas, porque o sujeito (auto)biográfico precisa assumir a responsabilidade e o prosseguimento da sua prática na sua história, na ipseidade do outro, que pode ser ele mesmo ou seus companheiros de ação docente, ou os estudantes, ou toda a comunidade educacional. Este posicionamento forma no professor o caráter do agente que leva o grupo para além dos “eus”, construindo uma comunidade de “si”, sob a ética da responsabilidade no cultivo do bem comum e da vida boa.

Uma anotação importante é que o movimento (auto)biográfico em muitas partes do mundo, por sinal muito recente, tem consolidado uma epistemologia que busca nas narrativas de si a ferramenta para a elaboração de projetos de formação que propiciem conhecimentos acerca da educação e das práticas empregadas sem o ranço de serem pré-configuradas e sem um centro de realidade e contexto.

Dessa maneira o sujeito da formação tem espaço para construir-se com suas particularidades, seus anseios e seus conhecimentos. É necessário o deslocamento do eixo, para facilitar as aprendizagens de si mesmo, do outro, transitando do mesmo para o alter, voltando ao mesmo. Isso permite uma compreensão que potencializa as novas experiências, pois ao refletir sobre si mesmo, todo o mundo paralelo vem junto, e se torna um conhecimento que supera o retalhamento do conhecimento em disciplinas.

Enfim, precisamos enfrentar

“a exterioridade do ser, não como uma forma que o ser revestiria eventual ou provisoriamente na dispersão ou na sua queda, mas como o seu próprio ser existir - exterioridade inesgotável, infinita. Uma tal exterioridade abre-se em outrem” (LÉVINAS, 2019, p. 293).

Enfim, estamos pensando nessa abrangência expressa pela linguagem. Para Ricoeur:

A linguagem é em si mesma da ordem do Mesmo; o mundo é o seu Outro. A atestação dessa alteridade provém da reflexividade da linguagem sobre si mesma, que, assim, se sabe dentro do ser para versar sobre o ser (Ricoeur, 1994, p. 134)

Adiante em nosso percurso, entendemos que somos seres históricos e (auto)biográficos que, objetivamente pelas memórias, podemos nos constituir e sermos 'si mesmo', por meio da nossa ipseidade, na permanente dinâmica de troca da experiência vivida com o outro pela alteridade. Com essa dinâmica circular, constituímos-nos no que somos permeados por nossas memórias, mesmo que elas não nos modifiquem, nem contribuam para a modificação do nosso entorno, estejam aí pessoas, fatos ou imperativos sócio político culturais, mas elas sempre serão o que permanece e nos constituem. Na essencialidade do Sujeito (Auto)biográfico, que se narra, enfrentamos, como premissa de partida, a reflexão de que o verdadeiro sentido das coisas não está ausente dos fatos, mas também não está tão claramente explícito quanto gostaríamos que estivessem.

A metafísica que envolve essa reflexão será caracterizada pela investigação de realidades que transcendem às nossas experiências sensíveis, uma vez que o Sujeito (Auto)biográfico que se narra é o único capaz de, na familiaridade consigo mesmo, encontrar o si que faz parte dele mesmo e do outro com quem ele se relaciona e, nessa dinâmica, produzir um mundo de significados e sentidos para se movimentar de um ponto para outro contornando com outras dinâmicas sua prática.

Refletir a essencialidade do Si Mesmo, como um fundamento das ciências como a Psicologia e a Filosofia, dentre outras, examinando a natureza que fundamenta a realidade e, absorvendo, nesse movimento,

a relação entre percepção do vivido e da realidade vivida, ou ainda, considerando outras dimensões, entre substância e atributo, ou entre necessidade e possibilidade, tudo isso se constitui numa chave propiciadora de sentidos que nos seduz para iniciar. Estes são os recursos que temos para elaborar um projeto de educação continuada de professores e que estão presentes no itinerário.

A construção deste conhecimento, portanto, poderá ser feita pela análise do habitual sob a égide do desejo, porque o desejo não se vincula nem ao passado, nem ao futuro, ele tem uma intenção presente arbitrada sobremodo pela experiência do vivido, mas ele é invisível, ele só se materializa pela palavra dada que o constitui e revela. Considerando o Si, como um ente que precisa transcender a si mesmo para encontrar o Outro, que pode ser ele mesmo e, compreendendo essa ação como sabedoria prática presente no Sujeito (Auto)biográfico que se narra, ações essas consagradas por suas deliberações, decisões e ações sob um círculo hermenêutico, originado no jogo do vaivém da subjetividade e objetividade, é que entendemos a Formação de Professores, considerando processos autobiográficos, antropossociais e antro-po-educativos, construída sob a ótica do Paradigma (Auto)Biográfico.

Para concluir,

o sujeito não é uma essência, não é uma substância, mas, também não é uma ilusão. Acredito que o conhecimento do sujeito exige uma reorganização conceptual que rompa com o princípio determinista clássico (...). No quadro de uma psicologia behaviorista, é impossível, claro, conceber um sujeito. Portanto, precisamos de uma reconstrução, precisa das noções de autonomia/dependência; da noção de individualidade, da noção de autoprodução, da concepção de um elo recorrente, onde sejam, ao mesmo tempo o produto e o produtor. É preciso também associar noções antagônicas, como princípio da inclusão e exclusão. É preciso conceber o

sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidade (MORIN, 2000, p. 128).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. A Aventura do Diálogo (Auto)biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; Cunha, Jorge Luiz; VILLAS BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018, p. 25-49.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Intencionalidade, reflexividade, experiência e identidade em pesquisa (auto)biográfica: dimensões epistemo-empíricas em narrativas de formação. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos (Orgs.). **Perspectivas epistemo-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 29-50.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Pesquisa (auto)biográfica - tempo, memória e narrativas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). **A Aventura (Auto) Biográfica: Teoria e Empíria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 201-224.
- BERTRAND, Ives. **Teorias contemporâneas da Educação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.). **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Tomo II. Natal/Porto Alegre/Salvador: EDUFRN/EDIPUCRS/EDUNEB, 2012, p. 79-109.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **De la recherche biographique en éducation: Fondements, méthodes, pratiques**. Téraèdre, 2014.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto**. Paulus: EDUFRN, 2008.
- DEROUE, Jean-Louis. La profession d'enseignant comme montage composite. **Éducation Permanente**, n. 96, p. 61-71, 1988.

- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. Petrópolis: Vozes, 1966.
- JOSSO, Marie-Christine. Prefácio. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **(Auto)biografia e Formação Humana**. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 9-16.
- LÉVINAS, Emanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2019.
- LESSARD, Claude. La profession enseignante: multiplicité des identités professionnelles et culture commune. **Repères - Essais en Éducation**, n.8, p. 135-190, 1986.
- MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via – as lições do coronavírus**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- MATURANA, Humberto. Biología del fenómeno social. In: MATURANA, H. R. **Desde la biología a la psicología**. Santiago: Editorial Universitaria, 2006, 4a. ed.
- MOITA, Maria. Percursos de Formação e de Trans-Formação. In: NÓVOA, Antonio. **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Petrópolis: Vozes: 2017.
- NÓVOA, Antonio. **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1995.
- PINEAU, Gaston; MICHÈLE-Marie. **Produire sa vie: autoformation et autobiographie**. Paris: Édilig; Montréal: A. Saint Martin, 1983.
- RICOEUR, Paul. **Del Texto A La Acción. Ensayos de Hermenéutica II**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Tomo I.
- RICOEUR, Paul. **O Si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.
- RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**. Martins Fontes, 2019.

8

ORÁCULO – PRESCIÊNCIA 3 – ABRANGÊNCIAS METODOLÓGICAS

Júlio César da Rosa Machado



Paul Klee - Southern (Tunisian) gardens 1919

No terceiro e último encontro que tive com estes estudantes, já mais ambientado com o pensar daquele grupo e percebendo o alto valor de suas intervenções e produção, resolvi submetê-los a um desafio derradeiro.

Entretanto, minha intenção era boa e sincera, eles tinham todas as condições de poderem se desfiar e transformar suas articulações intelectuais em questões que pudessem semear outros conhecimentos mais aprofundados acerca da ciência da educação.

Tínhamos passado pela epistemologia e as abrangências da formação de professores, faltava agora tratar dos métodos, aquilo que pudesse ser considerado como um conjunto de normativas que contribuísse com o aprimoramento da formação de professores que pudesse ser entendido como confiável, válido e verdadeiro. Enfim, como

um oráculo, eu devia desafiá-los para a atitude da observação, como se tivessem construindo um conhecimento etnográfico acerca das pessoas e das realidades que encontravam; adotando os questionamentos e ouvindo a palavra dada dos agentes que construíam os fatos; a possibilidade de descrevê-los da forma mais precisa possível, e coloca-los a disposição de muitos para que pudessem eles também formular hipóteses e chegarem a conclusões.

Nesta altura mostrei a pintura de Klee que ele denominou “Southern”.

O método científico traz os caminhos a serem seguidos pelos cientistas, auxiliando-os em suas tomadas de decisão. Não há como fazer ciência sem o método científico, um direcionamento, como o quadro que aponta para uma direção. Se chegamos a algum lugar é porque um norte ou um sul precisamos encontrar.

Então, na tentativa de mobilizar os estudantes, citei Morin na “cabeça bem feita”:

As ciências humanas se ocupam do homem; mas este é não apenas um ser físico e cultural, como também um ser biológico, e a ciências humanas, de certa maneira, devem ter raízes nas ciências biológicas, que devem ter raízes nas ciências físicas – nenhuma dessas ciências, evidentemente, é redutível uma à outra. Entretanto, as ciências físicas não constituem o último e principal pilar sobre o qual são edificados todos os outros; essas ciências físicas, por mais fundamentais que sejam, também são ciências humanas, no sentido em que surgem em uma história humana e em uma sociedade humana” (Morin, 2000, p.113)¹

E, com este contexto, fui dando por encerrado as minhas falas para este grupo de estudantes, passando a ler o que eu já havia produzido acerca desta questão e solicitando a eles que refletissem o tema e, também, produzissem suas reflexões. Enfatizei, por fim, que partilhássemos nossas reflexões, porque

juntos visássemos o mundo como uma natureza comum; que, juntos também, edificássemos comunidades de pessoas capazes de comportar-se no palco da história, como personalidades de grau superior (Ricoeur, 2019, p.393)²

“Feliz quem repassa no coração os caminhos da sabedoria, que penetra com a inteligência os seus segredos e vai atrás dela como quem lhe segue o rastro, percorrendo suas veredas”

Livro da Sirácida, 14, 23

¹ MORIN, Edgar. A cabeça bem feita. Rio de Janeiro; Bertrnad, 2000.

² RICOEUR, Paul. O Si-mesmo como Outro. São Paulo; WMF Martins Fontes, 2019.

9

A NATUREZA DO DISCURSO (AUTO)BIOGRÁFICO: SIGNIFICAÇÃO COMO SENTIDO - REFERÊNCIA E IMPLICAÇÃO HERMENÊUTICA, COMO POSSIBILIDADE CONSTRUTIVA DO HUMANISMO REGENERADO

Júlio César da Rosa Machado

“A linguagem só tem referência quando se usa” (Ricoeur, 2019)

PROPOSIÇÃO

No horizonte a Teoria do Discurso, que segundo seus cânones, sustenta que as enunciações é que realizam o discurso, embora elas não se restrinjam a essas especificidades, e que ao mesmo tempo não podem existir sem as mesmas enunciações. Esse é o ponto de partida desta reflexão. Frente a essa complexidade, emergem necessidades de evidenciação de como o discurso é construído; como ele pode ser analisado e compreendido. Nesse particular, as postulações de Michel Pêcheux no campo da linguística aplicada e da comunicação, especialmente na de massa, cujo propósito é analisar o uso das línguas usuais naturais, sobretudo nas ocorrências de construções ideológicas em um texto, é uma parte dessa complexidade.

No entanto, embora essas concepções oriundas na análise do discurso sejam amplamente estudadas, refletidas e investigadas por diversos cientistas no mundo todo, o campo de reflexão que desejamos adentrar situa-se na construção do Discurso Biográfico e de suas complexidades.

De maneira introdutória enfrentaremos a questão da linguagem como discurso, sob a iluminação de Ricoeur (2019) e na sequência aplicá-

los nas características do discurso (Auto)biográfico, de acordo com sua epistemologia.

O discurso, tal como vamos compreender nesse ensaio, só existe pela interação de alguém que emite uma mensagem e de alguém que recebe e interpreta essa mensagem, por isso, ele pode ser expresso pelo código linguístico, mas, também, por outros códigos, como: formas, linhas, cores, enfim, por diversos meios. No entanto, nos interessará o expresso pela palavra oral e escrita, de forma prioritária, mas admitindo outras linguagens como fotos, filmes, e outros recursos expressivos, entretanto essas linguagens não são incluídas neste estudo, porque existe um campo teórico específico que trata dessas linguagens.

O Discurso Biográfico tem caracteristicamente a materialidade linguística, embora fotos, filmes e vídeos, indumentárias, e outras... podem fazer parte do arsenal da memória (Auto)biográfica, porém, no nosso caso, esse tipo de código que não o linguístico, sob todas as hipóteses, terá que ser referido, descrito e contextualizado numa dimensão histórica pelo discurso linguístico. Essa é a materialidade que colocamos em foco.

O logos da linguagem requer, pelo menos, um nome e um verbo e é o entrelaçamento destas duas palavras que constitui a primeira unidade da linguagem e do pensamento (Ricoeur, 2019, p.11).

Portanto, é com essa materialidade que colocamos o primeiro pilar dessa reflexão, *a linguagem como discurso*, essa é a semente de onde ramificará as proposições que faremos. “*Como é possível dizer o que não se verifica, se falar significa sempre dizer alguma coisa*” (Ricoeur, 2019, p11).

Portanto, nesse particular, germina em nós um desejo, animados pelo avanço da epistemologia e pesquisa (Auto)biográfica, em aprofundar estudos e reflexões acerca do tecido do texto biográfico.

Desde já precisamos delimitar uma compreensão prévia: entendemos que o Discurso Biográfico, segundo concepção de Ricoeur (2019) é um discurso da intencionalidade histórica, “*que se atualiza como um evento e, é compreendido como significação*” (idem, p.25). Portanto, entendemos que na base do Discurso Biográfico, está presente a dimensão histórica.

Ricoeur(2015) traz a concepção de Émile Benveniste, que considera a frase como unidade do discurso (p. 160/1), porque entende que a dicotomia significante/significado, proposto por Saussure, é, de certa forma, redutor uma vez que ele tem a função de significar, o que por outro lado, o discurso tem a função de comunicar. Assim, é na frase e no texto que encontramos os sujeitos, subjetividade característico do Discurso (Auto)biográfico. O material narrado pelo locutor e por aquilo que ele deseja dizer de forma oral ou escrita, delimita aquilo que o locutor deseja proferir.

Então, na dimensão, da frase ao texto do Discurso (auto)biográfico, surgem três proposições que serão enfrentadas neste estudo: 1) definir o Discurso Biográfico, como o meio de difusão e conscientização pela linguagem; 2) a Significação como sentido, dimensão ilocutória do ato do falante; e, 3) Hermenêutica como compreensão e resposta dialógica.

Antes, porém, é importante expor, para a compreensão do leitor, a intencionalidade configurativa do texto biográfico. Imagine estar a contemplar um quadro, uma arte abstrata, muitas vezes se dá pouca atenção a sua moldura, uma vez que ela se integra ao conteúdo, compondo um todo. No entanto, a moldura é o elemento imago que delimita a parede da própria obra. O expectador tem, assim, a delimitação de um espaço por onde sua visão irá alcançar os significados que serão captados por suas retinas. Entendemos que os significados serão construídos pelo Discurso Biográfico e, a moldura dessas reflexões é o Humanismo Regenerado, proposto por Edgar Morin (2020).

Como pensadores, acadêmicos e cientistas sociais de nosso tempo, somos convocados a construir, com razoável urgência, um novo marco conceitual que estamos denominando Humanismo Regenerado. Entendemos que o Paradigma Biográfico tem recursos epistemológicos e metodológicos, podemos entender, também como ‘ferramentas’, para colaborar nessa construção. Nesse texto trataremos do Discurso Biográfico que é uma dessas ferramentas.

A MOLDURA DO QUADRO – HUMANISMO REGENERADO MATÉRIA EMERGENTE DO NOVO PRESENTE – APORTES E ESSENCIALIDADES NO PARADIGMA (AUTO)BIOGRÁFICO

A Prof^a Maria da Conceição Passeggi em participação na mesa “Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica”, no IX CIPA, trouxe relevantes contribuições reflexivas que nos dão pistas para avançar na epistemologia e metodologia do Paradigma (Auto)biográfico. Quero destacar um deles: quando ela propõe a construção do Novo Humanismo pela contribuição desse paradigma.

Como fez Passeggi, também reconhecemos que, o “*Humanismo, como uma filosofia moral, propiciou um mau entrelaçamento entre, ética, política e religião*”, e, nesse sentido, propugnar um Humanismo “*fundado na liberdade*”, pela “*tomada de consciência histórica*” e na “*atitude mental marcada pela reflexividade narrativa*” é um posicionamento que se impõe, uma vez que compreendemos que estas são perspectivas valorizadoras do ser humano e de sua condição, acima de tudo.

É preciso considerar, ainda, que no mundo diversificado em que vivemos, primar pela liberdade é o mesmo que reconhecer as diferentes formas que os humanos se compreendem, se narram para serem felizes e realizados, e, também, considerar que somos assolados por uma

incapacidade cognitiva de ter a compreensão da totalidade dos fenômenos que estamos envolvidos.

Por isso, ou em vista disso, o Humanismo Regenerado que vislumbramos

“reconhece nossa animalidade e nosso cordão umbilical com a natureza, mas reconhece nossa especificidade intelectual e cultural. Reconhece nossa fragilidade, nossa instabilidade, nossos delírios, a ignomínia das matanças, das torturas e dos escravagismos, as lucidezes e as cegueiras do pensamento, a sublimidade das obras-primas de todas as artes, as obras prodigiosas da técnica e as destruições operadas por meio dessa nossa técnica. O homem é ao mesmo tempo sapiens e demens, faber e mythologicus, economicus e ludens, ou seja, Homo complexus” (Morin, 2020, p. 84/5).

Para reencontrar uma nova maneira de ser de agir e de viver integrando novamente a ética, a política e a religião, de acordo com Passeggi, precisaremos construir formas alternativas e integradoras para dar curso a esse desenvolvimento *“do que há de melhor no ser humano, ou seja, sua faculdade de ser responsável e solidário”* (Idem, p. 85).

“Solidariedade e responsabilidade são imperativos não só políticos e sociais, mas também pessoais. Desde já deveríamos entender que a reforma da sociedade e a reforma pessoal são inseparáveis. Gandhi escreveu: ‘sejam a mudança que queremos ver no mundo’ (Idem, p. 85).

Entretanto, só isso não basta, será preciso desenvolver uma dimensão pedagógica. Para Morin (2020) será preciso: *“incentivar uma dialética permanente entre o eu e o nós, ligar o desenvolvimento pessoal à integração numa comunidade, a buscar as condições para que um Eu possa desabrochar num Nós, e o Nós possa permitir que o Eu desabroche”* (P.87).

Para que isso aconteça, as culturas antigas, especialmente dos nativos da Terra, povos indígenas originais, cultivavam em seus ritos e liturgias sociais a contação de histórias, como uma forma de manter e

cultivar a transmissão de sua cultura. Assim procedem até os dias de hoje. Esse é um exemplo que podemos nos espelhar, para construir o Humanismo Regenerado. A recuperação histórica pelo relato biográfico é uma ferramenta, de caráter ancestral, portanto, que nos ajudará na tarefa de construção de um novo tempo sob uma cultura de um Humanismo Regenerado.

As narrativas biográficas tornam acessível a compreensão da experiência humana e se constituem numa potente ferramenta para a proposição destas reflexões. Elas têm sob pano de fundo a Natureza do Discurso Biográfico, que se traduz em significações como sentido, sob possibilidades hermenêuticas, como conjunto de interpretações de algo, como narrativas orais, de textos escritos, tudo na busca de significado e sentido.

Entendemos, pois, que, com esta dimensão possamos contribuir para a construção do Humanismo Regenerado.

O DISCURSO BIOGRÁFICO: A LINGUAGEM, COMO O MEIO DE DIFUSÃO

Iniciamos enfrentando a questão do Discurso como o entende Ricoeur (2019).

Na Teoria da Interpretação Ricoeur (idem) especifica o entendimento que tem para discurso. Para ele *“se conseguirmos mostrar que um texto escrito é uma forma de discurso, discurso sobre forma de inscrição, então, as condições da possibilidade do discurso são também as do texto”* (Idem, p.39).

Com essa premissa entendemos, com Ricoeur, que o Discurso Biográfico quando transposto para um texto escrito, também pode ser considerado na categoria do texto narrado, pela conjunção da palavra dada e o registro feito pelos pesquisadores historiadores, já sob sua ótica.

Nesse caso, compreende-se que “*na transição da fala para a escrita*” (Idem, p. 41), pelo “*evento da linguagem*” (Idem, p.21) é aberto uma possibilidade “*para a questão da dialética do evento e significação*” como hermenêutica “*e interpretação orientada para textos e na medida em que os textos são, entre outras coisas, exemplos da linguagem escrita, nenhuma teoria da interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita*” (Idem, p. 41).

A cultura humana é construída e transmitida através da mediação da linguagem e dos símbolos. Em razão disso, a chave para as investigações sobre a linguagem pode ser a configuração narrativa biográfica, com características históricas no espaço entre o presente até o passado.

É preciso destacar aqui a figura do pesquisador-historiador que, também em certa altura passa a ter a condição de narrador. A ele é consignado a tarefa autônoma de tornar distinta a história narrada num processo de autenticação e ligação com o texto discursivo. Neste sentido, ele adquire uma situação de juiz sobre os fatos narrados e o discurso que usa para escrever a história narrada. Esta ação faz do texto uma prova documental do narrado. Por isso,

“uma coisa é explicar narrando. Outra é problematizar a própria explicação para submetê-la à discussão e ao juízo de um público, se não universal ao menos reputados competente e composto em primeiro lugar pelos pares do historiador. (Ricoeur, 2010, 291).

A isso podemos chamar de fenomenologia do discurso. A narrativa biográfica tem a possibilidade de registrar a percepção do conhecimento histórico pelo registro de uma sequência de passagens. Nesta rememoração regressiva pode ocorrer o esquecimento, mas mesmo que isso ocorra não invalida a reconstrução histórica que foi possível ser registrado.

Nesse sentido, podemos reconhecer que o Discurso Biográfico provoca alguns cortes na epistemologia da Ciência Clássica da Linguagem. Entendemos que estes cortes são distintivos para caracterizar o Discurso Biográfico, são eles: O primeiro corte epistemológico: A concepção da palavra dada; O segundo corte epistemológico: todo proferimento é tido como verdadeiro; O terceiro corte epistemológico: corresponde à categoria das significações e da interpretação. Significação ligada ao que? O contador da história narra. A interpretação é o que o pesquisador historiador escreve; O quarto corte epistemológico: há um duplo processo de transformação, pela narrativa biográfica, primeiro no pesquisador historiador e depois no leitor.

Com o propósito de adensar um pouco mais de significação para cada corte epistemológico, relacionados acima, propomos uma pequena anotação acerca de cada um deles.

O primeiro corte epistemológico: A concepção da palavra dada. Segundo Abrahão (2018, p. 32) “o conceito ‘circuito narrativo’ é uma construção desenvolvida por (MARINAS, 2007) , ao inserir, como parte que o constitui, dois constructos de inegável potência operativa: a escuta e a palavra dada”. Adverte a pesquisadora de que, no entanto, não se trata de qualquer escuta, desde que é imprescindível de que esta seja sensível e atenta em razão de que é a escuta dessa qualidade que suscita o relato significativo de parte do narrador. Por consequência, “sem escuta de qualidade ética de parte do pesquisador, a narrativa torna-se vazia, monológica, ou, no limite, simplesmente não existe – a palavra, nessa situação, não é dada como significação epistemo-empírica” (op. cit. p. 32;33). Palavra dada, portanto, segundo Abrahão na mesma obra,

“é um conceito que encerra o compromisso ético que garanta o circuito do narrar, isto é, garanta a relação significativa entre narração e escuta. Por esta razão, a palavra dada, na outra ponta da relação, significa uma escuta

que contribua com o narrador no processo de enunciação” (ABRAHÃO, 2018, p. 33).

O segundo corte epistemológico: todo proferimento é tido como verdadeiro. No momento da enunciação, segundo Abrahão (2021) ocorre, de um modo ou de outro, a interação entre narrador e ouvinte, no caso o pesquisador. Quanto mais atenta e sensível for a escuta, quer das narrativas de cenas da vida cotidiana (pessoais, formativas, profissionais), quer de cenas reprimidas ou esquecidas, tanto mais a narrativa será fruto de uma reflexividade que enriquece o sentido da Mimese I do Círculo Hermenêutico ricoeuriano – a pré-configuração do narrado – o que, certamente, se reflete na Mimese II – reconfiguração do pesquisador – seja ainda quando ouvinte da narração, seja após, no movimento de análise e esforço de interpretação, para a configuração do texto, o que, por seu turno, reflete-se na Mimese III – compreensão do texto – diferentemente (re)configurado na leitura de cada diferente leitor.

O terceiro corte epistemológico: corresponde à categoria das significações e da interpretação. Significação ligada a que, podemos interrogar uma vez que o narrador é que se auto-relata? O contador da história narra, trazendo uma primeira interpretação, isto é, a pré-configuração do discurso. A interpretação que segue é o que o pesquisador-historiador escreve ao reconfigurar a narrativa do contador da sua história. Compreendemos que isso é complexo porque o pesquisador-historiador não tem liberdade de ficcionar sobre a palavra dada, mas ficar nos limites do narrado. Essa atitude é resultado de disciplina na escrita e de posicionamento ético acerca do narrado.

No quarto corte epistemológico, registra-se um duplo processo de configuração da palavra dada na narrativa autobiográfica: a primeira configuração é realizada pelo pesquisador-historiador, que a interpreta

segundo o aporte referencial que o orienta. Para Ricoeur (2019) este é um processo de

“Dialética de segunda ordem em que a própria significação, enquanto ‘sentido’ imanente, se externaliza como referência transcendente, no sentido de que o pensamento se dirige mediante o sentido para diferentes espécies de entidades extralinguísticas como objetos, estados de coisas, coisas, fatos, etc” (p. 52/3).

A seguir na mesma operação o leitor, que pelo ato de leitura, a compreende, igualmente por mecanismos próprios de referência. Para que o leitor consiga estabelecer o ato de leitura, Ricoeur (2019) na Teoria da Interpretação, quando trata da explicação e compreensão afirma que:

“Ler significa, desta maneira, prolongar a suspensão da referência ostensiva e transferir-se para o ‘lugar’ onde o texto está, para dentro do ‘recinto’ deste lugar sem mundo. Em conformidade com tal escolha, o texto já não tem um exterior, apenas um interior. Repetindo, a verdadeira constituição do texto enquanto texto e do sistema de textos como literatura justifica a conversão do objeto literário em sistema fechado de signos, análogo ao tipo de sistema fechado que a fonologia descobriu subjacente a todo o discurso, a que Saussure chamou de *langue*”(p.114).

Estes cortes epistemológicos dão forma à natureza do Discurso Biográfico e o coloca em outro patamar, que não ao das biografias historicizadas, ou dos textos de ficção, porque há segundo os fundamentos da Teoria da Interpretação Ricoeur (2019) uma distinção que se estabelece entre o significante e o significado. Diz ele

“o significante e o significado admitem dois tipos diferentes de análise – fonológica no primeiro caso, semântica no segundo – mas só conjuntamente constituem o signo não só fornece o critério para o signo linguístico mas também, por extensão, o das entidades de todos os sistemas semióticos” (p.17).

Considerando esses cortes epistemológicos compreendemos que os quatro cortes não apontam para o código, mas para o significado. Em

razão disso, a ênfase que destacamos no Discurso Biográfico há uma prevalência do significado (sentido, expressão) sobre o significante (código). O peso desses dois elementos do código linguístico, que para Saussure, tem o mesmo valor, aqui no Discurso Biográfico, existe a prevalência de um sobre o outro.

Não se trata aqui de desconsiderar a importância do código, mas de apontar, para a necessária, importante e decisiva contribuição do significado no Discurso Biográfico, isso confere uma possibilidade compreensiva diversa daquela que costumeiramente nas ciências da linguagem encontramos como tácita.

Avançando um pouco mais precisamos cogitar sobre o modo como esse discurso é concebido, uma vez que essa é outra ponta dessa complexidade.

Recentemente, ABRAHÃO (2021), no IX CIPA, coordenou uma mesa intitulada “Espaços formativos, memórias, experiências e narrativas”. Nela, a pesquisadora trouxe o Círculo Hermenêutico de Ricoeur, acoplado à Teoria Mariniana denominada Compreensão Cênica. Como um facilitador apresentou um esquema elaborado por ela adaptando o esquema de Marinas, como segue:

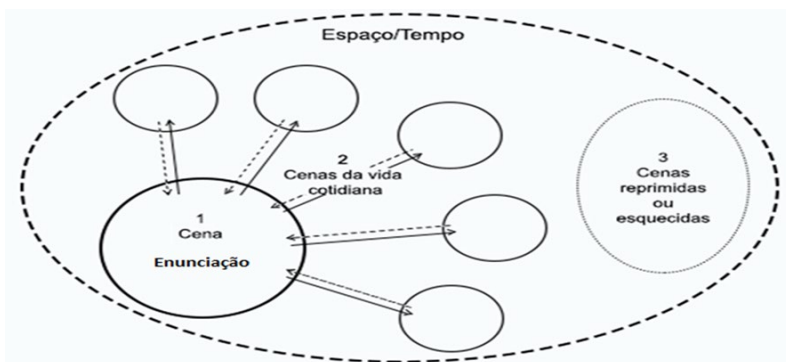


Figura 1: ABRAHÃO, 2016, p. 43

Observando a figura podemos constatar que, o pesquisador-historiador ao narrar a palavra dada considerará três cenas: 1) a cena da enunciação; 2) as cenas da vida cotidiana; 3) as cenas reprimidas ou esquecidas. Por esse ângulo, temos a confirmação daquilo que cogitamos anteriormente de maneira inequívoca, todas essas realidades apontam, sobremodo, para o significado, mais do que para o código.

Por essa razão, entendemos que existe uma distância bem grande entre o relato da narrativa histórica com suas variantes explicativas-interpretativas, no Discurso Biográfico. Nesse caso, a distância exclui a possibilidade, especificamente aqui, de considerar a história como gênero. Na narrativa biográfica não existe um modelo monológico de narrativa simples, mas ela, pelos meandros da exposição da palavra dada é que gera conotações que provocam a interpretação quando o leitor a lê.

Nesse ambiente ganha muita força a compreensão Cênica de Marinas (2007) já aplicada numa pesquisa que Frison e Abrahão (2019) realizaram na interpretação de narrativas de (auto)formação de bolsistas.

Sabe-se, e com muito esmero, as pesquisadoras não só se apoiaram na Compreensão Cênica para levar a cabo sua investigação e, como a 'ferramenta' as ajudou a compreender as narrativas dos sujeitos de sua pesquisa. Na leitura do referido texto, quando expõem, os recursos metodológicos utilizados, elas fazem, não só uma explanação da metodologia, como mostram de que maneira estes recursos permitiram escrever as narrativas dos entrevistados. A citação deste texto das pesquisadoras, como exemplo, nos permite chegar a dois entendimentos em relação à Compreensão Cênica: ela é efetivamente uma ferramenta de trabalho para organizar e fazer a exposição das narrativas garantindo chegar a uma das dialéticas propostas por

Ricoeur (2019) como tratamos antes e, em segundo lugar ela permite ao pesquisador-historiador exercitar a ética da escuta atenta, como magnificamente as pesquisadoras relatam.

Portanto, com base nesta aplicação exemplar da Compreensão Cênica, pretendemos avançar cogitando outra camada para esta mesma realidade. Vamos aplicar ao que temos tratado acerca do Discurso Biográfico e da linguagem, como meio de difusão do narrado. Nesse sentido, um avanço reflexivo que podemos propor é tratar da Compreensão Cênica como uma geradora de um texto pelo uso da linguagem através do envolvimento do par locutor e ouvinte, este na figura do pesquisador-historiador, pois estamos apontando nesse ensaio, para a linguagem e o sentido e os significados gerados por ela.

Do ato ilocutório de Austin, citado por Ricoeur (2019, p. 29), que o compreende como o ato realizado pelo locutor (falante, narrador da história) que o faz ordenando um enunciado sob uma determinada intencionalidade comunicativa, provocando, por esse movimento, no pesquisador-historiador efeitos de convencimento, persuasão, ou de outras percepções fenomenológicas, o que permite interpretar o enunciado, tendo em conta o conteúdo do que foi fornecido pelo ato de fala e, por fim, impregnando o processo construtivo do texto.

Interessa-nos, recuperando uma intencionalidade inicial apresentar os recursos do Paradigma Biográfico para a edificação do Humanismo Regenerado. Nesse sentido, se pode avançar para tratar a seguir dos significados. Tomemos como inspiração reflexão o que Ricoeur (2019) afirma:

“Como a frase, porém, a linguagem dirige-se para além dela. Enquanto o sentido é imanente ao discurso, e o objetivo no sentido de ideal, a referência exprime o movimento em que a linguagem se transcende a si mesmo”. (P.35)

A SIGNIFICAÇÃO COMO SENTIDO: A DIMENSÃO ILOCUTÓRIA DO ATO DE COMUNICAÇÃO

Para iniciar, consideremos esta afirmação de Ricoeur (2019)

“O que acontece na escrita é a plena manifestação de algo que está em estado virtual, algo de nascente e incoativo, na fala viva, a saber, a separação da significação relativize relativamente ao evento” (p. 42).

Para Ricoeur (2019) esse complexo representado pelos conceitos – significação e sentido – é considerado, por ele, como um “enigma e até mesmo um milagre” (p. 30), porque, segundo o filósofo

“A minha experiência não pode tornar-se diretamente a vossa experiência. Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência” (p30).

No entanto, continua ele, em sua reflexão:

“Algo passa de mim para vocês, algo se transfere de uma esfera de vida para outra. E se algo não é experiência vivida, mas a sua significação. Esse milagre. A experiência vivida, como vivida, parece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública. A comunicação é, deste modo, a superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida” (p.30).

Quando pensamos em significação e sentido, precisamos recuperar alguns aspectos de base que vão influenciar a construção dos sentidos e dos significados, por exemplo; a experiência vivida. Vamos explorar algumas delas.

Talvez a primeira delas seja lembrar Saussure (2006). Ele apresentou o conteúdo do significante e do significado em seu Curso de Linguística Geral do início do Século passado. É claro que precisamos fazê-lo no contexto do âmbito do signo linguístico, no entanto podemos tomar o conceito e considerá-lo como universal. Para Saussure o Significante é o elemento concreto (material), que pode ser percebido

pelos órgãos sensoriais humanos, e o significado é o conceito, aquilo que se materializa como um sentido, para ele *“estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição, que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte”* (Saussure, 2006, p. 81).

Usando um dos exemplos dados por Saussure podemos compreender a sua afirmação; quando escrevemos (ÁRVORE) não é a árvore que está ali no texto, o leitor, no entanto, faz a leitura da palavra e interpreta o conceito que tem de árvore, pelo recurso do significante e do significado.

Afirma Saussure (2006):

o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica deste som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material” é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (p 80).

Por outro lado, os fenomenólogos, como Merleau Ponty (1999), vão desenvolver estudos para entender como se articula o significante e o significado, no processamento das informações por meio da percepção. *“O fenômeno da percepção verdadeira oferece, portanto, uma significação inerente aos signos, e do qual o juízo é apenas a expressão facultativa”* (p. 63).

Sendo assim, na confluência das duas concepções; a linguística e a fenomenológica, é possível entender que no Discurso Biográfico, que tem origem na palavra sob a dimensão ilocutória, o objeto existe e se materializa por ela mesma.

Entretanto, dessa mesma dimensão ilocutória advém, pela reflexão de Ponty (1999) um fenômeno que precisamos assinalar como importante e definidor dos cuidados que é preciso ter quando estamos

lidando com a palavra dada. Para o fenomenólogo, o fato ilocutório não pode ser tomado em si como definidor do objeto, uma vez que, segundo ele:

quando contemplo um objeto com a única preocupação de vê-lo existir e desdobrar diante de mim as suas riquezas, então ele deixa de ser uma alusão a um tipo geral, e eu me apercebo de que cada percepção, não apenas aquela dos espetáculos que descubro pela primeira vez, recomeça por sua própria conta o nascimento da inteligência e tem algo de uma invenção genial: para que eu reconheça a árvore como uma árvore, é preciso que, abaixo desta significação adquirida, o arranjo momentâneo do espetáculo sensível recomece, como no primeiro dia do mundo vegetal, a desenhar a idéia individual desta árvore. Tal seria este juízo natural, que ainda não pode conhecer suas razões já que ele as cria. (Ponty, 1999, p.75)

Neste caso, é trabalho do pesquisador-historiador ir em busca dessa significação mnemônica original, ou antiga, a mais primária do material narrado, para que, assim, possa alcançar um nível mais profundo de significação do vivido.

Então, nesse âmbito, e nesse caso, a significação atribuída ao fato ilocutório alcançará sentido, pois estará na condição do nascimento daquela memória que foi externada pela palavra dada. Com isso temos um argumento pacífico: o texto quando escrito pelo pesquisador-historiador, já existia em “estado virtual” como já registramos anteriormente.

Na prática o Discurso Biográfico é escrito após ser manifesto, pela palavra dada, por aquele que narra a memória ou o fato biográfico. Nesse ponto temos o narrado transformado em texto escrito por ato de significação, produzindo sentidos pelos significados expressos no texto.

A narrativa biográfica é uma imputação como ato praticado por parte do pesquisador-historiador, cujo objetivo é expor o que ouviu pela palavra dada. Este ato se revela como causal e singular, porque responde

à fenomenalidade daquilo que é recebido do narrador. Este ato não constitui uma explicação, nem uma análise, mas relato fenomênico provocado no pesquisador- historiador.

O contexto memorialístico, registrado pela percepção da história do narrador e pela palavra dada é a primeira significação. Depois de narrado o pesquisador-historiador fará a sua narrativa, por meio de sua percepção, o sentido.

Nesse caso, as narrativas são as mediadoras, porque conectam os polos que por vezes podem ser, até mesmo, opostos de explicação e de compreensão. Por isso, firmamos que as memórias biográficas, sua intriga se vale, inicialmente, da rememoração de fatos do narrador e num segundo momento das narrativas sobre essa palavra dada pelo pesquisador-historiador.

Por isso Ricoeur na Teoria da Interpretação (2019) diz:

“Significar é o que o locutor faz, mas é também o que a frase faz. A significação da enunciação - na acepção do conteúdo proposicional - é o lado ‘objetivo’ desse significado. O significado do locutor- no triplice sentido da auto-referência da frase, da dimensão ilocutória do ato linguístico e da intenção de reconhecimento pelo ouvinte - é o lado subjetivo da significação”(P 34).

Em decorrência disso, nesse ponto podemos chegar a algumas sínteses juntamente com Ricoeur quando afirma: “*o sentido correlaciona a função de identificação e a função predicativa no interior da frase, e a referência relaciona a linguagem ao mundo. É um outro nome para pretensão do discurso a ser verdadeiro*” (Ricoeur, 2019, p. 35).

Assim, as narrativas (auto)biográficas fazem a ligação entre memória (função de identificação) e o relato final função predicativa o que resulta no texto dos relatos (auto)biográficos, produzidos pelo pesquisador-historiador.

Portanto, a significação no Discurso Biográfico carrega o sentido a partir do ato ilocutório, consolidando-se, por essa dimensão, num ato de comunicação que se processa integralmente e completa na compreensão e resposta dialógica que trataremos a seguir.

HERMENÊUTICA COMO COMPREENSÃO E RESPOSTA DIALÓGICA

Outra dimensão que precisamos enfrentar é a complexidade que abrange a Hermenêutica do texto produzido, primeiro pelo historiador-pesquisador, depois o texto que o leitor construiu, manobra que este último faz para chegar a uma resposta de sentido.

Tem propriedade nesse ponto recuperar um pouco como entende Ricoeur a dimensão da Hermenêutica, uma vez que ele propõe compreensões particulares para esse tema.

Para Ricoeur (2019) *“a hermenêutica tendeu a identificar a interpretação como a categoria de compreensão e a definir a compreensão como o reconhecimento da intenção de um autor do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso”* (p.38). Deste conceito Ricoeur avança para uma compreensão construída por ele para adequar à filosofia da linguagem que ele faz. Para isso teve de superar a compreensão de Hermenêutica, tida até então, a de ser somente um método de interpretação de textos, mas construindo a categoria Hermenêutica ao plano da linguagem, considerando a Hermenêutica como um instrumento construtor do conhecimento humano, registrados nas culturas, por meio de textos.

É preciso destacar, Ricoeur, enfatiza que o fenômeno da escrita e a autonomia do texto são um dos pilares da construção do seu pensamento da Hermenêutica do texto. Para ele o texto é um discurso registrado nele mesmo, por isso a escrita é o próprio texto.

Na dimensão do contexto do discurso (auto)biográfico, essas particularidades têm grandes significados e precisamos aplicá-las. A primeira delas é compreender o próprio texto como uma materialidade que traduz os relatos, as histórias de vida e outras peças memorialísticas, como a fonte dos significados que conduz os conteúdos na identificação do narrado que dão exterioridade às (auto)biografias como produto das narrativas. Importante destacar que esse processo acontece por meio de uma relação de diálogo com a função predicativa (sentidos e significados) das próprias narrativas, como explicitamos anteriormente.

Para tratar da Hermenêutica como compreensão, precisamos endereçar nosso olhar para a dimensão dialógica, quando na escuta da palavra dada. Aqui se estabelece três agentes que colaboram no processo de produção da (auto)biografia: o narrador-fonte; o historiador-pesquisador e o leitor, todos fazem as suas leituras e dão sentido significativo ao texto. Entretanto, há uma linha que amálgama todas essas leituras que é o próprio texto, isso assegura uma certa unidade na hermenêutica que esses atores realizam sobre o texto.

Nessa complexidade, o narrador-fornece o material, fruto de suas memórias e vivências; o historiador-pesquisador codifica em signo verbal escrito, pode ainda acrescentar outros signos e achados para enriquecer a narrativa e, por fim, o leitor que, frente ao material codificado, após a leitura constrói na imagem acústica os significados e atribui sentido e compreensão própria ao que leu.

O diálogo hermenêutico estabelecido entre essas três partes, se completam, além de se tornarem interdependentes, pois não existe a possibilidade, no contexto do discurso (auto)biográfico deles se significarem isoladamente. A natureza do discurso (auto)biográfico enche de significados os relatos se constituindo num todo que não pode

ser compreendido na parte, ou somente por um só desses agentes, tem uma dimensão bem ampla e se projeta na relação ou co-relação destes três agentes. A Hermenêutica aqui ganha uma compreensão não restrita aos conceitos clássicos.

Por isso que, compreender a hermenêutica do texto no âmbito das narrativas (auto)biográficas possui particularidades que não fazem parte da hermenêutica clássica, porque ela se estabelece na relação dialógica de cada componente do circuito narrativo, por isso não é possível reduzi-las a unidades simplificadas ou a totalidades generalizadas, ou seja, na relação dialógica não é possível reduzi as partes ao todo, mas sim, tomando-as como produções concebidas nas interretroações entre elas, de modo que sob a perspectiva de Morin em *Ciência com Consciência* (2000) e *Cabeça bem feita* (2000), aqui está presente a perspectiva do princípio sistêmico, que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo que possibilita a relação de interdependência entre eles.

Para Ricoeur, a hermenêutica clássica sofre de uma unilateralidade não dialógica.

“Os pressupostos de uma hermenêutica psicologizante - como os da sua hermenêutica antagonista provém de um duplo mal-entendido que leva, por sua vez, atribuir uma tarefa errônea à interpretação, uma tarefa que se exprime bem no famoso lema “compreender um autor melhor do que ele a si mesmo se compreendeu” (Ricoeur, 2019, p. 38,9).

Assim, o fulcro central dessa discussão é a definição própria da tarefa hermenêutica na abrangência do texto (auto)biográfico, que tem a necessidade de ser dialógica.

Por isso que, compreender a hermenêutica do texto biográfico é uma situação particular que se expressa na dialógica que, para ser completa, precisa da resposta dos três construtores da narrativa

(auto)biográfica, como sabemos: aquele que narra, o codificador da narrativa (pesquisador-histoiador) e o leitor.

Por isso, é necessário entender que a hermenêutica submetida às polaridades dialéticas condensadas entre o evento da significação e o sentido/referência é o que buscamos nessa altura desta reflexão. Assim, a significação como sentido/referência e implicação hermenêutica, justamente tendo em vista a necessidade da construção do Humanismo Regenerado, que requer, sobretudo, de uma ampla dimensão dialógica, para que as narrativas se tornem acessível a experiência na construção deste novo humanismo.

Em razão disso passamos para o tratamento do sentido/referência sob a particular ótica da implicação hermenêutica ricoeriana.

A Referência é uma categoria tratada na Teoria da Interpretação por Ricoeur. Para ele Referência:

“é uma distinção que se pode conectar diretamente com a nossa distinção inicial entre semiótica e semântica. Só o nível da frase nos permite distinguir o que é dito e aquilo acerca do que se diz. No sistema da língua, digamos enquanto léxico, não existe o problema da referência; os signos apenas se referem a outros signos do sistema (Ricoeur, 2019, p.35).

Nesse particular, há uma peculiaridade que precisamos entender nesse ponto: nossa preocupação primeira é o sentido, não tanto as constituições sintáticas de sujeito e predicado presente em toda frase, mas justamente no correlacionamento destas duas funções a de identificação (sujeito) e predicativa (do que se diz desse sujeito). No discurso (auto) biográfico, por sua constituição o sujeito é aquele que narra, a (auto)biografia nunca é do outro, senão do próprio narrador, entretanto o narrado que são as atribuições que ele mesmo faz de si, é o pesquisador-historiador que atribui os predicados, na medida em que, é ele que faz o registro em código escrito.

É, sem dúvidas, nesse sentido, que a Teoria da Interpretação de Ricoeur aporta importantes significados para refletirmos sobre o que se poderia chamar de “discurso” (auto)biográfico, porque na dinâmica da leitura a frase tomará sentido de função predicativa no âmbito da significação que o leitor também fará.

Enfim, é o sentido que correlaciona “a função de identificação e a função predicativa no interior da frase” (Ricoeur, 2019, p.35) e a Referência “relaciona a linguagem ao mundo” (Ricoeur, 2019, p.35), com isso o discurso passa a ser verossímil porque foi, somente porque, o discurso narrado, com a escrita passa a ser admissível ou realizável uma vez que ali está a verdade, pois, pela Referência ela remete à uma circunstância, um fato, um ocorrido, dentre tantas possibilidades narrativas.

Essa possibilidade de transformação, pela categoria da Referência, permite-nos entender que o evento linguístico (fala) que originou a (auto)biografia, possa ser um evento estruturante do sentido e dos significados múltiplos que permitirão ao leitor, com base no material que lê, ao apropriar-se no limite destes significados, elaborar sentidos particulares do seu estar no mundo e do estar no mundo do outro. Isso gera uma nova ética social, talvez pudéssemos cogitar aqui uma aproximação daquilo que Levinás (2019) constrói como Ética da Responsabilidade, entendendo um certo modo de ser humano que se constitui pelo humanismo do outro, pela consideração da vida.

Por isso, no discurso (auto)biográfico, temos a consciência de trazer para cima a experiência, pois ela se constituiu na “condição ontológica de Referência” (Ricoeur, 2019, p.36), cujo veículo é a própria linguagem, primeiro em forma de discurso oral, depois como texto escrito.

A fenomenologia hermenêutica de Ricoeur nos permite a compreensão dos significados que o ser humano atribui à sua existência

no mundo da vida e, por meio de sua linguagem, em discursos, chegar à compreensão de suas ações. Isso é muito importante no âmbito da (auto)biografia, porque é o reconhecimento de que pela recuperação histórica das memórias, das vivências, dos fatos e dos episódios, dentre outras possibilidades, podemos dirigir nossa atenção para a construção do Humanismo Regenerado.

Reconhecemos que nas obras de Ricoeur “Teoria da Interpretação” (2019) e “O si mesmo como outro” (2019), nos âmbitos da construção do Discurso Biográfico, podemos sintetizar o pensamento do filósofo em três núcleos de abordagem: a ontologia da compreensão; a fenomenologia hermenêutica; e a concepção de ipseidade. Para nós, que tratamos das narrativas (auto)biográficas importa destacar o fato que existe uma espécie de correspondência mútua entre o ato de narrar, o caráter temporal da experiência humana, a (auto)biografia narrada como palavra dada, e a narrativa que configura essa relação de fatos no tempo, acrescidas da percepção compreensiva do leitor que a interpreta e, de certa forma, a reconfigura.

Por isso que o mundo da vida, para Ricoeur, vai se configurando no mundo do texto sob uma dimensão referencial, ontologicamente falando, em razão do poder incessante de refiguração externa do texto pela leitura, o que possibilita ao leitor, pela relação texto e realidade, reconfigurar seu mundo e sua vivência, sem perder, no entanto, sua referência com o vivido, que o alimentou e para o qual dirige sua nova compreensão.

Essas características não podem ser encontradas na literatura de ficção, por exemplo, porque a ficção por si só é uma referência ao imaginário, por vezes até ao inaudito, enquanto as narrativas das (auto)biografias que resultam do vivido são geradoras de imaginários capazes de movimentar o consentimento daqueles que leem.

Por isso que entendemos que a leitura de uma (auto)biografia em sua feição externa como um texto composto por signos linguísticos, permite a experiência compreensiva transformadora do sujeito e de suas relações com o mundo no qual vive e ao mesmo tempo o constitui.

Aqui precisamos destacar a função e a importância da leitura das narrativas (auto)biográficas, porque elas não podem ser compreendidas como mera condição de atividade mecânica, mas operações que permitem aos sujeitos a construção de mundos e de significados, no caso de nosso intento a construção do Humanismo Regenerado.

Essa dinâmica compreensiva é o que nos permite a Fenomenologia Hermenêutica de Ricoeur. Por ela ser encarnada no mundo da vida, e por meio da linguagem, disposta em discursos a pessoa pode construir seu mundo pelos significados que compreende num movimento dialógico, como o entende Morin (2000), sob a permanente tensão entre mundo próprio e mundo das narrativas (auto)biográficas, uma vez que somente essas se firmam e traduzem um mundo próprio, pois que, antes foram vividos no real.

Por fim, a fenomenologia-hermenêutica nos possibilita a compreensão de significados que todos os humanos atribuem à existência de si, e do outro. A linguagem e as histórias por ela geradas nos concedem a noção de existir, além de nos colocar no mundo da vida. É por meio dos discursos, da linguagem, enfim, pelas histórias de vida (auto)biográfica que compreendemos a nossas ações (do si mesmo) e dos outros. Nesse amaranhado “o leitor é antes alargado na sua capacidade de autoprojeção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser” (Ricoeur, 2019, p. 132).

RUMO ÀS ABSTRAÇÕES

Entendo que tudo aquilo que lemos nos propicia reflexões e que delas alimentamos como uma rede que se expande pelo processo de pensamento. Tudo se inicia por um processo de simplificação em que detalhes e ambiguidades são deixadas de lado para ficarmos com o essencial.

A natureza do Discurso Biográfico, com um enorme mundo ainda a ser desbravado (as suas significações, seus sentidos, suas referências, sua hermenêutica), vão propiciando abstrações em nós (pensadores, pesquisadores e leitores) dos textos (auto)biográficos e nos remetem a aberturas compreensivas, cada vez mais amplas e específica deste tipo de metodologia e epistemologia.

Por isso, pensar em utilizá-las como uma ferramenta para reconstruir o humanismo perdido em tantas contradições é uma possibilidade concreta. Quando voltamos ao discurso mesmo daqueles que se narram, estamos incentivando a permanente dialética entre o “eu” e o “nós”, assim transformando o “si mesmo” como um ente que liga a dimensão pessoal a da comunidade.

A natureza do Discurso Biográfico, pode ser uma ferramenta para transformar imagens e vivências em matéria prima de novas formas, mais íntegras e inteiras de reconstruir a imagem do humano para os humanos.

Compreender, portanto, dominando todos os recursos que aporta o Discurso Biográfico é uma possibilidade de superar as ambiguidades e as imprecisões que caracterizam o concreto do viver. A abstração decorrente desse conhecimento, que impacta na reflexão, é o que permite significações de sentido e atos ilucotórios, pois a vivência

relatada está diretamente remetida às interações sociais dos narradores e de suas (auto)biografias.

A Hermenêutica é uma operação de pensamento mediante a qual os relatos (auto)biográficos passam a constituir-se em objetos de atenção, observação, consideração, pesquisa e estudo. Assim, dos relatos do vivido, nós, os humanos, vamos criando abstrações e construindo uma totalidade complexa, que só terá sentido no vivido livre de todas as armadilhas dos interesses, das “opiniões” e dos afrouxamentos éticos que constroem o mundo que vivemos.

A reflexão dos diferentes Discursos Biográficos que produzirmos e, porventura, publicarmos, provocarão possibilidades concretas de construir e viver num mundo de vida boa. É neste sentido que o Discurso Biográfico por meio de sua natureza específica de significação como sentido, suas implicações hermenêuticas constituem-se como uma concreta possibilidade construtiva do Humanismo Regenerado.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena M. B. (org) Et al. **Pesquisa (auto)biográfica – Diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A Intriga narrativa do si na construção das personagens de um livro muito especial**. In: COSTELLA, Roselane Zordan (Org.). Um pouco de cada um na construção professoral de muitos: narrativas, itinerários, ressignificações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 13-19. Prefácio.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Biografização/heterobiografização: elaboração memorialística de uma personagem auto(hetero)biográfica em formação docente**. Linhas Críticas, 29, e47664, 2023. <https://doi.org/10.26512/lc29202347664>.

<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945190102> **Compreensão cênica: possibilidade interpretativa de narrativas de (auto)formação de ex-pibidianas** Lourdes Maria

Bragagnolo Frison Maria Helena Menna Barreto Abrahão, Educação e Pesquisa,
Volume: 45, Publicado: 2019

LEVINÁS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa, Edições 70. 2019

MARINAS, José Miguel. **La escucha em la historia oral. Palabra dada**. Madrid: Editorial
Sintesis, 2007

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes,
1999.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via – as lições do coronavírus**. Rio de Janeiro,
Bertrand Brasil, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4ª ed., Campinas, Pontes
editores, 2006

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: 3ª ed., Loyola, 2015

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2019

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix, 2006

10

BIOGRAFIZAÇÃO/HETEROBIOGRAFIZAÇÃO: UM CONSTRUTO DE LÓGICA DA HERMENÊUTICA CIRCULAR COMPLEXA DO TEXTO AUTOBIOGRÁFICO

*Júlio César da Rosa Machado*¹

“cuando un problema los perturbe, los angustie, los asuste, no intenten evitar el obstáculo: abórdenlo de frente” Paul Ricoeur

No âmbito da Filosofia da Linguagem a palavra, o texto e o sentido que ele traduz é uma constante na reflexão de todos que se dedicam a esse campo de estudos. Na Linguística sempre presente o sentido para signo e significado; na Filosofia da Linguagem o texto e a interpretação. Ricoeur na obra “Del texto a la acción” (2002), faz um esforço de enfrentar “el presupuesto fenomenológico fundamental de una filosofía de la interpretación” (Idem, p. 54) em um texto qualquer. E o faz trazendo adensando a tese de que

Lo que significa el texto ya no coincide con lo que el autor quería decir; significado verbal y significado mental tienen destinos distintos. Esta primera modalidad de autonomía implica y ala posibilidad de que la cosa del texto escape al horizonte intencional limitado de su autor, y que el mundo del texto haga estallar el mundo de su autor (Idem, p. 337/8).

Mas, não fica por aí a reflexão de Ricoeur, ele avança trazendo cogitações na abrangência do texto no ato de leitura e do leitor. Diz ele:

En síntesis, es propio de la obra descontextualizarse, tanto desde el punto de vista sociológico cuanto psicológico, y poder recontextualizarse de otra manera, que es lo que constituye el acto de lectura. De ello resulta que la

¹ Júlio César da Rosa Machado: professor; doutor em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do R.G. do Sul; Estágio doutoral na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal; pesquisador dos fenômenos da educação sob o Paradigma Biográfico; Pós-doutorando na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas sob a supervisão da Dr^a Maria Helena Menna Barreto Abrahão

mediación del texto no podría ser tratada como una extensión de la situación dialogal; en el diálogo, en efecto, el intercambio del discurso está de antemano por el coloquio mismo; con la escritura, el destinatario original es transcendido. Más allá de éste, la obra misma se crea un público, virtualmente extendido a cualquiera que sepa leer (Idem, p. 338).

Entretanto, para além da obra (texto) e interpretação existe outra dimensão que naturalmente não está aparente na obra, mas que possibilitou a sua construção. Trago aqui a questão da *intencionalidade*. Em “O discurso da ação” Ricoeur (2018) trata desta categoria. Importante destacar a premissa “a intenção consciente é que revela a especificidade do humano em relação à forma tecnológica” (idem, p. 137).

Para um ficcionista a *intencionalidade* é construir o enredo pelo texto; para um cientista a *intencionalidade* é relatar com o emprego das denotações e pela ordem direta das palavras nas orações, encadeados em períodos construindo um texto preciso e objetivo.

Entretanto, tem se observado que narrativas, no campo das Ciências Sociais, e aqui quero me permitir denominar as narrativas autobiográficas, este rigor e a sua *intencionalidade* tem tomado outros significados, sem, no entanto, perder o rigor científico, mas apresentando-se com outra configuração.

O que os textos produzidos no âmbito das narrativas autobiográficas buscam como critério um

traço ligado à reflexividade, a saber o vínculo entre ação e agente, direção e diretor. O que a intencionalidade introduz é a referência retrospectiva [*rétro-référence*] a um centro de responsabilidade de onde a ação procede; por outras palavras, a um interior, a um dentro, ao qual se reconduz a noção de consciência, no sentido de intencionalidade (Idem, p. 137).

Isso me permite pensar que, os próprios textos que tratam da epistemologia autobiográfica possam ter intencionalidades que expressem de maneira mais efetiva o jeito de fazer essa ciência. Um

exemplo da característica desta modalidade de produção de texto epistemológico, abstraí da leitura de um artigo de Maria Helena Menna Barreto Abrahão.

Ao fazer a experiência do escrito de Abrahão (2023) *“Biografização/heterobiografização: elaboração memorialística de uma personagem auto(hetero)biográfica em formação docente”* foi suscitando-me múltiplas questões de ordem complexa, entendendo “complexidade” como um esforço em realizar um ato cognitivo de (re)ligar conhecimentos que, no todo, são apresentados de forma atomizada, para integrá-los numa totalidade de pensamento, no caso, o âmbito da pesquisa autobiográfica, da formação docente em seminários de Pesquisa-Formação, como propõe a autora.

No grupo de pesquisa que fizemos parte, temos trabalhado refletindo e avançando perspectivas, dinâmicas e dimensões inspiradas no pensamento de Josso, Delory Monberger, Marinas, e outros autores que vêm produzindo e construindo temas acerca das narrativas, das narrativas autobiográficas, num esforço construtivo de compreender e aplicar questões que envolvem o pensamento ricoeriano nas abrangências do actante, dos personagens históricos, da hermenêutica fenomenológica, das mímeses, da ipseidade, mesmidade e alteridade entre muitos outros aspectos que o pensamento de Ricoeur nos possibilita avançar.

Entretanto, ao me deparar com o ensaio e os fenômenos que trouxe Maria Helena, no seu texto, especialmente os exemplos dos memoriais que ilustram seu construto epistemológico e, também da amarração que vem desenvolvendo a questão da auto(hetero)biografização, como meio de promover a formação de professores, percebi, após a leitura, uma aporia básica, resultante da emergência de vários pensares, de diversas formas de abordagem do que ela vem tratando e, trazendo para mim

insinuações cognitivas de outras margens daquelas que costumeiramente temos trabalhado.

O que foi que me desequilibrou cognitivamente a experiência da leitura? Num primeiro lugar é que a autora utilizou um processo circular de pensamento muito bem expresso no texto. Ela inicia por dimensões epistemológicas, avança para questões teóricas e conclui com exemplo de memoriais que, por uma compreensão circular aponta para a dimensão ricoeriana do “discurso da ação”. Em segundo lugar é que as partes, embora estejam delimitadas por títulos separados elas se ligam uns aos outros, de modo que existe uma clara interdependência entre eles, de maneiras que se iniciar a leitura pelos exemplos, ou pelas dimensões teóricas, ou até mesmo das epistemológicas, não se perde a noção do todo, e o seu conteúdo de totalidade não se escoa nas partes. Em terceiro lugar a análise leva para uma reflexão epistemológica e, esta, para sínteses que se abrem para muitas outras perspectivas e dimensões, como convém a um construto científico revelador de um *“conhecer e pensar [que entende] não chegar a uma verdade absolutamente certa, mas um dialogar com a incerteza”* (Morin, 2000, p. 59).

Tudo isso me forçou, impeliu a fazer uma viagem pelo mundo das minhas ideias e não vi outra possibilidade cognitiva para entendê-las, se não pelo contemporâneo pensar de Edgar Morin que me respondeu congruentemente e simplesmente quando aponta as características do pensar complexo, diz ele que o pensar da complexidade é um: *“processo circular, passando da separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese a análise”*(*Idem*, p.24). E, mais, compreendi que o conhecimento produzido por Abrahão *“é um conhecimento (que) comporta ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese”* (*Idem*, p24).

A viagem continuou, sem nenhuma possibilidade de que pudesse dizer para mim mesmo parar. Logo me veio o conceito de Hermenêutica, especialmente, a Hermenêutica fenomênica de Ricoeur.

Sabe-se que, no sentido clássico, Hermenêutica significa a arte ou técnica de interpretar e explicar um texto ou discurso. Ricoeur, no entanto, construiu o que denominou de Hermenêutica Fenomenológica circunscrita ao jogo do reconhecimento da tensão entre objetividade/subjetividade, uma vez que concebe uma filosofia que faz a passagem do cógito para uma hermenêutica do si, na abrangência da filosofia reflexiva. Assim, sua perspectiva é de complementaridade sob a capacidade de reintegrar o ato do pensar/refletir mais a integração dialética entre fenomenologia e hermenêutica com a tarefa de promover a reflexividade.

Entretanto, considerando essas lógicas o texto de Abrahão avança para além da reflexividade característica da hermenêutica fenomenológica, porque ao mostrar as possibilidades da biografização e da heterobiografização em seminários de pesquisa-formação, inclusive mostrando um conjunto de modelos de memoriais coletados em sua prática docente, entendemos que *“Explicar não basta para compreender. Explicar é utilizar todos os meios objetivos do conhecimento, que são, porém, insuficientes para compreender o ser subjetivo”* (Idem, p. 51) ela adentra no plano do discurso da ação, de Ricoeur (2018) como o dizer do fazer.

O dizer do fazer pode também ser considerado há vários níveis: nível dos conceitos empregues na descrição da ação; nível das proposições em que a própria ação vem anunciar-se; nível dos argumentos em que se articula uma estratégia da ação (p. 43).

Assim, considerando esses elementos constitutivos da racionalidade empregada na construção do texto em questão, compreendo presente nele os princípios da complexidade. Existe

evidentemente um conhecimento que liga o conhecimento das partes ao todo, que é epistemologia autobiográfica. Em consequência desta possibilidade em que o todo não está apenas nas partes, mas o todo está inscrito nas partes, o texto produzido envolve um conhecimento epistemológico, que leva a um conhecimento prático e que este, por sua vez, leva a uma ação. O produto da reflexão de Abrahão, expressos no texto em questão permitem conhecimentos autorreguladores que provocam ações reflexivas na formação de professores, de maneira evidente que as causas agem sobre os efeitos, da mesma forma que os efeitos agem sobre as causas.

Estes movimentos anteriores, expressos por princípios da complexidade permite as autocompreensões e as auto-organizações, de maneira que quem acessa a epistemologia impressa no texto e a configura pelos exemplos colocados, permite que outros educadores usem das mesmas estratégias de ensino, sob outros contornos originais através da ótica de cada um. Isso possibilita um processo de autonomia superadora da dependência de roteiros ou modelos estruturados, por quem deseja proceder ensino a partir desta proposta.

Por fim, a abertura à dialógica superadora da racionalidade da inseparabilidade que permite admitir contraditórios na compreensão dos fenômenos que o leitor do texto poderá fazer. Com isso, fica aberta a possibilidade do desaparecimento da autora Abrahão, na medida em que o leitor tem a possibilidade de aplicar todo o conhecimento a partir da sua realidade, da sua crítica e, das suas convicções. Dessa maneira, na prática pedagógica inspirada é possível incorporar a reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento, tornando assim o Paradigma Autobiográfico, mais sólido, evidente como um resultado de reformar o pensamento determinista no campo da Formação de professores.

Por essas razões, entendo que estamos frente a uma nova possibilidade de entender o construto de Abrahão, ele se mostra como um objeto inter-poli-transdisciplinar. Para compreendê-lo é preciso utilizar uma lógica configurada como, HERMENÊUTICA CIRCULAR COMPLEXA.

Mas o que pode diferenciar essa “inter-poli-transdisciplinar”, como Hermenêutica Circular Complexa da Hermenêutica Fenomenológica? Primeiro é preciso deixar consignado que uma não é melhor do que a outra, nem mais eficaz para compreensão do texto, não se trata dessa dimensão, pelo contrário, elas são complementares, cada uma possui uma dimensão própria. Consideremos como premissa a afirmação de Morin (2000): *“o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar”* (p. 15).

Para objetivar, considerando o pensamento de Ricoeur para Hermenêutica, que a compreende como um sistema de interpretação, ou ainda, um processo de interpretação que busca conteúdos e significados expressos no texto ou subjacente a ele, pois entende que o texto é o repositório dos símbolos e do imaginário destes mesmos símbolos, impregnados na cultura e no social. Dito isso, podemos acrescentar que existem outros conteúdos que escapam do meramente convencional, previsível ou do inscrito na cultura, incluímos aí as representações do mundo de cada leitor exposto aos intervenientes das subjetividades originadas no imaginário.

Estas interveniências são geradoras da possibilidade “hetero”, isto é, do desigual, do díspar, construindo significados a partir do texto, para outros sistemas de significação que foram ali expressos. Em síntese, hermenêutica é um processo pelo qual os significados são trazidos para cima, para além do conteúdo manifesto no texto.

Esse construto denominado Hermenêutica Fenomenológica, admite a lógica do si e do outro, imprimindo um método no qual assinala o mundo da vida, como realidade de fundo, centrando em processos polissêmicos do fenômeno que se mostra e os níveis de compreensão que subjazem desse processo.

A estrutura interna do texto, como discurso do escritor, e o processo de interpretação, como discurso do leitor, pode dizer-se, pelo menos à maneira de introdução, que a compreensão é para a leitura o que o evento do discurso é para a enunciação do discurso, e que a explicação é para a leitura o que a autonomia verbal e textual é para o sentido objetivo do discurso (Ricoeur, 2019, p. 102).

Cabe destacar essa preocupação de que os diferentes agentes do texto (autor, actantes, leitores) do texto de Abrahão fazem parte do todo, no entanto existe algo mais, que vai além disso, trata-se da multirreferencialidade. “*Al leer, me irrealizo. La lectura me introduce en las variaciones imaginativas del ego*” (Ricoeur, 2002, p.341). Ela constrói um texto propondo a dialógica de diferentes elementos distintos para construir uma racionalidade que integra elementos de ordem teórica, epistemológica e resultado da prática de pesquisa, por meio de um discurso de ação complexo, para trabalhar a questão dual: biografização e heterobiografização.

Seu esforço é de apresentá-los como processos narrativos diferenciados, mas que não se constituem dicotômicos, pois a biografização é um processo discursivo com a “*intencionalidade de narrar de si para si e para o outro*”, enquanto que na heterobiografização, ela aponta para uma dimensão complexa

de uma totalidade ressignificada de atos de discurso, concordantes/discordantes, classificados mediante um processo reflexivo idiossincrático do narrador, do ouvinte, do leitor em movimentos

interpretativos que operam uma síntese do heterogêneo dos fatos narrados”(Abrahão, 2023).

Cabe ressaltar, no entanto que, em ambas as situações, o fenômeno narrativo se desvela pelo discurso. A tarefa de Abrahão como pesquisadora e promotora da reflexão do proposto, coloca em evidência e no centro de seu estudo, o fenômeno do discurso, entendido fenomenicamente como: aquilo que as pessoas falam umas às outras provocando algo, no caso a aplicação é na formação de professores.

Com isso ela vai construindo um raciocínio transdisciplinar, porque trabalha com vários níveis de realidade; rompe com a lógica de que um argumento (é válido ou não válido), mas inclui um terceiro termo, que é a lógica do ouvinte, por meio de suas múltiplas leituras e interpretações, tecendo um raciocínio complexo acerca da biografização e heterobiografização.

O rompimento com a lógica clássica, acontece na sua ação discursiva, o texto, pelas diferentes referências que vai analisando e refletindo, inclusive com a admissão das lógicas de leituras do expectador ou leitor. Além disso, o jogo de interações das diferentes dimensões (teóricas, epistemológicas e resultados práticos) permitem que emerge um novo sentido, o que ajuda na construção para aferir a existência de diversos níveis de realidade, pois que estes estão sujeitos, pela via da hermenêutica fenomenológica a níveis vários de percepção.

À luz da visão de Abrahão, a compreensão da diferença da biografização e heterobiografização, fundada nas teses de autores como Momberger, não está circunscrita somente na dimensão do relato biográfico ou heterobiográfico, mas em gerar um novo acontecimento auto(hetero)biográfico que principia alternativas na formação de professores. O exemplário, colocado ao final do texto de Abrahão, é um episódio especial para ajudar na compreensão aplicada às narrativas.

Com esta manobra, quem lê o texto, interpreta organizando um conhecimento que integra explicação e a compreensão.

Nesse particular, recuperando uma mesma citação de Morin (2000) trazidas aqui no início deste ensaio para firmar a aporia desta análise, o autor entende que

a organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras [...]; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando da separação a ligação, da ligação a separação e, além disso, da análise a síntese, da síntese a análise (p.24).

Aqui está o ponto de inflexão, (ou o ponto de ruptura, ou o ponto de mutação), o texto abre-se para uma polissemia, mas não de significados, entretanto para níveis de aplicabilidade do estudo produzido, avançando dos níveis propostos por Ricoeur, para a consolidação de uma espécie de conhecimento prático que fica especificado pela descrição da experiência, provocando reflexão e construção de outros poli significados, rompendo perspectivas simplistas de causa e efeito, para incluir um terceiro termo configurando uma metodologia de trabalho transdisciplinar na formação de professores, justamente pelo tratamento da diversidade que se abre para diversas aplicações todas as dimensões do conhecimento produzido.

Trata-se da configuração complexa como da experiência da cinta de Möbius, que a cada manobra configura uma realidade, mas que conserva a mesma cinta como matriz da experiência. Aqui fica evidente o princípio da dialógica, pois está presente a articulação de concepções contrastantes, mas que possibilitam complementarmente a religação de diferentes saberes, o que constrói a integração das partes com o todo, e na construção de outras significações na aplicação da reflexão proposta.

A Hermenêutica Circular Complexa é uma recriação intelectual, uma vez que a “teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio fim inscrito em permanente recorrência” (Morin, 2000, p.336), porque: “uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema (Idem, 335).

Assim, retomando a epígrafe deste ensaio, expresso por Ricoeur (2007) em suas memórias “cuando un problema los perturbe, los angustie, los asuste, no intenten evitar el obstáculo: abórdenlo de frente” (p.15), nossos esforços sempre são dirigidos para adensar, com esses estudos a epistemologia autobiográfica, do mesmo modo, e mesmo esforço que dedica à esta causa Maria Helena Menna Barreto Abrahão a quem dedico este texto.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Biografização/heterobiografização: elaboração memorialística de uma personagem auto(hetero)biográfica em formação docente. *Linhas Críticas*, 29, e47664, 2023. Dossiê, Pesquisa narrativa no fazer ordinário da docência: múltiplas perspectivas.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- RICOEUR, Paul. **Del texto a la acción – ensayos de hermenêutica II**. México, Fondo de Cultura econômica, 2002.
- RICOEUR, Paul. **O Discurso da Ação**. Lisboa, Edições 70, 2018
- RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação o discurso e o excesso de significação**. Lisboa, Edições 70, 2019
- RICOEUR, Paul. **Autobiografia intelectual**. Buenos Aires, Nueva Visión, 2007

11

A “REPRESENTÂNCIA” COMO REDUÇÃO AO MESMO, NO RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE NO TEXTO- RELATÓRIO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Júlio César da Rosa Machado

PROPOSIÇÃO

No texto **“A aventura do diálogo (auto)biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica”**, Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2018, p.25), trabalha a questão das *“narrativas de si/narrativa do outro como um movimento constituinte do sujeito da narrativa (auto)biográfica: sujeito constituindo-se na alteridade visceral do si: o si mesmo como outro”* (idem, p.25). Neste artigo, no último subtítulo *“significações do narrar de si/narrar do outro no diálogo (auto)biográfico – uma aventura epistemo-empírica”*, ela recupera o conceito da Compreensão Cênica, do circuito narrativo e acrescenta, citando Paul Ricoeur, algumas contribuições das reflexões do filósofo, com vistas a elaboração, pelo pesquisador, do texto/relatório tanto da pesquisa de História de Vida, como Pesquisa Formação, ou Ateliê de Projeto. Nesse caminho, pretendo avançar, com algumas contribuições reflexivas/constitutivas dessa dimensão.

Presente, por outro lado, um dado de realidade que, também, vem me alertando para a necessidade de aprofundar reflexões na construção do texto/relatório. Elas nascem da minha participação, como observador, leitor e pesquisador em seminários e webnários. Essas experiências têm me levado a perceber que surgem características específicas emergentes da prática dos redatores quando elaboram textos/relatórios de pesquisas originadas em Histórias de vida.

Uma dessas características, talvez a que mais se evidencie ao ler os textos/relatórios produzidos é a utilização dos recursos de figuras semânticas¹ e de figuras de pensamento². Suspeito que, essa estratégia tem o propósito de se afastar da possibilidade estéril de apenas reproduzir uma história, mas de poder, com isso, provocar alguma reflexão, no outro, a partir da experiência de pesquisa que tiveram. Esta estratégia é exposta espontaneamente pelos pesquisadores quando justificam o uso de imagens, textos mitológicos, poemas, letras de música e outros, para completar e dar sentido a seus textos. Esta forma de expressão não é reprovável, muito pelo contrário, ela enriquece os textos com texturas interessantes conferindo a eles colorido e encanto. Eu também me arrisco nestas aventuras. No entanto, nem sempre em meios acadêmicos mais conservadores uma estratégia como essa de redação é bem recebida como “alguma coisa científica”.

É, justamente, no enfrentamento dessa questão que pretendo refletir nesse texto.

Entretanto, antes de avançar preciso enfrentar de imediato um conceito que é preliminar. Trata-se de refletir sobre o que é um historiador no âmbito do ambiente epistemológico do Paradigma Biográfico.

Acredito que quando nos vem à mente o significado da palavra ‘historiador’ emerge um conceito que aprendemos na escola básica, a de que o historiador é aquele profissional que toma sob seu encargo o estudo da História como fatos e acontecimentos do passado, alguns deles fazendo um relato plano desses acontecimentos que podem ter, dentre outros, fatos de caráter econômico, cultural, ambiental,

¹ Entre as Figuras Semânticas mais utilizadas estão: a Metáfora, Comparação, Analogia, Metonímia, Eufemismo, Alegoria e simbologia; entre as figuras de pensamento a Antítese.

² Figuras de pensamento: Personificação ou Prosopopeia.

biológico, ideológico e outros de diferentes circunstâncias da vida e vivência do ser humano.

Além desse modelo de historiador existe outro, que apõem análises e reflexões sobre os impactos e a relevância desses acontecimentos do passado que impactam o presente da sociedade.

Inicialmente, pretendo rejeitar essas duas definições, pois não entendo que elas possam ter significações no âmbito da Pesquisa de História de Vida. Por isso, desejo construir uma compreensão alternativa adequada à essa metodologia. Nessa perspectiva, o objetivo é entregar para os pesquisadores, que utilizam essa metodologia, um referencial para se sentirem mais cômodos para expressar as narrativas das Histórias de Vida, sem o crivo, nem o receio de estarem precisando justificar sua validade científica. Tenho a convicção que um referencial, por modesto que seja, irá ajudar em muito todos os que tiverem a tarefa de escrever um texto-relatório.

Ao trabalhar com História de Vida, Maria Helena, no artigo citado no início, nos apresenta as pistas para definir o historiador que se dedica a trabalhar com esta metodologia, diz ela que as: *“narrativas de si/narrativa do outro [são] como um movimento constituinte do sujeito da narrativa (auto)biográfica: sujeito constituindo-se na alteridade visceral do si: o si mesmo como outro”* (idem, p.25). Portanto, o sujeito narrador está visceralmente envolvido na Alteridade, tecitura essa que se expressa por meio de uma complexidade que precisamos compreender e debulhar.

Entendo que existe duas situações diferentes para tratar a compreensão dessa complexidade. De um lado temos o caso da autobiografia, entendida como uma narrativa de si mesmo, neste caso, o próprio narrador é o historiador que remete sua narrativa para um outro, que é o leitor.

Mas, existe, uma segunda situação que é quando o pesquisador narra a história do outro. Nesse caso, o primeiro grande cuidado é com o princípio da Alteridade, com a preocupação com o que é diferente e genuíno no outro.

Portanto, uma situação é, eu mesmo contar a minha história, por outro é ouvir e narrar a história do outro. O que é evidente, por isso mesmo, é que, nas duas situações as histórias são dirigidas para um outro (um leitor). Pode-se, também, acrescentar que não haverá texto, embora escrito, não haverá história se residente apenas na memória. Tudo isso só existirá, caso este material for expresso, lido e interpretado por um leitor.

Aqui, nessa confluência acontece o trabalho do historiador-pesquisador, que fica entre o conteúdo da história, da palavra dada, do narrador e sua subjetividade mnemônica e o leitor, que receberá esse conteúdo para interpretar e assimilar cognitivamente e subjetivamente. Todos estes elementos encadeados, que constituem as Histórias de Vidas, acabam nas mãos do historiador-pesquisador, que também é sujeito, registre-se para constar, à interpretação e subjetividade.

Esses indícios me levam a compreender que o pesquisador que lida com História de Vida, ao produzir o texto-relatório, alcança uma condição de narrador-historiador, isso o leva para dentro da complexidade: história-narrador (alteridade)-texto-interpretação do leitor. Essa poderia ser, de antemão, a chave para compreender a condição de narrador-historiador no Paradigma Biográfico.

Além, da complexidade apresentada, circunscritas no âmbito do princípio da Alteridade, o narrador-historiador encontra um outro desafio, que é enfrentar a dimensão do tratamento em primeira e terceira pessoa no texto.

No livro “O si-mesmo como outro” Ricoeur na construção do seu raciocínio filosófico lança mão de dois recursos. No primeiro, ele imprime um estilo textual fundado no diálogo, ou com suas próprias obras, ou com as obras de outros pensadores, contemporâneos até os clássicos da antiguidade. Em segundo lugar é importante anotar o fato que ele faz um esforço em não privilegiar, no discurso narrativo, a primeira pessoa ‘eu’, mas o outro, isto é, ‘ele’. Essa é uma sutileza do texto dele e, com extraordinária habilidade, ele se revela um profícuo filósofo e, também, um hábil construtor de texto, com essa intencionalidade.

Espelhado nisso o narrador-historiador, ao produzir o texto de uma História de Vida, tem a sua frente o desafio de relatar as experiências das Histórias colhidas externando nos textos que produz, um cuidado redacional sob todas as possibilidades que tiver, de privilegiar a presença do outro no texto.

Portanto, com base nisso podemos compreender que o texto-relatório privilegiará a condição dialógica entre a palavra dada-o texto-relatório-o narrador-pesquisador (toda essa cadeia de produtores e produtos de sentido sujeitos a subjetividade) dirigidos a um leitor que acomodará subjetivamente o conteúdo complexo da História de Vida.

Dessa maneira, as narrativas (auto)biográficas tanto as narrativas de si, como as narrativas do outro/dos outros, são narrativas que se reportam ao si ou ao si mesmo como outro; todas elas têm o mesmo apelo, o que muda é a perspectiva de ponto de narração e de recepção do leitor, mas a narrativa é a mesma. Reconheço nisso a condição de narrador implicado, isto é, ele é um narrador que não tem as características do narrador testemunha, mas as características de um narrador implicado, porque narra sob o cuidado de ser coerente com a Alteridade.

A marca distintiva que caracteriza e diferencia os tipos de historiadores é o que (Ricoeur, 2010, p. 273) denomina de *voz narrativa*. Quando existe a preocupação, por parte do historiador implicado, em trabalhar com a voz narrativa, isto é, considerar a Alteridade do outro, quem escreve, assume um compromisso e o direito implícito, “*de descrever o interior das almas, que, na dita vida real, só é definido com grande esforço; esse direito faz parte do pacto de confiança*” (Idem, p. 273) que se estabelece entre o pesquisador, que terá a tarefa de narrar posteriormente, e o narrador que deu sua palavra.

Portanto, o narrador-historiador implicado que produz os textos-relatórios, originados em Pesquisa de História de Vida, comprometido com essas condições, tem uma diferenciação própria que o caracteriza e diferencia das conceituações de historiador como visto antes. Para consolidar um pouco mais essas diferenciações questiono: o que mais pode diferenciar o narrador-historiador de um historiador?

Que condições diferenciam o narrador-historiador dos outros? A primeira condição que consigo vislumbrar é o fato dele ter que atender a complexidade história-narrador (alteridade)-texto-interpretação, porque nesse caso ele não pode contar a história de modo plano, nem fazer co-relações de caráter instrumental que aproximam o fato histórico de uma realidade presente, ou vivencial, o que é muito diferente de contextualizar no tempo e no espaço a narrativa mnemônica.

O narrador-historiador terá que prestar atenção na Alteridade e produzir um texto com a História de Vida para um leitor, do contrário ele não construirá uma “*narrativa de si mesmo como outro*”, como nos ensina Maria Helena.

A outra condição de diferenciação é a *voz narrativa*, conhecida na ciência da Literatura como **Narratologia**, que trata da articulação do

narrador quanto ao seu ponto de vista. Ele deverá estar atento para essa complexidade do discurso narrativo. Não é possível expressar as Histórias de Vida sem o cuidado entre o si mesmo, e o si mesmo como outro pelo uso da primeira pessoa 'eu' e da terceira pessoa 'ele', como um narrador implicado (observador-onisciente); aqui temos a questão do ponto de vista.

Para adentrar nessa dimensão me socorri de um interessante esclarecimento da Teoria Literária. Esse aporte me permite enfrentar o problema da complexidade narrativa do si-mesmo e o si-mesmo como outro pela compreensão de um narrador implicado e da maneira que isso pode ser expresso num texto-relatório, pois a escrita de uma História de Vida se faz por representação verbal.

Nesse ponto é preciso fazer uma distinção importante, ainda não tratada nestas reflexões, para prosseguir; se por um lado já vencemos a questão do narrador-pesquisador no âmbito das Histórias de Vida, agora vem ao caso a oportunidade de tratar da questão da narração de uma história de si ou do outro e, quais alternativas existem, como opções, para fazer essa narração. O marcante nesse caso é que, aquele que conta uma história está fadado ao relato mnemônico.

O fenômeno mnemônico, faz dele também um personagem, um operador e produtor de narrativa. Nesse caso, sua narrativa, só poderá ser feita na primeira pessoa, porque não podemos conceber que alguém conte de si na terceira pessoa. Mesmo que a narração seja de uma situação exterior ao sujeito que narra, ou mesmo a lembrança de outra pessoa, ele o fará como testemunha na primeira pessoa.

Não existe a possibilidade de escrever, mesmo considerando uma narrativa do gênero fantástico, sobretudo sob a hipótese de um relato mnemônico ocorrer em terceira pessoa. Evidentemente que, no texto-

relatório prevalentemente, quando for necessário o relato da palavra dada o registro será feito em primeira pessoa.

Nesse particular, muitos autores de romances contemporâneos têm utilizado alguns recursos, como: memórias, cartas, poesias e outros recursos narrativos, que se encaixam nas amplitudes criativas dos escritores, que rompem com os modelos de Flaubert em *Madame Bovary*, ou de Kafka em *Metamorfose*. Estas alternativas visam encontrar maior expressividade para chegar aos leitores composições com novas texturas narratológicas.

Na abrangência das Histórias de Vida, de maneira geral, o desafio é compor narrativas de si e do outro sob a égide da Alteridade de si e, encaixando as narrativas de outros personagens.

Para compreender essa mecânica narrativa, fui em busca de autores que trabalhavam esse tipo de questão. Encontrei alguns elementos que me ajudaram na construção de uma possibilidade reflexiva para compreender a complexidade dessas questões narrativas em Franz Karl Stanzel (1984) na obra “*Theory of narrative*”³.

Ele enfrentou em sua tese de doutoramento na *Cambridge University*, um fato que percebia na “narratologia” das obras literárias contemporâneas. Observava a utilização de estratégias, como a de inserir Histórias e Relatos de vida no contexto das intrigas que criavam. Percebia, ainda, que a inserção destes textos de histórias ou relatos de vida, eram feitos oscilando entre a terceira pessoa e primeira pessoa. Por isso, a tese que sustentou propunha uma nova possibilidade de caracterizar esse tipo de narrativa, que ele denominou como narrativa mediadora (porque essas narrações ficavam entre a primeira e a terceira pessoa), realizada por meio de um *personagem caixa* (narrador neutro).

³ Encontrei essa obra na *Nacional Library of Australia*, disponível em forma digital pelo Google livros

De fato, reparando atentamente a produção dos escritores contemporâneos é perceptível a utilização de instâncias narrativas mediadoras, (como disse anteriormente para oferecer maior plasticidade ao texto), em alguns casos isso fica tão evidente que surgem até planos de linguagem discursiva sob realidades não verbal, como por exemplo, evocação comparativa com obras de arte, fotografia, e outras linguagens que não somente as escritas, criando uma realidade virtual, pois os recursos das imagens carregam uma capacidade simbólica, figurando realidades e significados que podem ir além das narrativas textuais.

Estou tratando da Narratologia quanto ao ponto de vista do narrador, especialmente aqui do narrador-pesquisador ao escrever uma História de Vida. Seguindo nessa trilha, Stanzel (1984) aponta três pontos de vista do narrador. A primeira é a *narrativa autoral* que é a tradicional posição do narrador que emite opiniões, faz comentários, emite julgamentos, externa e defende valores éticos e morais. Essa é uma possibilidade da voz do narrador da palavra dada.

Em segundo lugar, Stanzel (1984) nos aponta para o narrador em primeira pessoa que atua como um narrador autoral, ele narra vivências e experiências coletivas ou pessoal, sob o seu ponto de vista. É o caso de um narrador que conta, por exemplo, como um participante das manifestações do movimento “vidas negras importam”. Nessa circunstância, o seu ponto de vista é limitado, porque ele só pode referir a sua experiência testemunhando os fatos que viveu, pois o movimento e as manifestações foram muito maiores do que a sua eventual participação.

A terceira possibilidade de voz narrativa é quando o narrador utiliza figurações ou metáforas (como figura semântica e/ou figuras de pensamento e acrescento, como recurso expressivo, como fotografias, poesias, e outros), nesse caso, cria-se muitas outras possibilidade de

leitura, como consequência. É nessa dimensão que o narrador-historiador “encaixa” narrativas numa posição neutra, isto é, ele poderá usar indistintamente primeira ou terceira pessoa porque, nesse caso a voz narrativa não está na pessoa, mas numa figuração ou no emprego de “metáforas”.

Com essa possibilidade teórica ele levantou um ponto interessante para nós, que trabalhamos com Histórias de Vidas. A posição teórica sustentada por Stanzel(1984) abre um caminho alternativo para a criação de textos científicos “encaixando” a terceira possibilidade da voz narrativa. No caso das Histórias de Vida, para além dessas posições conceituais, contamos com o fato de que sempre haverá um sujeito que narra antes, o que nos leva a concluir com Stanzel(Idem) que temos aqui uma possibilidade que se impõe alternativa. Entretanto, não podemos esquecer o fato que estamos frente a situação, na qual, o narrador-historiador está condicionado ao relato do narrador implicado.

Com isso presente, podemos então, fazer uma aventura epistemológica considerando que, é preciso admitir o rompimento de limites conceituais, sem contestá-los, porque não é o caso, mas de agregar outras compreensões para compor meios expressivos para as narrativas das Histórias de Vida, pois esses recursos que vem sendo agregados aos textos-relatórios são requisitos que estão se impondo, uma vez que a prática metodológica das Histórias de Vida é emergente e estamos construindo sua epistemologia a partir dos fenômenos que vamos percebendo.

A título de exemplificação e contextualizar a necessidade de rompimento com alguns limites conceituais, podemos tomar dois romances, para sustentar a tese do narrador neutro, ou narrador caixa. Um é o romance “Trem noturno para Lisboa” e, o outro, “As memórias de Underground”.

Pascal Mercier autor de “Trem noturno para Lisboa”. Compõe uma narrativa que alterna textos em terceira pessoa e de primeira e de narrador neutro na mesma intriga. O personagem Raimundo Gregorius ao encontrar um livro de Amadeu do Prado, (um filósofo criado por Mercier do tempo da ditadura salazarista que tinha muitos livros com textos produzidos e publicados), mobiliza Gregorius, um suíço professor de línguas. Com o livro do filósofo na mão, Gregorius resolve viajar para Lisboa e lá recuperar a memória de tantos quantos fizeram parte da resistência à ditadura Salazarista. Com algumas pistas pode encontrar, ainda vivo, um personagem real, internado numa casa geriátrica, que conta para Gregorius suas memórias com detalhes descritivo de lugares, pessoas e situações vividas. No final Gregorius retorna para a Suíça com a vida ressignificada.

Já o filósofo Roger Scruton, autor de “As memórias de Underground” que foi um ativista cultural inglês que durante a Guerra Fria se infiltrava por trás da cortina de ferro em países do leste, contrabandeando livros e fundando Universidades subterrâneas para levar aquilo que a ditadura soviética oprimia, principalmente sobre os jovens, sonhando deles o conhecimento da cultura universal, nos anos anteriores à queda do regime. Scruton, para contar as suas próprias memórias dessas aventuras, cria um personagem que dá o nome de Jan Reichl, um jovem proscrito de todas as oportunidades, porque seu pai fora considerado criminoso por ler e discutir literatura clássica nos subterrâneos de Praga no período ditatorial. A mãe de Reich, rebaixada a uma simples faxineira de uma fábrica de papel, ela que fora uma grande conhecedora de literatura, juntava aparas das sobras de papel e nelas imprimia e distribuía as histórias que Reichl escrevia dentro do metrô. Segundo o jovem o metrô era um dos únicos locais onde não era

vigiado. Para compor suas histórias, permanecia no trem até que parava no final da noite.

Scruton consegue contar por meio desse narrador neutro as histórias de Reichl para falar da opressão, da angústia de viver sob a égide do medo, da censura e da perseguição, por meio de comoventes narrativas de resistência, revelando suas próprias experiências quando excursionava pelo underground nos países do Leste fazendo seu ativismo cultural. O tom sombrio e aterrador que envolvem as narrativas de primeira, terceira pessoa e do narrador neutro transmite a realidade quando o poder político oprime e sufoca os cidadãos.

Na construção das intrigas Reichl conhece Betka e com ela aprende a experiência do amor, uma experiência de beleza e intensidade que marcou sua vida.

Este romance, que Scruton escreveu em 2012, registra as memórias da maior aventura de sua vida; pois em 2020 ele nos deixa. Entretanto, memórias do maior feito de sua existência ele narrou em primeira, terceira pessoa e por um narrador neutro que são as histórias escritas por Reichl.

Essas duas experiências servem para firmar a convicção que, as Histórias de Vida necessitam de cuidados narrativos especiais, pois ficam nas bordas dos limites de padrões acadêmicos, e, que para além deles, precisa lançar mão, a fim de poder expressar integralmente os relatos, as histórias e as vivências de pessoas.

A narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a rede conceitual da ação. Acrescenta ela aspectos discursivos que a distinguem de uma simples sequência de frases de ação. Esses aspectos já não pertencem à rede conceitual da semântica da ação. São aspectos sintáticos, cuja função é gerar a composição das modalidades de discursos dignos de serem chamados narrativos, quer se trate de narrativa histórica ou de narrativa de ficção (Ricoeur, 2010, p. 99).

Portanto, entendo que para compreender a diferenciação da voz narrativa e a articulação do narrador quanto ao seu ponto de vista, especialmente quando o narrador se encontra entre o si mesmo, e o si mesmo como outro pelo uso da primeira pessoa ‘eu’ e da terceira pessoa ‘ele’, existe a alternativa de trabalhar com o narrador caixa, que pode ser o próprio texto da palavra dada.

“Dizer si, não é dizer eu. O eu se põe - ou é disposto. O si é implicado a título reflexivo em operações cuja análise precede o retorno para ele mesmo. Nessa dialética entre análise e reflexão enxerta-se a dialética entre o ipse e o idem. Por fim, a dialética entre o mesmo e outro coroa as duas primeiras dialéticas” (Rocoeur, 2014, p. XXXIII).

E, por fim, a última marca distintiva do narrador-historiador é o fato de estabelecer permanente e constantemente um diálogo entre as histórias narradas, o interior das almas, e a vida real. É preciso estabelecer um critério para que esse diálogo possa superar a simples anotação de relato plano das Histórias de vida, mas que ele esteja a disposição da palavra dada a provocar outras representações e reflexões quando o leitor ler e fazer a interpretação cognitiva do relatado.

Enfim, com essas três possibilidades distintivas, apresentadas de modo mais sucinto ao exposto abre-se uma possibilidade de compreender o lugar do narrador-historiador na ambiência do Paradigma Biográfico.

Vencida, pelo menos por hora, deixando, ainda aberta, e sujeita de outras possibilidades reflexivas acerca da questão do narrador-historiador, que considero de fundo, sigo adiante nas proposições deste texto.

Reputo, como interessante destacar a grande evolução que sofreram as Ciências Sociais, sobretudo no emprego e desenvolvimento das pesquisas que utilizam a metodologia das Histórias de Vida, da

Pesquisa Formação e dos Ateliês de Projetos; basta recorrer nada menos que as onze edições do Congresso Internacional de Pesquisa Autobiográfica, que tem todos os anais publicados para aferir isso. Penso que uma boa contribuição, nesse momento em que muitos aspectos metodológicos e epistemológicos já foram vencidos, seja tratar, por conveniente, da construção do texto-relatório das investigações.

Ainda, é importante assinalar que estas produções textuais precisam romper com vários cânones da ciência estabelecida, mas sem com isso perder a cientificidade. Esse fato parte da constatação de narrar sua própria biografia ou de narrar a História de Vida de outrem. Esse exercício simples nos leva a compreensão de que esse tipo de narrativa rompe com certos padrões tidos como estruturantes para artigos científicos e trabalhos acadêmicos dessa modalidade de texto-relatório.

Ainda quero agregar outro argumento que tem origem no citado acima. Uma vez vencidos, sobretudo os aspectos apresentados no ponto anterior, encontramos na obra de Paul Ricoeur, que citarei logo a seguir neste artigo, excelentes aportes teóricos de caráter e de reflexão científica e filosófica que nos ajudam a fazer algumas reflexões e avançar no aspecto proposto: o de aportar características mais coerentes nas metodologias citadas, especificamente na produção de textos-relatórios.

Ainda, encontro a possibilidade de ter presente que hoje já podemos tratar o conjunto de metodologia e epistemologia da História de Vida, a Pesquisa Formação e os Ateliês de Projeto, como o Paradigma Biográfico conforme concepção de Marie Cristine Josso (2020).

Portanto, alavancados pelo artigo de Maria Helena, citado logo no início, a pretensão é trazer para o centro desta reflexão três proposições ricoeurianas, que possibilitam aportes e reflexões para a construção de

textos-relatórios, que expressem com melhor qualidade e tranquilidade aos narradores-historiadores, quando estiverem imbuídos da tarefa de escrever textos-relatórios destas metodologias de pesquisa. São eles:

- 1) adentrar na questão do Ser no mundo. Toda História de Vida ou relato de Pesquisa Formação ou de Ateliê de projetos tem origem na interação das, e, com as pessoas por meio de suas vidas e, vivências na construção de seus mundos;
- 2) tratar da questão da *Representância* como uma categoria que é a “*redução ao mesmo e reconhecimento da alteridade*”;
- 3) enfrentar a questão que se impõe: em que medida a História de Vida, os Relatos de Pesquisa Formação e Ateliês de Projetos, são história narradas pela palavra dada ou uma ficção por que passou pelo crivo da subjetividade do narrador-historiador?

Por isso, considerando o perfil qualitativo e transdisciplinar do Paradigma Biográfico, a Hermenêutica fenomenológica é assumida como uma postura para entender e expressar a minha percepção acerca das três questões suscitadas, como situações problema e marco para auxiliar os narradores-historiadores desafiados a escrever sobre essas realidades.

HISTÓRIAS DE VIDA A FENOMENALIDADE DO MUNDO INTERIOR

Parece inequívoco que os textos-relatório que envolvem pesquisas de História de Vida, Pesquisa Formação e Ateliês de Projeto giram em torno de pessoas, de suas reações, emoções, sentimentos e forma de pensar. Refletir fenomenicamente a construção desses relatos nos remete para a prática de algo muito sensível que é o mundo interior das pessoas.

“a fenomenalidade do mundo interior é em primeiro lugar alinhar este último com o mundo chamado de exterior, cuja fenomenalidade não significa de modo algum, objetividade em sentido kantiano, mas precisamente “arranjo, simplificação,

esquemática, interpretação”; para compreender esse ponto, é preciso ter em mente o ataque contra o positivismo; enquanto esse diz ‘só há fatos’, Nietzsche diz: o que não há são fatos, mas apenas interpretações” (Ricoeur, 2014, p. XXIX).

Embora seja óbvio, com clareza Ricoeur nos aproxima do que está na base para construir/elaborar um texto-relatório; para tanto precisamos romper com a posição positivista e compreender que não lidamos com *fatos* ‘objetivos’ (objetivo aqui tomado como algo aferível, constatado e comprovado) mas com interpretações, encontraremos sempre versões mnemônicas, que se constituirão em material para construir a nossa narrativa científica.

Não há como negar que o recurso que temos nas mãos para trabalhar não é originado em informações específicas em algum esquema estatístico, ou mesmo na narrativa de um observador fixado na cena pesquisada, nem mesmo em respostas a questões formuladas pelo investigador, mas na palavra dada da pessoa que conta a história sob sua ótica e, ressaltado, pela sua ótica fenomenológica. Nesse caso *“importa abordar a descrição dos fenômenos mnemônicos do ponto de vista das **capacidades** das quais eles constituem a efetuação “bem-sucedida”. Para tanto,(...) os fenômenos que, num discurso comum o discurso da vida cotidiana, são atribuídos a memória” (Ricoeur, 2007, p. 40).*

Este posicionamento é muito importante nos registros de material biográfico, porque ele tem uma espécie de limite da capacidade de quem relata em ser o mais fiel possível aos acontecimentos narrados. É possível, ainda, como nos aponta Ricoeur (Idem, p 40) que embora todos os nossos esforços em ser o mais fiel possível à realidade mnemônica, podem concorrer episódios de *sombras* que não devem ser tomados como deficiências patológicas ou disfunção da memória que, segundo o autor, devemos tomá-las como *“uma ligação ao que se passou antes que o transformássemos em memória”*.

Nesse sentido, episódios muito marcantes da história da pessoa podem estar tão vivos e resistentes que eles precedem à própria memória. Entretanto, apesar de todas essas possibilidades, “*não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela*” (Idem, p. 40).

Por outro lado, não podemos prescindir do fato de que nossa memória é fragmentada, portanto, quando a recuperamos fenomenicamente a primeira instância mobilizada é a lembrança para falar de coisas passadas. Em razão disso, uma habilidade secundária que o pesquisador que utiliza Histórias de vida, precisa desenvolver, é a habilidade de ajudar, quem conta sua história, a desfragmentar essas lembranças e registrar memórias capazes de superar aquilo que estava separado em partes, pois a memória uma vez fragmentada, não permitirá que o fenômeno se mostre em sua integralidade.

Para Ricoeur (2014) o mundo interior não é somente o fenômeno da memória, mas entende que, ao:

Assumir a fenomenalidade do mundo interior é também alinhar a conexão da experiência íntima à ‘casualidade’ externa, que é também uma ilusão que dissimula o jogo das forças sobre o artifício da ordem. É também postular uma unidade completamente arbitrária, ficção chamada de ‘pensar’, separada da exuberante multiplicidade dos instintos. É, por fim, imaginar um ‘substrato de sujeito’ no qual os atos de pensamento teriam origem” (p. XXIX).

Outro aspecto que preciso destacar, ainda no campo do tema do ser no mundo, e que não se pode descurar é o fato de os seres no mundo serem seres no tempo. Importante considerar o tempo como totalidade, pois isso nos ajuda a manter relações de totalidade o que, de alguma maneira nos possibilita romper com a fragmentação na redação dos textos-relatórios.

Esse cuidado é relevante, porque nós expressamos no presente, sobre um passado, diante do horizonte do futuro, com a pretensão que a narração tenha duas dimensões para o leitor: a recuperação de aspectos mnemônicos e uma saturação cognitiva de cada leitor que o permita, com a história presente, o auxiliar a tomar decisões e procedimentos no tempo vindouro. Embora o passado, o presente e o futuro sejam unidades estáticas de tempo, “*eles hierarquizam os níveis de temporalização e exige denominações distintas: temporalidade, historialidade, intratemporalidade*” (Ricoeur, 2010, p. 107).

Entretanto, para que esses traços estejam presentes nas narrativas e os seres que são historicizados possam ser integrais ou ser-um-todo, porque o ser só se expressa no tempo, precisamos estar atentos para alguns aspectos, dentre eles:

a) que os aspectos mnemônicos estão sujeitos à relação da questão de ser, e que ser se expressa no mundo; b) nos aspectos mnemônicos relativos ao tempo concorrem aspectos cognitivos, volitivos e emocionais; c) recapitula posições existenciais da forma como esse ser no mundo se projetou (nesse aspectos pode-se encontrar ressentimentos, mágoas, revisão de fatos do passado que impregnaram a existência do sujeito que narra, frente a isso pouco podemos fazer a não ser registrar a dor ou a mágoa e orientá-lo conduzindo-o para ajuda) e, d) construir por essas existencialidades um “ser-integral” introduzindo-o na temporalidade (Idem, p.107).

Em função destes aspectos apontados, todos eles de caráter fenomenológicos do mundo interior, tomados em seu conjunto, eles expressam o primeiro cuidado que devemos ter ao nos colocar como redatores de textos, acadêmicos ou de ordem de divulgação científica, organizados a partir de Histórias e Vida de outros meios de pesquisa que se valem de narrações orais, ou não, das pessoas que nos interessam ‘biografar’.

Frente a essas questões relativas ao mundo interior, que ao cabo é a matéria primeira das Histórias de Vida, podemos acertar que os textos-relatórios originados nesta metodologia não são possíveis, em si, em enquadres mais prefigurativos nas formalidades redacionais que constatamos nos modelos acadêmicos tradicionais.

REPRESENTÂNCIA: “REDUÇÃO AO MESMO E RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE”

A recuperação e destaque para o conceito da representância adquire nesta construção um significado proeminente.

Se na parte anterior estava presente a questão do mundo interior de quem conta a história, agora o foco é o “*o enigma da preteridade [que] é simplesmente deslocado do acontecimento relatado para o testemunho que o relata. (...) A preteridade de uma observação no passado não é observável, mas sim memorável*” (Idem, p. 267). Consideremos isso no Círculo Comunicativo.

Tendo presente o Círculo Comunicativo nele identificamos três elementos centrais num conjunto de fatores que compõem o fenômeno da comunicação. O emissor, que tem na origem uma intencionalidade de comunicar; a mensagem e o código com o qual a mensagem é expressa; e, o terceiro que é o leitor, aquele que decodifica, e interpreta a mensagem. Temos, ainda, que acrescentar, no caso das Histórias de Vida, a memória pretérita, que não é simplesmente a mensagem, porque a memória pretérita está antes da mensagem, ela preexiste no mundo interno do narrador, cabendo ao narrador-historiador trazê-la à tona e proceder sua redescrição. Nesse sentido:

A noção de representância ou de locotenência, significando com isso que as construções da história têm a ambição de ser reconstruções que respondem à exigência de um vis-à-vis. Além disso, entre a função de representância e o vis-

à-vis que é seu correlato, discernimos uma relação de dívida, que coloca os homens do presente ante a tarefa de restituir aos homens do passado” (Idem, p. 268).

Portanto, se antes a reflexão procurava o emissor, com a fenomenalidade do seu mundo interior, agora é a vez de refletir sobre a representância, para chegar ao mundo do texto narrado como história. Nesse particular, quem narra uma história é o historiador. Como vencemos no início já podemos falar de narrador-historiador.

Nessa altura é preciso enfrentar a questão da “*realidade*” e da “*irrealidade*”. É ingênuo pensar, de acordo como pensa Ricoeur (Idem.p. 268) que não existe uma simetria entre realidade e irrealidade e a função de ficção do texto, mas de representância, porque

“a função de representância tem seu paralelo na função de ficção, que pode ser dita indivisamente revelante e transformante no tocante à prática cotidiana; revelante, no sentido que explica os aspectos dissimulados, mas já desenhados no âmago da experiência prática; transformante, no sentido de que uma vida assim examinada é uma vida mudada uma vida outra” (idem p. 268).

Por esta posição epistemológica compreendemos que a função de representância não tem o mesmo registro de uma história ficcional criada por um escritor. Os conhecimentos do passado, pelo registro mnemônico, não configuram, nem pressionam a revisão do conceito de irrealidade, porque nas Histórias de Vida os fatos são reais e residem na memória do narrador, e isso não pode ser comparado com ficção.

Nas narrativas literárias ficcionais, as histórias são irreais, em que pese compreendermos que irrealidade venha a ser algo imaginado na intriga criada pelo escritor. Por exemplo, o cenário onde acontece a história de um romance ou de um conto, embora possa remeter a lembrança do leitor a um cenário real, nunca o narrado será aquele cenário rememorado no leitor, porque na obra literária o escritor pode

compor as intrigas, os cenários de acordo com sua originalidade criativa e, sobretudo por sua intencionalidade narrativa.

Nas Histórias de Vida, no entanto, não podemos contar com essa licença, porque a história não é ‘inventada’ mas é real e reside na memória do narrador. Aqui temos, exatamente o conceito de Representância, entendida como redução ao mesmo e reconhecimento da Alteridade.

O círculo narrativo só consegue ser completado quando o leitor lê e interpreta o texto da história na obra literária a isso chamamos de “*significância*”. Nas Histórias de Vida temos a “*representância*”⁴ que é a memória redescrita. Nesse caso, o mundo do texto

marca a abertura do texto para o seu ‘fora’, para o seu ‘outro’, na medida em que o mundo do texto constitui com relação a estrutura ‘interna’ do texto uma intenção absolutamente original (Idem, p. 269).

Nas Histórias de Vida, não há o reconhecimento isolado da leitura do texto, mas um cuidado com a transcendência na imanência mnemônica. O estatuto ontológico das narrativas das Histórias de Vida, permanecem em suspenso em relação a um leitor, mas excessivamente presente em relação à palavra dada pelo narrador. Nesse caso, será a representância que configurará o percurso significativo e não unicamente a interpretação do leitor.

Nesse ponto, devemos reconhecer que a forma de narrar precisa ser suficientemente livre, para trazer ao texto a maior quantidade possível de indícios que construa a representância e, com isso, aproximar, o quanto possível do Círculo Comunicativo Narrativo das Histórias de Vida do qual fazem parte: o mundo do texto, o mundo do narrador-historiador, o mundo do narrador e o mundo do leitor.

⁴ OS termos: SIGNIFICÂNCIA E REPRESENTÂNCIA são de Paul Ricoeur na obra Tempo e Narrativa vol 3

Três momentos devem, a partir daí, ser considerados, (...): 1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) a inscrição desta estratégia na configuração literária; 3) a resposta do leitor considerado quer como sujeito que lê, quer como público receptor (Idem, p 271)

Esta posição tripartite define bem o que chamo de intencionalidade do narrador-historiador, quando enfrenta a construção do texto-relatório. Antes, porém, é preciso esclarecer, para quem trabalha com Histórias de Vida, que a memória precede qualquer outro elemento do Círculo Comunicativo. Posto isso, o primeiro movimento prático do narrador-historiador, é justamente, arquitetar a forma que traduzirá no texto, as memórias colhidas. Nesse momento suas preocupações são: o que pode motivar o leitor a junto com ele recuperar a memória construindo a representância e a Alteridade?

Em outra operação de pensamento, procurar a estratégia e qual configuração literária o texto deverá ter, para ser coerente com as memórias e para construir a representância. E por fim, objetivar uma linguagem tal, que propicie ao leitor a construção da representância.

Com essas questões nossa reflexão nos leva para outro lugar, se, na representância, estávamos preocupados com redução ao mesmo e reconhecimento da Alteridade, agora temos pela frente o texto, que é alguma coisa bem concreta, mas que faz parte desse constructo.

O RELATO DAS HISTÓRIAS DE VIDA E A TEXTUALIDADE

Para tratar da compreensão da textualidade, que é diferente do que um texto, iniciemos com esta citação de Ricoeur, em Tempo e Narrativa, volume 1, na qual ele dá o primeiro toque nesta direção. Referindo a Poética de Aristóteles, como um termo genérico para textos narrativos, diz ele

A poética, é assim identificada, sem maiores formalidades, à arte de “compor intrigas”. A mesma marca deve ser conservada na tradução de mimesis: quer se

diga imitação ou representação, o que se deve entender é atividade mimética, o processo ativo de imitar onde representar. Portanto, deve-se entender imitação ou representação em seu sentido dinâmico de composição da representação, de transposição em obras representativas (Ricoeur, 2010, p.59).

O intento é construir uma concepção para textualidade. A composição das intrigas é construída pela *mimesis*, segundo o que lemos da citação de Ricoeur; essas *mimesis* podem ser de imitação ou de representação. Portanto, quero depreender disso que, quando tenho em referência um projeto de redação textual no âmbito das Histórias de Vida, devemos estar, muito mais afeitos, às dinâmicas de construção da textualidade, e muito menos para tratar de técnicas de redação.

As técnicas de redação têm caráter instrumental e se definem por aplicações, por vezes mecânicas, de estratégias de emprego de figuras de linguagem e de pensamento, além de técnicas de tópico frasal e outras afins. Quando enfrento a questão da textualidade, quero estar bem distante desse tipo de racionalidade, mas de trabalhar a textualidade que compreende o complexo narrativo das Histórias de Vida. O passo aqui é

Defender o primado da compreensão narrativa seja com relação à explicação (sociológica ou outra) em historiografia, seja com relação à explicação (estruturalista ou outra) na narrativa de ficção, defenderei o primado da atividade produtiva de intrigas com relação a qualquer espécie de estruturas estáticas, de paradigmas acrônicos, de invariantes temporais (Idem, p. 60).

Nesse caso, a textualidade está no âmbito das características que precedem a própria elaboração frasal do texto-relatório (frases e parágrafos). Para quem trabalha com Histórias de Vida, uma preocupação que precede qualquer procedimento redacional é textualidade comprometida com a palavra dada e o plano mnemônico.

O momento do despertar, tão magnificamente descrito por Proust no início de “Em busca do tempo perdido”, é particularmente propício ao retorno das coisas e

dos seres ao lugar que a vigília lhe atribuía no espaço e no tempo. O momento da recordação é então o do reconhecimento. Esse momento, por sua vez, pode percorrer todos os graus de rememoração tácita à memória declarativa, mais uma vez pronta para a narração (Ricoeur, 2007, p. 57).

Após a preocupação com a recuperação mnemônica expressa pela palavra dada, a seguinte preocupação com a textualidade é transcrevê-la em um texto, como algo que pode ser entendido por todos, daquilo que foi recuperado pela memória.

A partir desse movimento, neste momento com características instrumentais, já precisa o narrador-historiador manter algumas preocupações. Em seu raciocínio deve residir a coerência que é a condição de estabelecer ligação, nexos e harmonia entre os inúmeros fatos narrados e estabelecer uma conexão entre todos eles. Ao recuperar as narrações em forma de texto deverá ter a preocupação com a coesão, isto é, os nexos as ligações das frases, das palavras às ideias, esta, particularmente é uma operação sobremaneira instrumental.

Além disso, é preciso não perder de vista a situacionalidade, muito embora a memória na Circular Comunicativa das Histórias de vida, tem precedência sobre qualquer outro elemento da Circular. Ele precisa revelar o contexto no qual as narrativas mnemônicas estão inseridas, isso engloba preocupações com a informatividade. Nesse particular, a informatividade fará com que o leitor possa acolher o texto e assim assimilá-lo melhor.

Atendidas essas preocupações, que diria iniciais na construção da textualidade, o narrador-historiador pode voltar a se preocupar com a construção de outras dimensões da textualidade, mas nunca perder de vista o

O conceito da mimesis é definido apenas contextualmente em um só de seus usos, aquele que nos interessa aqui a imitação a representação da ação (idem. P 60).

É interessante assinalar que existe nos estudos da Crítica Literária a preocupação com o estudo de um gênero específico denominado de Memórias Literárias. É o caso das narrativas de escritores com extensa produção literária, que, convidados de modo geral por editoras, narram as trajetórias autobiográficas e da sua produção literária. Entretanto, para nós na construção da textualidade das narrativas em História de Vida precisamos destacar que trabalhamos com memórias de si e do outro.

Nesse particular, a textualidade precisa estar atenta para despertar emoções no leitor e, pela tarefa da leitura, deixar que na memória do leitor possa emergir, fatos similares ou semelhantes que farão movimentar seu consentimento para a reflexão.

No plano fenomenológico, do qual nos situamos aqui dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Mas abre-se um leque de casos típicos em que os dois extremos das singularidades dos acontecimentos e das generalidades, aos quais podemos denominar “estado de coisas” (Ricoeur, 2007, p. 42).

O “estado de coisas” provocado pelo texto é um compreender-se como um si outro do eu, pela experiência da leitura. Nesse caso o autor, nem o leitor é a primeira causa, mas eles são causa segunda, uma vez que a primeira causa, que desencadeia o “estado de coisas” é a memória.

É importante para a textualidade a libertação do escritor-narrador do grilhão da construção de um texto com um formato estabelecido ou pré-estabelecido. De acordo com a hermenêutica ricoeuriana é tarefa do escritor procurar compor o próprio texto com uma dinâmica interna que governe seu processo expressivo, uma vez que é pela textualidade que os relatos mnemônicos são projetados para fora do si mesmo, isso em si gera o “mundo do texto” (Ricoeur, 2010, p. 269) num local de significações, possibilidades e transcendências.

À medida que o escritor-narrador vai adentrando no “mundo do texto” ele vai organizando as vivências rememoradas, para isso ele tem um caminho facilitado pelo uso da linguagem literária. Com a adoção dessa estratégia a realidade dá sustentação ao texto escrito, mas a esse texto pode ser acrescido uma certa dose de inventividade, desde que as memórias fiquem preservadas. Assim, pode haver uma aproximação entre as memórias literárias das narrativas de si ou do outro. Temos de reconhecer, nessa altura, que tomando o ponto de vista da construção do texto existe, aqui uma aproximação do texto de um romance ou conto, porque nesse “mundo do texto”, o resultado provém de um trabalho de composição literária, porém, embora haja essa aproximação o texto-relatório que traduz uma História de Vida não é um romance nem um conto.

Um detalhe do “mundo do texto” na dimensão que estamos trabalhando, é o fato de que escritor-narrador pode ser, ele próprio um personagem, quando evoca para si o papel de contar a história ou de um narrador, quando tem a tarefa de contar de si mesmo. Esse é um jogo de composição literária muito sutil e que precisamos estar atentos.

Mas, pensemos tudo isso agregando outra perspectiva que também precisamos dar atenção, trata-se de pensar: de qual lugar que o narrador se coloca para narrar a história; ele olha para as cenas como um observador atento, ou ele é uma testemunha dos acontecimentos narrados. É importante esse posicionamento do escritor-narrador, uma vez que parece óbvio que, se ele participou dos episódios será muito difícil se desvencilhar da posição de testemunha, é possível, mas exigirá muito esforço intelectual. Por outro lado, ele pode tomar a posição de observador atento que enxerga todos os fatos como se estivesse assistindo um episódio qualquer do cotidiano do terceiro andar de um edifício. Em nenhum dos casos haverá perda de sentido.

Entretanto, em todo o caso, a posição do narrador deverá também estar coerente com a realidade das memórias, ao tomar a posição de narrador testemunha, há uma consequência implacável; ele precisa ficar afeito somente aos fatos testemunhados, por outro lado, como um narrador observador ele tem a liberdade de olhar em diferentes direções, podendo, inclusive, como vejo que muitos vem fazendo, estabelecer relações diretas com letras de canções e poemas, mitos, obras de arte, fotografia e outras possibilidades criativas.

O que não se pode perder de vista é o fato de que

Para evocar o passado em forma de imagens, é preciso poder abstrair-se da ação do presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso querer sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo (Ricoeur, 2007, p.44).

De qualquer maneira um texto memorialístico, especialmente os que relatam História de Vida, precisam de sequenciar a narrativa contando a história de si ou de outrem na ordem direta, quando obedece a cronologia dos fatos, ou indireta, quando usa outro tipo de segmentação como o que chamamos de ‘dimensões’, muito utilizados no ambiente do Paradigma Biográfico.

Precisamos ter presente que as memórias sempre são reais e verdadeiras para quem as rememora. Como trabalhamos fenomenologicamente com o mundo mnemônico, deveremos permanentemente estar atentos à distinção do “lembrar-se como...” de “lembrar-se que...”

Este vasto Império abrange habilidades de níveis muito diferentes. Primeiramente, encontramos as capacidades corporais e todas as modalidades do “eu posso”, que percorro em minha própria fenomenologia do “homem capaz”: poder falar, poder intervir no curso das coisas, poder narrar, poder deixar atribuir-se uma ação reconhecendo ser seu verdadeiro autor (Idem, p. 44/5).

Parece inegável que estamos frente a um gênero e uma prática de contar Histórias de Vida e por elas adentrar no mundo interno do leitor, estabelecendo com ele certa proximidade que nos permite, ser com ele, autores-narradores/narradores-autores praticamente num mesmo movimento.

Esta perspectiva traz características novas e possibilidades tão grandes para o narrador-historiador, quanto a imensidão do mundo das Histórias de Vida. Podemos dizer que fazemos recortes das Histórias de Vida, por vezes até impermeáveis, à totalidade (nesse caso como uma tarefa impossível) das vivências relatadas, mas que em nada diminui a importância da parte contada. Esta, podemos entender, que seja uma das raras situações em que a parte não depende da totalidade para a compreensão da situação relatada.

“Quando rememoramos fatos passados, quando interpretamos fatos presentes, quando ouvimos um discurso, quando acompanhamos o pensamento de outrem e quando nos escutamos pensar a nós mesmos, enfim quando um sistema complexo de representação ocupa nossa inteligência, sentimos que podemos tomar duas atitudes diferentes, uma de tensão e a outra de relaxamento, que se distinguem principalmente pelo fato de que o sentimento do esforço está presente numa e ausente na outra”. (Idem, p. 47)

Frente a esses verdadeiros desafios encontraremos no final um texto, que denomino aqui, por todas as características apontadas como texto-relatório. Este material é o resultado concreto do nosso esforço em recuperar, rememorar e registrar Histórias de Vida. Entretanto, antes de concluir estas reflexões, gostaria de apensar uma pequena reflexão sobre o próprio texto, não de forma instrumental para elaborá-lo, disse que iria ficar afastado desta possibilidade, mas alguns aspectos de *compreensão prática* da narrativa.

Ricoeur, interroga:

Qual é então a relação entre a *compreensão narrativa* e a *compreensão prática*?

A resposta a essa pergunta determina a relação que pode ser estabelecida entre teoria narrativa e teoria da ação, no sentido dado a esse termo na filosofia analítica. Esta relação é, a meu ver, dupla. É simultaneamente uma relação de pressuposição e uma relação de transformação.

Por um lado, toda narrativa parte do Narrador e de seu auditório uma familiaridade com termos tais como agente, objetivo meio, circunstância, ajuda, honestidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso etc. Nesse sentido, a frase narrativa mínima e a frase de ação na forma X faz A em tais ou tais circunstâncias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstâncias idênticas ou diferentes (Ricoeur, 2010, p. 98/9).

Todo texto tem uma peculiaridade. Ele é um conjunto de palavras que o compõem, e no seu conjunto são prenhes de significações, mas ao mesmo tempo ao ser lido e submetido à interpretação do leitor ele pode tomar outras significações diferentes das que o autor desejou imprimir nele. Entretanto, como conjunto de palavras ou como significações advindas das leituras do auditório, como diz Ricoeur, o texto como conjunto narrativo sempre será o mesmo.

Parece importante assinalar algumas relações de caráter hermenêutico acerca dessas realidades que tem como centro o narrador-historiador, o texto e o leitor receptor. É preciso iniciar a reflexão pelo receptor que é o sujeito que interpreta os sinais, no caso a linguagem escrita no texto-relatório. Aqui é conveniente compreender que, quando o leitor toma conta do texto, o lê e interpreta acomodando um sentido no conjunto de seu conhecimento, os significados não são mais os mesmos que motivaram o narrador-historiador quando o escreveu, entretanto repito, é o mesmo texto, apesar de tomar significados diferentes.

Nesse sentido a filosofia do ‘si como outro’ aponta para que tudo aquilo que é vivido, experimentado, como a leitura de um texto, por exemplo, produza um sentido ético no si. Portanto quem escreve uma História de vida, nesse caso, conta sob uma ótica, para alguém que a lerá construindo a sua ótica. Por isso, o sujeito que interpreta o texto, o faz sob seu repertório de conhecimentos, porque ele não pode, antes mesmo da experiência da leitura, interpretar a História como interpretou o escritor.

A linguagem não é apenas um sistema de sinais, mas discurso, capacidade do sujeito de dizer algo a respeito do mundo para os outros interlocutores e para si mesmo. Hermeneuticamente falando, frente ao texto-relatório associar uma dimensão semiótica (mundo dos sinais) a uma dimensão semântica (mundo dos significados), para superar a dicotomia da instrumentalidade do texto é uma capacidade que o e narrador-historiador precisa estar atento e desenvolver essa capacidade.

Tendo no horizonte muitas outras questões para vencer, parti da questão suscitada no artigo “A aventura do diálogo (auto)biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica”, de Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2018, p.25), quando no último subtítulo do artigo ela propõe a reflexão sobre as “significações do narrar de si/narrar do outro no diálogo (auto)biográfico – uma aventura epistemo-empírica”, com a recuperação do conceito da Compreensão Cênica e do circuito narrativo, agrega, ainda o pensamento de Paul Ricoeur com algumas contribuições e reflexões do filósofo, acerca da elaboração, pelo pesquisador, do texto/relatório, tanto da pesquisa de História de Vida, como Pesquisa Formação, ou Ateliê de Projeto.

Nessa construção pretendi avançar com três ou quatro aportes reflexivos: o primeiro deles foi o de situar a posição e a compreensão de

narrador-historiador. Depois de tratar de fenomenalidade do mundo interior tanto do narrador e do historiador; a seguir tratar do conceito de Representância, como redução ao mesmo e reconhecimento da Alteridade e, por fim, a questão da textualidade.

Para frente podemos avançar e vencer outras questões como: “o jogo das representações é o mesmo nos casos da compreensão narrativa e na compreensão prática? Os elementos intelectuais são da mesma espécie e mantêm entre si as mesmas relações (no caso das Histórias de Vida)?”

Por agora fiquemos apenas com a poesia de Fernando Pessoa e o futuro do porvir

Quando digo “é evidente”, quero acaso dizer “só eu é que o vejo”?

Quando digo “é verdade”, quero acaso dizer “é minha opinião”?

Quando digo “ali está”, quero acaso dizer “não está ali”?

E se isso é assim na vida, por que será diferente na filosofia?

Vivemos antes de filosofar, existimos antes de o sabermos,

E o primeiro fato merece ao menos a precedência e o culto.

Sim, antes de sermos interior somos exterior.

Por isso somos exterior essencialmente.

REFERÊNCIAS:

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. A aventura do diálogo (auto)biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; VILLAS-BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistemo-metodológicos.** Curitiba: CRV, 2018, p. 25-49. Coleção: Pesquisa (auto)biográfica, mobilidades, incertezas e refigurações identitárias – Tomo I.

JOSSO, Marie-Christine. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais, **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 13, p. 40-54, jan./abr. 2020

MERCIER, Pascal. **Trem noturno para Lisboa**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** – A intriga e a narrativa histórica. Vol 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** – O tempo narrado. Vol 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SCRUTON, Roger. **As memórias de Underground**. São Paulo: É realizações, 2019.

STANZEL, F.K. **A Theory of narrative**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

Os estudos (Auto)biográficos são aportes para construirmos o novo presente. Vive-se crises de variados matizes, nesse contexto muitos valores precisam ser revisitados, regenerados e re-vivenciados, aplicando-os a novas realidades que se impõem. Em todos os campos da sociedade, mas, especificamente, no campo da educação de jovens e adultos as práticas (auto)biográficas têm vital importância porque elas permitem um melhor entendimento da pessoa, das suas emergências como humano e ser que vive em grupo social. Enfatizando a centralidade do compartilhamento das experiências e as ações da vida de qualquer pessoa, o processo (auto)biográfico, além de criar um espaço histórico, propicia a reflexão de quem se narra, de quem ouve ou lê o narrado e, quando, narrada e escrita essa história pessoal ela fica registrada na memória coletiva, contribuindo desta maneira com a construção da própria cultura humana. Entendemos que este recurso de compartilhar as experiências do vivido, por meio do registro das narrativas (auto)biográficas, pode ser considerado matéria emergente rica e objetivamente sólida, para regenerarmos o humanismo em tempos de crises. Na perspectiva dos estudos desenvolvemos a construção do Sí mesmo como Outro, especificamente da Alteridade como uma das chaves para compreendermos esse empreendimento de construir e regenerar o humanismo, por vezes perdido, frente às instrumentalizações do existir da pessoa humana, pela (auto)biografia. O atual livro aporta um texto, reflexivo, muitas vezes, propositivo, outras tantas, argumentativo em situações específicas da epistemologia (auto)biográfica que visa a contribuir para a construção de um novo presente, onde o humano possa ser mais relevante do que a tecnologia, os sistemas econômicos e a cultura massificante.



editora *fi*.org

